WILNEY JOSÉ FRAGA

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO:

A Governabilidade e a Governança na aplicação dos recursos orçamentários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no município de Santos (1998-2006).

SANTOS.

2014

WILNEY JOSÉ FRAGA

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO:

A Governabilidade e a Governança na aplicação dos recursos orçamentários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no município de Santos (1998-2006).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira.

SANTOS.

2014

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
SibiU

F811g Fraga, Wilney José

Políticas públicas em educação : a governabilidade e a governança na aplicação dos recursos orçamentários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no município de Santos (1998-2006). / Wilney José Fraga ; orientador Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira. – Santos : [s.n.], 2014.

130 f. ; (Dissertação de Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação.

1. FUNDEF. 2. Governabilidade. 3. Governança. 4. Poder. I. Barreira, Luiz Carlos. II. Universidade Católica de Santos. III. Políticas públicas em educação : a governabilidade e a governança na aplicação dos recursos orçamentários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no município de Santos (1998-2006)**.**

CDU MON 37(043.3)

DEDICATÓRIA

Ao Grande Arquiteto do Universo, que é Deus:
Agradeço pela permanente iluminação da consciência de meu ser, orientando sempre nas tarefas mais difíceis e, nas inúmeras vêzes em que me amparou quando parecia esmorecer.
Aos meus pais:
Pela formação do caráter e pelos ensinamentos que moldaram o meu desenvolvimento humano.
À minha família, esposa e meus dois filhos:
Pela constante compreensão nos momentos de ausência e, grande força nas horas de desânimo.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do mestrado em educação da UNISANTOS, que tanto contribuíram para a formação deste neófito pesquisador.

Aos colegas do mestrado, por toda a ajuda ao longo desta trajetória.

Um agradecimento especial ao meu orientador e amigo Professor Doutor Luiz Carlos Barreira, pela constante confiança, incentivo e guia nestes caminhos maravilhosos da pesquisa.

WILNEY JOSÉ FRAGA

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO:

A Governabilidade e a Governança na aplicação dos recursos orçamentários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no município de Santos (1998-2006).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira.

BANCA EXAMINADORA

_____

Presidente
Professor Doutor Luiz Carlos Barreira
Universidade Católica de Santos

_____

Convidado Externo
Professor Doutor Charles Artur Santos de Oliveira
Universidade Santa Cecília

_____

Convidado Interno
Professor Doutor José Pascoal Vaz
Universidade Católica de Santos

RESUMO

Acompanhar e avaliar as políticas públicas têm sido um grande desafio para todos aqueles que se interessam pela qualidade dos serviços públicos colocados a disposição da população, pelo Estado. Políticas de financiamento, em particular as destinadas à educação, despertam mais atenção e preocupação ainda. É preciso extrair da experiência de dez anos de execução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, as mazelas deixadas durante a sua execução, destacando aquelas relacionadas a forma da condução e o exercício do poder, pelos seus gestores, de tão importante política pública para o financiamento da educação. Neste trabalho de dissertação de mestrado, pretende-se, aproveitando a experiência profissional, do pesquisador, como responsável pelo departamento de orçamento da Prefeitura Municipal de Santos durante o período abordado pela pesquisa, estabelecer a existência, ou não, da influência do poder, na condução da política orçamentária relativo a destinação e distribuição dos recursos destinados ao FUNDEF. Com uma abordagem qualitativa mas, com o apoio de elementos quantitativos, buscou-se elementos para a consolidação dos resultados através da pesquisa documental. O poder é abordado sempre com o objetivo de se tentar compreender as influências que os agentes políticos, enquanto condutores das políticas públicas, exercem ao definirem os valores a serem investidos, entendendo aqui todos os valores alocados para a execução da política em educação, adotando para isso a análise do planejamento e da execução orçamentária

Palavras-chave: Governabilidade, Governança, Poder, FUNDEF e Políticas Públicas.

ABSTRACT

Monitoring and evaluating public policies have been a major challenge for all those who care about the quality of public services delivered by the State. Financing policies, particularly those pertaining to education, arouse even more attention and concern.

It is necessary to extract from experience of ten years since the implementation of FUNDEF - Fund for the Maintenance and Development of Fundamental Education and Valorization of Professorship, the deficiencies left during its implementation, highlighting those related to the way of conducting such an important public policy for education funding and the exercise of power by its managers.

In this master dissertation assignment, it is intended, taking the professional experience of the researcher as the head of Santos City Hall budget department during the period covered by the survey, to establish the existence, or not, of the influence of power in conducting the budgetary policy – related to the allocation and distribution of resources for FUNDEF.

With a qualitative approach but with the support of quantitative elements, we sought elements for the consolidation of the results through documentary research.

Power is approached always with the aim of trying to understand the influences that political actors, as drivers of public policy, have when defining the amounts to be invested, understood here as all amounts allocated for the education policy execution, adopting the analysis of budget planning and execution.

Key words: Governableness, Governance, Power, FUNDEF, Public Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Orçamento Geral - Orçado x Executado (1996 - 2006).....42
Quadro 1A: Orçamento Geral - Orçado x Executado (1996 - 2006), valores atualizados para dez/13, pelo IPCA - ano base 1996.....44
Quadro 2: Receita Arrecadada x Despesa Fixada (1996 - 2006).....45
Quadro 2A: Receita Arrecadada x Despesa Fixada (1996 - 2006), valores atualizados para 2013 pelo IPCA - data base 1996.....45
Quadro 3: Orçamento da SEDUC - Orçado x Empenhado x Pago (1996 - 2006.....47
Quadro 3A: Orçamento da SEDUC - Orçado x Empenhado x Pago (1996 - 2006), valores atualizados para dez/2013 pelo IPCA-data base 1996.....48
Quadro 4: Valores Retidos/Transferidos - FUNDEF Santos (1998 - 2006).....50
Quadro 4A: Valores Retidos/Transferidos - FUNDEF Santos (1998 - 2006), valores atualizados pelo IPCA - data base 1996/valores 2013.....50
Quadro 5: FUNDEF-art. 60 Caput/Atos Das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal.....52
Quadro 5A: FUNDEF-art. 60 Caput/Atos Das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal, valores atualizados pelo IPCA - dez/13 - data base 1996.....53

TABELAS

Tabela 1: Tabela de conversão de valores IPCA - ano base 1996.....55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

CAPÍTULO 1 – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF.....20
1.1 – Origens.....20
1.2 – Principais características.....24

CAPÍTULO 2 – Governabilidade e Governança – o exercício do poder.....30
2.1 – Política Pública: conceitos e abordagens.....30
2.2 – Governabilidade e Governança: as formas de exercer e executar uma política pública.....34
CAPÍTULO 3 – A implantação e a execução orçamentária do FUNDEF no município de Santos (1998-2006).....38
3.1 – Histórico da implantação do FUNDEF no município de Santos;.....39
3.2 – Execução orçamentária.....49

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....57

REFERÊNCIAS.....61

ANEXOS

ANEXO 1: Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei nº 116.995 - 0/0-00, vinculação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, sobre o porcentual para educação.....64
ANEXO 2: Demonstrativo Trimestral dos Recursos Aplicados na Educação - exercício 1998.....73
ANEXO 3: Demonstrativo Trimestral dos Recursos Aplicados na Educação - exercício 1999.....74
ANEXO 4: Demonstrativo Trimestral dos Recursos Aplicados na Educação - exercício 2000.....75

ANEXO 5: Resumo Consolidado 4º Trimestre 2001.....76
ANEXO 6: Prestação de Contas - exercício 2002 - Protocolo de entrega ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.....77
ANEXO 7: Prestação de Contas - exercício 2003 - Protocolo de entrega ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.....86
ANEXO 8: Prestação de Contas - exercício 2004 - Protocolo de entrega ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.....94
ANEXO 9: Prestação de Contas - exercício 2005 - Protocolo de entrega ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.....103
ANEXO 10: Receitas e Despesas, 4º trimestre 2006.....112
ANEXO 11: Receita realizada - 1996.....120
ANEXO 12: Receita realizada - 1997.....121
ANEXO 13: Receita realizada - 1998.....122
ANEXO 14: Receita realizada - 1999.....123
ANEXO 15: Receita realizada - 2000.....124
ANEXO 16: Receita realizada - 2001.....125
ANEXO 17: Receita realizada - 2002.....126
ANEXO 18: Receita realizada - 2003.....127
ANEXO 19: Receita realizada - 2004.....128
ANEXO 20: Receita realizada - 2005.....129
ANEXO 21: Receita realizada - 2006.....130

INTRODUÇÃO

Acompanhar e avaliar as políticas públicas tem sido um grande desafio para todos aqueles que se interessam pela qualidade dos serviços públicos colocados a disposição da população pelo Estado.

Políticas de financiamento, em particular as destinadas à educação, despertam mais atenção e preocupação ainda.

É preciso extrair da experiência de dez anos de execução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, as mazelas deixadas durante a sua execução, destacando aquelas relacionadas à forma de condução e de exercício do poder, pelos seus gestores, de tão importante política pública para o financiamento da educação.

Pretendemos, neste trabalho, estabelecer a existência, ou não, da influência de poder na condução da política orçamentária relativa à destinação e distribuição dos recursos destinados ao FUNDEF. Para tanto, utilizaremos a experiência profissional do autor desta dissertação, como responsável pelo departamento de orçamento da Prefeitura Municipal de Santos, durante o período abordado pela pesquisa.

Exploramos os caminhos percorridos pelo poder, utilizando para isso o conceito de indivíduo, apresentado por FOUCAULT, como podemos observar em "Vigiar e Punir".

> O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação "ideológica" da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa Tecnologia específica de poder que se chama "disciplina". Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele "exclui", "reprime", "recalca", "censura", "abstrai", "mascara", "esconde". Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 2011, p. 185)

Comentado [LB1]: Excelente citação.

O poder é abordado sempre com o objetivo de se tentar compreender as influências que os agentes políticos, enquanto condutores das políticas públicas, exercem ao definirem os valores a serem investidos, entendendo aqui todos os valores alocados para a execução da política em educação, adotando para isso a análise do planejamento e da execução orçamentárias.

Comentado [LB2]: Muito bom.

A fim de alicerçar a questão do poder, serão abordados dois conceitos importantes: governabilidade e governança. O objetivo de tal abordagem é

estabelecer um panorama apropriado para o entendimento das relações existentes entre a execução de uma política pública e os interesses dos agentes que a executam. Foram fornecidas definições e conceitos sobre os termos citados, pretendendo dar conta do objetivo exposto no início deste parágrafo e, com especial atenção, ofertar o capítulo II, para estabelecer estas relações de poder.

Muitos trabalhos têm abordado o FUNDEF, com análises bastante completas, principalmente os que foram desenvolvidos no âmbito do Ministério da Educação, através do IPEA[1]. Entendemos, porém, que ainda existem aspectos relevantes para uma abordagem que dê ênfase à questão orçamentária na condução das políticas públicas que carecem de novas avaliações.

Estudar os efeitos de uma política orçamentária num município como o de Santos, com uma população de 419.400 habitantes segundo o censo do IBGE[2] de 2010, torna-se interessante a partir do momento em que abordaremos um município com uma demanda por estrutura e recursos que vislumbrará uma situação complexa e com características que poderão contribuir para novos estudos de implantação de novas políticas públicas, com particular observação na área de educação.

Os aspectos orçamentários merecem uma atenção especial, pois o orçamento público é sem dúvida o instrumento de planejamento mais importante na implementação das políticas públicas de qualquer governo. Vale destacar a observação feita por Moojen a respeito da importância do orçamento:

> O orçamento é algo mais que uma simples previsão da receita ou estimativa de despesa. É – ou deve ser - ao mesmo tempo, um relatório, uma estimativa e uma proposta. É – ou deve ser – um documento por cujo intermédio o chefe do executivo, como autoridade responsável pela conduta dos negócios do governo, apresenta-se à autoridade a quem compete criar fontes de renda e conceder créditos e faz perante ela uma exposição completa sobre a maneira por que ele e seus subordinados administram os Negócios públicos no ultimo exercício; é – ou deve ser – o documento em que expõe a situação do tesouro público no momento. Na base dessas informações é que ele traça o seu programa de trabalho para o exercício seguinte, então como ele acha ele que deve ser financiado esse programa. (MOOJEN, 1959: p, 24-25)

Desta forma, torna-se natural, em função da experiência profissional do autor deste trabalho, que a investigação utilize o orçamento público como sustentáculo de análise para a implantação e execução desta política pública em educação.

Comentado [LB3]: Muito bom.

O processo de elaboração orçamentária segue um ritual próprio e os agentes políticos, iniciantes ou mesmo os mais experientes, devem estar preparados para

[1] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com sugestão de consulta a esses trabalhos.
[2] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

um planejamento claro e objetivo. Tal ritual está consolidado na Constituição Federal, em seu artigo 165, que trata dos orçamentos e todo o seu trâmite, como segue:

> Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
> I – o plano plurianual;
> II – as diretrizes orçamentárias;
> III – os orçamentos anuais.
> § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
> § 2º A lei de diretrizes orçamentária compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
> § 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
> § 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
> § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:
> I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
> II – o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
> III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidas pelo Poder Público.
> § 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizada dos efeitos, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsidies e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
> § 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
> § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
> § 9º Cabe à lei complementar:
> I – dispor sobre o exercício financeiro, a Vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;
> II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos. (CF, 1988, art. 165).

É possível observar a preocupação do legislador constituinte ao redigir o texto constitucional acima, evidenciando a importância do processo de planejamento, preparando o terreno para uma série de políticas públicas que estariam por vir.

Abordaremos a política de financiamento da educação com um maior detalhamento no capítulo I quando informaremos os conceitos e critérios para a

implementação do Fundo.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O objetivo é apresentar uma melhor compreensão desta política tão importante, oferecendo informações preciosas sobre a condução dos ditames legais existentes do FUNDEF e a a relação de poder existente entre aqueles que efetivamente executam a política e aqueles que definem a sua condução.

Pretendemos demonstrar como os recursos deveriam ser alocados à área da educação, utilizando para isso material do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Comentado [NFS4]: As ideias aqui apresentadas eram repetitivas. Por isso, eu as excluí.

No segundo capítulo, o leitor terá acesso aos conceitos de governabilidade e governança, palavras que serão chave na compreensão do objeto desta pesquisa e estabelecerão um panorama da existência da relação do poder na condução das políticas públicas. Não pretendemos retroceder historicamente aos tempos da Grécia antiga ou mesmo à península ibérica dos séculos XV e XVI, mas buscaremos utilizar os conceitos basilares de Política, recorrendo às noções e aos conceitos deixados como contribuição por Aristóteles e Maquiavel em suas obras-primas como "A Política" e "O Príncipe", sem que para isso transformemos o texto em uma discussão filosófica, visto que o objetivo é tão somente nos apropriar dos respectivos conceitos.

Compreender como os agentes políticos deveriam conduzir uma política pública de importância clara e explícita será muito importante na avaliação dos resultados da pesquisa feita no município de Santos entre o período de 1998 e 2006, especificamente o período em que vigorou o FUNDEF.

No terceiro capítulo, apresentaremos a historiografia sobre a implantação do FUNDEF no município de Santos, identificando as legislações que materializaram o fundo no município. Demonstraremos a execução orçamentária entre os anos de 1998 e 2006, observando os valores alocados em cada exercício e sua efetiva execução, na expectativa de verificarmos se a aplicação dos recursos é necessária em uma área tão estratégica como a educação, ou se é, simplesmente, uma atuação legalista em que o agente público busca somente atender os ditames da legislação, deixando de lado as melhores técnicas de planejamento estratégico.

No desenrolar da pesquisa, não abordamos a qualidade dos serviços prestados, tendo em vista o tempo disponível para elaborar e concluir a dissertação, mas, em face da importância do assunto, pretendemos retornar numa abordagem

mais ampla em futuros trabalhos.

Ao vislumbrar um horizonte para a pesquisa, torna-se imperioso identificar a pergunta central do trabalho, aquela que irá nortear os caminhos para a condução da investigação, sempre destacando que, na pesquisa histórica, segundo Thompson, a busca pelo particular é o melhor caminho para o entendimento do comportamento do coletivo.

> "com a 'experiência' e 'cultura', estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral". (Thompson, 1981.p.189).

Várias perguntas se apresentaram como possíveis candidatas à pergunta central da pesquisa, tais como: de que modo os agentes políticos implementavam ou implementaram uma novidade na aplicação dos recursos orçamentários destinados a uma área, polêmica e carente, como a educação, em particular no município de Santos? Como essa política pública teve início no município de Santos? Como se efetivou? Que reações provocou? Como essas reações foram equacionadas? Que efeitos produziu?

Apesar de todos os questionamentos apresentados no parágrafo anterior servirem para um apoio importante na condução investigativa da pesquisa, uma questão foi preponderante na formulação da pergunta de pesquisa. O importante é que fique demonstrado como essa política pública foi conduzida, sempre destacando que, e nunca é demais salientar, a investigação tem por base a aplicação dos recursos orçamentários do FUNDEF, em Santos, na expectativa de observar influências ou não, por parte daqueles que conduziram o processo[3].

Dessa forma, apresentamos a pergunta problema que passa a dar a abrangência necessária para uma investigação relevante, interessante e útil: é possível, através de pesquisa documental[4], verificar a influência, na governabilidade e governança, dos agentes políticos, na execução orçamentária do Fundo de

[3] Entendendo a palavra processo, como a evolução e a forma de como os agentes envolvidos, conduziram a implantação e execução da política pública em questão.

[4] Ressaltamos que, na pesquisa, os materiais e o período são preponderantes no estudo comportamental, com destaque para as informações financeiras do FUNDEF no município de Santos.

Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, no município de Santos, entre 1998 a 2006?

Foucault identifica, em ”Microfísica do Poder”, uma definição de governo e sua atuação com relação ao seu objetivo e a quem atender. Segundo ele, “O governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos dos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar.” (Foucault, 2011, p. 284).

Essa afirmação deixa claro que os interesses existentes entre aqueles que exercem o poder, segundo Foucault, vão muito além das preocupações em preservar o bem comum, e, sim, de se utilizarem das influências, desenvolvendo um poder personalista e de interesses próprios.

A pesquisa terá como objetivos, para a sua relevância acadêmica, social e individual, buscar demonstrar que um recorte e uma abordagem históricos podem representar uma importante e interessante contribuição para o meio acadêmico, pois procurará deixar, de forma estruturada, um documento de pesquisa que contemple dados, conceitos e ainda avaliações/sugestões, de modo que não fique somente em uma prateleira da biblioteca acadêmica para mais um espaço ocupado de forma inócua. Cabe destacar que a pesquisa tem o foco voltado para a avaliação dos resultados da utilização do FUNDEF.

A avaliação social evidenciará como as políticas públicas interferem diretamente na vida e no cotidiano de cada indivíduo, pois educação foi um dos eixos que receberam mais destaque na Carta Magna, nossa Constituição Federal promulgada em 1988, e que, uma política que se propõe a tornar os recursos financeiros distribuídos de maneira a amenizar as desigualdades sociais (pessoais, funcionais, regionais) de um país de interações complexas como o nosso, certamente se colocaria com um imenso destaque na melhor maneira em que um governo poderia conduzir a sua governabilidade e governança[5].

Quanto à importância pessoal para este pesquisador, que já atua por 24 anos na administração pública, serviu para ficarem mais claras as relações existentes entre a definição de uma política pública tão importante e a sua aplicabilidade, direta e real, numa prefeitura de grande porte, como a do município de Santos. Destacamos que nenhuma política/teoria pode ser bem sucedida sem o empenho de

[5] Os termos “Governabilidade e Governança” serão definidos mais completamente na parte 2 deste relatório.

seus agentes político[6], tanto pelo entendimento da seriedade, quanto pelo empenho na aplicabilidade da referida política.

Temos presenciado casos em que essas políticas, principalmente em educação, servem como plataforma para campanhas eleitorais, promoção individual, podendo ser perversas tanto ou mais que as outras. Observamos a situação do descaso, em que o governante aplica os recursos de forma a tão somente atender aos preceitos da lei, não se preocupando em aliar determinação legal com qualidade da política pública e o bem estar-social.

É importante destacar também que a escolha de somente observar o objeto da pesquisa (governabilidade e governança na aplicação dos recursos orçamentários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, no município de Santos, no período de 1998 a 2006) pelo aspecto orçamentário foi pelo entendimento de que, ao analisarmos os recursos destinados a esse tão importante fundo contábil, será possível explicitar como uma política pública pode ou não ser efetiva.

Nesta pesquisa, não foram observados outros aspectos, como remuneração dos professores, evolução do plano de carreira do magistério, efetivação do estatuto do magistério, ampliação da rede física escolar no município de Santos. Embora igualmente relevantes, tais aspectos distanciam-se do escopo deste estudo.

[6] São todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal (Meirelles, 1995, p.71)

CAPÍTULO I - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF

Este capítulo será dedicado a posicionar o leitor, histórica e conceitualmente, sobre o FUNDEF, identificando as leis que deram suporte a sua criação, implantação e devida execução, com o fim de buscar a fundamentação teórica e empírica.

1.1 – Origens

Buscar formas para o financiamento das políticas públicas, com particular destaque para a educação, remonta a períodos distantes de nossa história. Nesta pesquisa, não estamos focando em uma descrição nem tampouco em uma análise historiográfica sobre tudo o que já foi criado com relação à vinculação de recursos objetivando a definição de um padrão de gasto social.

Entendemos que vários trabalhos já adotaram tal perspectiva, portanto mantemos nosso recorte diretamente na criação e na implantação da política pública em educação por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, com um olhar especial na aplicação dos recursos orçamentários, na expectativa de se identificar o comportamento do gestor público, aproveitando a experiência do município de Santos por ocasião da implantação e execução deste fundo durante a sua vigência (1998-2006).

Estudar políticas públicas, no aspecto orçamentário/financeiro, sempre foi permeado pela questão da vinculação de recursos, como afirma MELCHIOR (1972:19), “a educação pública brasileira nasceu, podemos dizer, dentro de uma política de vincular recursos específicos”.

Vinculações constitucionais para o financiamento da educação, levando-se em conta avanços e retrocessos, têm origem desde a Constituição de 1934, tendo sido retiradas em 1937, com nova previsão em 1946 e com nova exclusão em 1967. Em 1983, através da Emenda Calmo[7], foi novamente inserida, porém regulamentada

[7] Emenda Constitucional nº. 24/1983

somente em 1985. Tal dispositivo legal abre espaços para novas oportunidades e novas relações entre o financiamento da educação e para a questão democrática do ensino no país. Essas abordagens criam fortalecimento e garantias para a inclusão de percentuais orçamentários como sustentáculo para a universalização e a democratização do ensino.

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte – ANC, que foi instalada em 1987, as propostas para o financiamento chegaram a um texto final de vinculação orçamentária, definindo-se 25% dos recursos provenientes dos impostos próprios e os transferidos dos Estados e Municípios, enquanto que, para a União, foram definidos 18% do mesmo critério de base de cálculo. Na Constituição Federal, promulgada posteriormente em 05 de outubro de 1988, em seu artigo 212, esses percentuais foram materializados com a seguinte redação:

> Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (CF, 1988).

O texto constitucional, preocupado em garantir certos padrões, explicita em alguns dispositivos a qualidade do gasto com educação. Isso fica claro nos artigos 206, 207 e 208 e, ainda, no artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Apresentamos, em seguida, o texto dos artigos anteriormente citados com o objetivo de facilitar o acompanhamento do raciocínio lógico do texto desta pesquisa:

> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso na exclusivamente por concurso público de provas títulos;
> VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
> VII – garantia de padrão de qualidade.
> Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
> § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
> § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.
> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
> II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;

> III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
> IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
> V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
> VI – ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
> VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
> § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
> § 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
> § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos país ou responsáveis, pela frequência à escola.

Já atualizado pela Emenda Constitucional nº 14, temos, no artigo 60 da Constituição Federal, o arcabouço para a criação do FUNDEF, salientando que não teceremos maiores comentários sobre fatores motivadores para a implementação dos referidos textos constitucionais, nem tampouco sobre as Reformas de Estado que motivaram as discussões para a consolidação desses, visto que nossa investigação, como já destacado anteriormente, é a execução orçamentária desta política pública em educação. Pretendemos deixar para outro momento o aprofundamento destas investigações.

O escopo do artigo mencionado acima é dar a primeira formatação geral da constituição do fundo com a seguinte redação:

> Art. 60. Nos 10 (dez) primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de 60% (sessenta por cento) dos recursos a que se refere o *caput* do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.
> § 1º A distribuição de responsabilidade e recursos entre Estados e seus Municípios a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no art. 211 da Constituição Federal, e assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de natureza contábil.
> § 2º O Fundo referido no parágrafo anterior será constituído por, pelo menos, 15% (quinze por cento) dos recursos a que se referem os arts. 155, II; 158, IV; e 159, I, a e b; e II, da Constituição Federal, e será distribuído entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental.
> § 3º A União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.
> § 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ajustarão progressivamente, em um prazo de 5 (cinco) anos, suas contribuições ao Fundo, de forma a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino, definido nacionalmente.
> § 5º Uma proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) dos recursos de cada Fundo referido no § 1º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

> § 6º A União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a 30% (trinta por cento) dos recursos a que se refere o *caput* do art. 212 da Constituição Federal.
> § 7º A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, na sua Fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno.

É possível observar a grande preocupação do legislador, ao criar todo um sistema de vinculação e apropriação de recursos, com a questão do ensino fundamental.

Essa preocupação fica evidente quando não se consideram as matrículas da pré-escola nos repasses per capita do Fundo, criando-se uma forma de competição entre os níveis de ensino existentes.

Em 1996, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 14, que modificou o artigo 60 dos ADCT[8], é sancionada a lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996[9], que regulamentou o FUNDEF. Essa lei, durante a tramitação, recebeu várias críticas e sugestões, porém, segundo Melchior, nada que tenha criado distorções ao espírito da EC nº 14/96.

> (...) as diversas críticas em relação à proposta original do Fundo, ou foram integradas na Emenda Constitucional nº 14 ou foram integradas na lei nº 9.424, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Nem todas as críticas e sugestões foram aceitas, mas a maioria delas entrou na lei de regulamentação do Fundo. Com a flexibilidade adotada pelo Governo Federal, ganham o Fundo, a educação, o financiamento da educação e a democracia. E, finalmente, ganha o próprio governo que, apesar da empáfia, não é autossuficiente e depende de críticas e sugestões da sociedade civil, por mais ilustres e competentes que sejam seus membros (MELCHIOR, 1997: p. 76).

Estava consolidada legalmente uma nova, mas não inédita[10], forma de financiamento para educação, com particular e exclusiva atenção ao ensino fundamental, batizado de "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF".

No item seguinte, abordaremos as características dessa política pública em educação, suas características, vinculações e alguns resultados nacionais.

Comentado [LB5]: Muito bom. É importante deixar evidente, para o leitor, a articulação entre as partes dos textos que, para ele, escrevemos.

[8] ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

[9] A lei nº 9.424/96, Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60 § 7º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

[10] A história do financiamento da educação, através de vinculação constitucional de recurso para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, tem início na Constituição de 1934, em cujo artigo 156 ficou assim disposto: "*a União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos*" (CF,1934).

1.2 - Principais características.

Como já citado no item anterior, a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, vem estabeler os regramentos básicos para a implantação do FUNDEF. Este deve ser instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, que ficarão encarregados da partição dos recursos arrecadados para a composição do Fundo. A lei define, ainda, quais são esses recursos, conforme fica claro logo no artigo 1º:

Comentado [NFS6]: São mesmo duas esferas de governo? Não é uma esfera apenas (estadual)?

> Art. 1º. É instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o qual terá natureza contábil e será implantado, automaticamente, a partir de 1º de janeiro de 1998.
> § 1º O Fundo referido neste artigo será composto por 15% (quinze por cento) dos recursos:
> I – da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, conforme dispõe o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição Federal;
> II – do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e dos Municípios – FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas a e b, da Constituição Federal, e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e
> III – da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989.
> § 2º Inclui-se na base de cálculo do valor a que se refere o inciso I do parágrafo anterior o montante de recursos financeiros transferidos, em moeda, pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.
> § 3º Integra os recursos do Fundo a que se refere este artigo a complementação da União, quando for o caso, na forma prevista no art. 6º.
> § 4º A implantação do Fundo poderá ser antecipada em relação à data prevista neste artigo, mediante lei no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal.
> § 5º No exercício de 1997, a União dará prioridades, para concessão de assistência financeira, na forma prevista no art. 211, § 1º, da Constituição Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios nos quais a implantação do Fundo for antecipada na forma prevista no parágrafo anterior.

Outra grande preocupação, além da garantia dos recursos específicos destinados ao Fundo, como descrito no parágrafo anterior, é a definição explícita da destinação para o nível de ensino a ser financiado e, ainda, o critério e as vedações da distribuição e da utilização dos recursos, como podemos observar na redação do artigo 2º da Lei:

> Art. 2º Os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu Magistério.
> § 1º A distribuição dos recursos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal dar-se-á, entre o Governo Estadual e os Governos Municipais, na proporção do número

> de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se para esse fim:
> I – as matrículas da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental;
> II – (VETADO)[11]
> § 2º A distribuição a que se refere o parágrafo anterior, a partir de 1998, deverá considerar, ainda, a diferenciação de custo por aluno, segundo os níveis de ensino e tipos de estabelecimento, adotando-se a metodologia de cálculo e as correspondentes ponderações, de acordo com os seguintes componentes:
> I – 1ª a 4ª séries;
> II – 5ª a 8ª séries;
> III – estabelecimentos de ensino especial;
> IV – escolas rurais.
> § 3º Para efeitos dos cálculos mencionados no § 1º, serão computadas exclusivamente as matrículas do ensino presencial.
> § 4º O Ministério da Educação e do Desporto – MEC realizará, anualmente, censo educacional, cujos dados serão publicados no Diário Oficial da União e constituirão a base para fixar a proporção prevista no § 1º.
> § 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, no prazo de trinta dias da publicação referida no parágrafo anterior, apresentar recurso para retificação dos dados publicados.
> § 6º É vedada a utilização dos recursos do Fundo como garantia de operações de crédito internas e externas, contraídas pelos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, admitida somente sua utilização como contrapartida em operações que se destine, exclusivamente, ao financiamento de projetos e programas do ensino fundamental.

O Fundo traz consigo uma mudança de estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País, na medida em que, através de subvinculações, destina parcela de recursos a esse nível de ensino.

O Fundo é composto pelas fontes de recursos elencadas a seguir, cada uma

---

[11] Na mensagem nº 1.439, de 24 de dezembro de 1996, enviada ao Presidente do Senado Federal, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, apresenta a justificativa do veto presidencial relativo ao inciso II, § 1º do artigo 2º, como segue:
II – as matrículas do ensino fundamental nos cursos de educação de jovens e adultos, na função suplência.
Razões do veto:
"Considerar as matrículas do ensino fundamental supletivo, para efeito de distribuição dos recursos do Fundo, é um critério que, embora factível do ponto de vista sócio-educacional, na medida em que abraça o universo de alunos os quais não tiverem a oportunidade de frequentar o ensino regular, é temerário do ponto de vista da precisa repartição dos recursos, pelos aspectos que passamos a expor:

a) A garantia de contabilização do alunado do ensino supletivo, para efeito de recebimento dos recursos, poderá provocar, no âmbito dos governos estaduais e/ou municipais, uma indesejável corrida no sentido de se criar cursos dessa natureza, sem rigor nem a observância dos critérios técnico-pedagógicos requeridos por essa modalidade de ensino, com o objetivo de garantir mais recursos financeiros ao respectivo governo, em detrimento da qualidade do ensino e, por conseguinte, da adequado formação dos educandos.

b) O MEC não dispõe de dados estatísticos consistentes que possam assegurar uma correta e fidedigna contabilização do alunado do ensino supletivo.

c) O recenseamento do alunado do ensino supletivo, em razão da dificuldade de aferição dos dados, pela especificidade da forma de controle de frequência do alunado, baseia-se, via de regra, apenas no registro disponível dos estabelecimentos que ministram essa modalidade de ensino, prejudicando eventuais confirmações da presença, ou mesmo da existência do aluno.

d) O aluno do ensino supletivo não será considerado, apenas, para efeito da distribuição dos recursos. Será, porém, destinatário dos benefícios que advirão da implantação do Fundo, conforme prevê o **caput** do art. 2º do projeto."

delas contribuindo com 15% das respectivas fontes:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE;
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (inclusive os recursos relativos à desoneração de exportações, de que trata a Lei Complementar nº 87/96); e
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp.

Existe, ainda, além dos recursos acima descritos, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, com o objetivo de assegurar um valor mínimo de recursos/aluno, aos governos estaduais e municipais no âmbito do Estado onde esse limite não for alcançado.

A base de cálculo do coeficiente de distribuição dos recursos do Fundo a serem destinados aos Estados e Municípios era calculado de acordo com o número de alunos do ensino fundamental em suas respectivas redes de ensino público, utilizando-se os dados constantes do Censo Escolar[12] do ano anterior. Para efeito de distribuição desses citados recursos, não podiam ser consideradas as matrículas da Educação Infantil (creche e pré-escola) no Ensino Médio (antigo 2º grau) e Ensino Supletivo, seja qual for o nível.

A metodologia de cálculo do coeficiente de distribuição e da receita anual do FUNDEF levava em consideração o montante de recursos que formam o Fundo no âmbito de cada Estado e o número de alunos do ensino fundamental (regular e especial) atendidos pelo Estado e pelos Municípios.

Segundo o Manual de Orientação do FUNDEF, do Ministério de Educação e Cultura – MEC, de maio/2004, entre os anos de 1998 e 1999, os coeficientes de distribuição dos recursos foram definidos pelo total de alunos do ensino fundamental regular, porém, a partir do exercício de 2000, o critério foi modificado, tomando-se como referência:

- O quantitativo de matrículas no ensino fundamental regular (1ª à 4ª e 5ª à 8ª série) e na modalidade Educação Especial;
- O valor mínimo nacional por aluno/ano, diferenciado para os segmentos da 1ª à 4ª e da 5ª à 8ª série do ensino fundamental regular e de todas as séries do

[12] O Censo Escolar é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP/MEC, em parceria com os Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

ensino fundamental na modalidade especial, e

- O diferencial de 5% entre o valor por aluno/ano a ser considerado para o segmento da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental Regular.

Dessa forma, com base nesses critérios, aplica-se a seguinte fórmula para cálculo do coeficiente de um determinado Município ou Governo Estadual:

$$CD = \frac{\{[FD1\ (NA1/4 + ENM1/4)] + [FD2\ (NA5/8 + ENM5/8 + NAe + ENMe)]\}}{\{[FD1\ (TA1/4 + TENM1/4)] + [FD2\ (TA5/8 + Tae + TENM5/8 + TENMe)]\}}$$

Onde:

CD = Coeficiente de Distribuição

NA1/4 = Nº de Alunos da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental Regular do Município ou Governo Estadual

ENMe1/4 = Estimativa de Novas Matrículas da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental Regular do Município ou Governo Estadual = zero

NA5/8 = Nº de Alunos da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental Regular do Município ou Governo Estadual

ENM5/8 = Estimativa de Novas Matrículas da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental Regular do Município ou Governo Estadual = zero

NAe = Nº de Alunos do Ensino Fundamental Especial do Município ou Governo Estadual

ENMe = Estimativa de Novas Matrículas no Ensino Fundamental Especial do Município ou Governo Estadual = zero

TA1/4 = Total de Alunos da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental Regular, no âmbito do Estado

TENM1/4 = Total de Estimativa de Novas Matrículas da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental Regular no âmbito do Estado = zero

TA5/8 = Total de Alunos da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental Regular, no âmbito do Estado

TENM5/8 = Total de Estimativa de Novas Matrículas da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental Regular no âmbito do Estado = zero

TAe = Total de Alunos do Ensino Fundamental Especial, no âmbito do Estado

TENMe = Total de Estimativa de Novas Matrículas no Ensino Fundamental Especial no âmbito do Estado = zero

FD1 = Fator de Diferenciação para séries de 1ª a 4ª do Ensino Fundamental Regular

= 1,00

FD2 = Fator de Diferenciação para o Ensino Fundamental Especial e 5ª à 8ª série Regular = 1,05

A título de exemplo, o manual nos oferece algumas situações em que são mostradas simulações sobre o cálculo do coeficiente e ainda o cálculo do valor por aluno/ano no âmbito de cada Estado. Aproveitamos esses exemplos na expectativa de demonstrar o grau de complexidade para se chegar aos números finais. Fica aqui o esclarecimento de que os exemplos oferecidos não têm a intenção de criar uma expectativa de um aprofundamento do tema em função de não ser o objeto da pesquisa.

Exemplo do cálculo do coeficiente:

- Um Município imaginário possui 6.116 alunos no ensino fundamental, sendo:
  3.808 alunos da 1ª à 4ª série do ensino fundamental regular;
  2.100 alunos da 5ª à 8ª série do ensino fundamental regular e
  208 alunos do ensino fundamental, na modalidade “educação especial”.
- No âmbito do Estado onde este Município se localiza, são 235.605 alunos do ensino fundamental (total da rede Estadual e das redes Municipais), sendo:
  120.000 alunos da 1ª à 4ª série do ensino fundamental regular;
  110.000 alunos da 5ª à 8ª série do ensino fundamental regular e
  5.605 alunos do ensino fundamental, na modalidade “educação especial”.
- O coeficiente de distribuição desse Município imaginário é:

$$CD = \frac{\{[1{,}00\ (3.808 \times 0)] + [1{,}05\ (2.100 + 0 + 208 + 0)]\}}{\{[1{,}00\ (120.000 + 0)] + [1.05\ (110.000 + 0 + 5.605 + 0)]\}}$$

CD = 0,025815164762

- Supondo que o montante anual de recursos do FUNDEF, no âmbito dessa Unidade Federada, seja de R$ 85.000.000,00, esse Município será contemplado, ao longo do ano, com R$ 2.194.289,00. Esse resultado é obtido multiplicando-se o montante de recursos pelo coeficiente de distribuição encontrado para o Município, ou seja: R$ 85.000.000,00 x 0,025815164762 = R$ 2.194.289,00.

Utilizando-se as mesmas premissas do exemplo anterior, poderemos chegar ao VALOR POR ALUNO/ANO NO ÂMBITO DE CADA ESTADO. Dessa forma, o per

capita era calculado da seguinte forma:

Valor por aluno/ano da 1ª à 4ª série = R$ 85.000.000,00 = R$ 352,13
120.000 + 1,05 (110.000 + 5.605)

Valor por aluno/ano da 5ª à 8ª série e Educação Especial = R$ 352,13 x 1,05 = R$ 369,74

Parte importante que merece destaque é a questão da qualidade dos gastos inserida nos critérios de utilização do Fundo, particularmente na valorização do magistério, ficando assim distribuído:

- Gasto mínimo de 60% para a remuneração dos profissionais do Magistério, porém que estivessem em efetivo exercício no ensino fundamental público.[13]
- O restante, limitado ao máximo dos 40% do total dos recursos, deveria ser direcionado para despesas diversas consideradas dentro da manutenção e desenvolvimento do ensino, respeitando o que determina o art. 70 da Lei nº 9.394/96[14]

No próximo capítulo, trataremos as questões conceituais sobre Política, governabilidade e governança; a noção de poder e sua presença na condução da política pública em educação.

[13] A Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, em seu artigo 7º, estabelece o seguinte:
Art. 7º Os recursos do Fundo, incluída a complementação da União, quando for o caso, serão utilizados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, assegurados, pelo menos, 60% (sessenta por cento) para a remuneração dos profissionais do Magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público.

[14] Lei nº 9.394/96 é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

CAPÍTULO II - Governabilidade e Governança - o exercício do poder

Neste segundo capítulo da pesquisa, procuramos buscar o conceito de política, com o objetivo de alicerçar as futuras observações que surgirão no texto da dissertação quando forem tratadas as questões sobre as políticas públicas e as questões das relações do poder existentes, principalmente quando abordado o foco central que serão as pontos ligados à governabilidade e à governança. Sem ter a pretensão de esgotar todas as definições sobre o tema, utilizamos, como referência, dois autores considerados "clássicos", entendendo que, mesmo havendo uma distância histórico-temporal entre eles, a visão desses dois baluartes da estratégia política é de vital importância para a compreensão proposta. São eles: Aristóteles e Maquiavel.

2.1 - Política Pública: conceitos e abordagens

Política, do grego politiká, tem sido definida como a ciência de governar nações. Embora inúmeras outras variações de definição se apresentem quando nos aprofundamos em seu significado específico, a maioria dos estudos apresenta tal termo ligado ao meio público, ao estado, ao governo e à comunidade.

Em geral, o termo Política define como a humanidade se organiza e decide de que maneira a sociedade será direcionada com o objetivo de atender a todos os indivíduos nela inseridos de forma satisfatória, ou seja, buscando a solução de problemas sociais, econômicos, distributivos, ambientais, de infraestrutura, entre outros, através da atividade dos órgãos públicos.

Primeiramente, sem nos preocupar com a questão histórica ou mesmo retrocedermos à Grécia Antiga, veremos como Aristóteles compreende o termo Política.

Filósofo grego, Aristóteles nasceu no ano de 384 a.C., teve como mestre Platão e desenvolveu importantes teorias sobre Política. Assim como tratou profundamente todos os assuntos que se empenhou a estudar, suas manifestações e proposituras sobre política também são oriundas de uma análise detalhada, minuciosa e clara.

Ele estabelece a relação entre o homem, um ser racional, com a sociedade, evidenciando a importância de caracterizá-lo como um ser social, buscando compreender, conflitos e harmonizações entre tão complexas relações.

> É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem. (ARISTÓTELES: A Política: 2011, p, 22)

Ainda em sua obra “A Política”, Aristóteles nos apresenta o conceito de política e de como viver em sociedade, sempre levando em consideração as estruturas sociais de seu tempo, mas que conceitualmente ainda se mantêm atual. Na edição de bolso desta obra, editada pela Saraiva, temos, na introdução muito bem elaborada por Ivan Lins, da Academia Brasileira de Letras, um destaque importante sobre o comportamento do Estado e das características de governo, assim descrito:

> Salienta, na verdade, Aristóteles que, em matéria de governo, não basta imaginar uma forma ideal, sendo imprescindível investigar a modalidade compatível com os elementos a governar, não bastando conceber um governo perfeito, quando o de que se trata é encontrar um governo praticável, acomodado à índole de cada povo:
>
> "Assim como deve o tecelão, o construtor naval ou qualquer outro artífice, dispor, antes de mais nada, dos materiais indispensáveis ao seu gênero de trabalho, porque o produto de sua arte será necessariamente tanto mais perfeito quanto melhores forem esses materiais, assim também - pondera - o estadista e o legislador contar com a matéria-prima apropriada aos seus desígnios. Ora, os primeiros elementos exigidos pela ciência política, além de um solo de extensão e propriedades favoráveis, são homens que, pelo seu número e por suas qualidades, sejam naturalmente quais devam ser. (ARISTÓTELES *apud* LINS, Ivan 2011, p. 13)

Na ótica de Aristóteles, na política, a busca deve ser por algo muito mais abrangente que capte as necessidades de cada cidadão e ainda a forma de relacionamento entre eles. Demonstra o autor que a política é a mais elevada entre todas as ciências e que seu bem maior é a justiça, o que fica bem evidente quando o filósofo diz:

> § 1. Em todas as ciências e em todas as artes o alvo é um bem; e o maior dos bens acha-se principalmente naquela dentre as ciências que é a mais elevada; ora, essa ciência é a Política, e o bem em Política é a justiça, isto é, a utilidade em geral. (ARISTÓTELES, 2011, p. 115)

Podemos entender que a construção do termo Políticas Públicas está, como referenciado nas citações anteriores, relacionada com a busca justa pelo bem estar social.

Em nossa pesquisa, além de Aristóteles, foram utilizados os conceitos de outro importante filósofo, utilizado para alicerçar o conceito de política. Trata-se de

Nicolau Maquiavel.

Em sua obra "O Príncipe", de 1513, o filósofo manifesta-se a respeito da preservação do poder e das maneiras sobre como é necessário que o governante que recém adquiriu o poder deve atentar aos costumes do povo governado para que não haja rebelião. Considera que, quando um povo deseja a troca do governante, ele espera as melhorias que um novo governo possa trazer.

Segundo Maquiavel, um governante pode agir bondosa ou cruelmente de acordo com os acontecimentos do momento. Salienta o autor que o governante possui boas e más qualidades, porém deve evitar as desordens que as más qualidades podem trazer, pois o governante, para conservar o seu posto, deve ser estimado pelo povo.

Comentado [NFS7]: Por favor, veja se a ideia é essa mesma. O trecho estava um pouco confuso e ambíguo...

> Nasce daí esta questão debatida: se será melhor ser amado que temido ou vice-versa. Pode-se responder que se desejaria ser uma e outra coisa; mas como é difícil reunir ao mesmo tempo as qualidades que dão aqueles resultados, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tenha que falhar numa das duas. É que os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhes fizerem bem, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como disse acima, desde que a necessidade esteja longe de ti. (MAQUIAVEL, 2011:66).

Essa avaliação, à luz de Aristóteles e Maquiavel, é importante para que possamos compreender o comportamento dos governantes ao exercerem seus cargos na condução das políticas, em especial as políticas públicas e, em nosso caso em particular, política pública em educação.

Pretendemos mostrar, no capítulo III, que muitas vezes, apesar de as políticas terem seus conceitos muito bem alicerçados, perceberemos que os agentes políticos estarão sempre preocupados com os resultados, reagindo de acordo com as necessidades, para a busca de se manterem no poder. Um descompasso, portanto, à luz da compreensão buscada em Aristóteles e em Maquiavel.

Falar de política como questão epistemológica, passa necessariamente por uma abordagem da questão do poder.

Norberto Bobbio, em sua obra "Estado, governo, sociedade - por uma teoria geral da política", teoriza sobre poder e nos apresenta que "Estado" e "Política" têm em comum exatamente a relação do poder, palavra oriunda do grego "kratos", que está relacionada com força, potência e autoridade. Afirma o autor que toda teoria política tem seu início na conceituação e na definição de poder, assim descrito: Não há teoria política que não parta de alguma maneira, direta ou indiretamente, de uma definição de poder e, de uma análise do fenômeno do poder (BOBBIO, 1987).

Comentado [NFS8]: Se for citação literal, coloque entre aspas. Mas na mesma linha.

Bobbio nos apresenta ainda, três formas de poder: o econômico, o ideológico e o político, ou seja, segundo o autor mencionado, os poderes da riqueza, do saber e da força. No poder econômico, o que vale é a posse dos bens, dos quais se fazem valer os proprietários dos meios de produção para induzir os que não os possuem a executarem um trabalho útil. Reside aqui uma enorme fonte de poder, pois os detentores dos meios de produção podem estabelecer as condições de trabalho para a execução de uma ação.

O poder ideológico se faz valer da posse dos saberes, doutrinas, conhecimentos, é a importância da informação e, muitas vezes, é o fio condutor para a manipulação e a execução de uma ação.

Derivado do poder ideológico, temos o poder político, que se dá através da importância social daqueles que sabem. Como exemplos, temos os sacerdotes, os literatos, os cientistas e os técnicos.

Comum às três formas de poder, temos a contribuição conjunta para formar e manter uma sociedade de desiguais dividida entre fortes e fracos, com base no poder político; em ricos e pobres, com base no poder econômico e, por fim, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico. Em resumo, temos superiores e inferiores, afirma Bobbio.

2.2. - Governabilidade e a Governança – as formas de exercer e executar uma política pública

Neste item, buscamos compreender conceitos importantes para a construção dos referenciais de análise, entendendo o significado de políticas públicas, Governabilidade e Governança.

No item anterior, utilizaram-se conceitos de dois filósofos clássicos, com a expectativa de perceber a construção do termo política. Aristóteles analisa as estruturas, incluindo a família como organismo partícipe do processo de construção do Estado e do bem-estar social, enquanto Maquiavel trata da manutenção do poder, tendo seu pensamento estruturado na lógica. Se necessário para continuar no poder, o governante utiliza-se do engano e da dominação dos homens e até de outros valores contrários à ética, à justiça e à moral. Foi em função dessa forma de pensar que se associou a Maquiavel uma imagem de frieza e maldade.

Comentado [NFS9]: Não é Maquiavel que busca a manutenção do poder, correto?

As políticas públicas são conceituadas pelo conjunto de planos e ações do governo à promoção do bem-estar da comunidade. Durante os períodos de descobrimentos e de disputas de terras, o Estado exercia o papel de garantir segurança e defender o país de ataques externos. Com o passar dos tempos, apesar de constar como existentes na política geral, as funções do Estado mudaram conforme as necessidades de sua época.

As decisões do Estado em aplicar recursos públicos em setores desprovidos são influenciadas pela manifestação da sociedade através de grupos organizados. Os grupos que apresentam as solicitações ao poder público são conhecidos como atores sociais e normalmente se dividem em dois tipos: os estatais e os privados. Eles são oriundos do governo e da sociedade civil e discutem e criam as políticas públicas a serem executadas.

Os atores estatais (políticos e servidores públicos) possuem vínculos diretos com a administração pública, enquanto os atores privados, sem vínculo com o poder público, expressam suas vontades através da imprensa, da sociedade civil organizada, de centros de pesquisa e de grupos de pressão.

Os apelos da população são feitos aos representantes que ocupam cargos de poder; porém, devido à falta de recursos, fica a cargo do Poder Público interpretar e executar os interesses que maximizem o bem-estar comum.

Thomas Hobbes, em sua obra sobre políticas públicas, O Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil de 1651, analisa as responsabilidades do estado em garantir os direitos e vontades da sociedade.

O filósofo cita que a sociedade precisa escolher um líder com a finalidade de torná-lo representante do povo e fazer cumprir a vontade de toda a comunidade, evitando os conflitos gerados pela confiança que cada pessoa tem em si mesma, dando início, a partir desse ponto, à organização política.

> É preciso designar um homem ou uma assembleia de homens para representar a todos, considerando-se e reconhecendo-se cada membro da multidão como autor de todos os atos que aquele que representa sua pessoa pratica, em tudo o que se refere à paz e a segurança comuns, submetendo, assim, suas vontades à vontade do representante e seus julgamentos a seu julgamento. (HOBBES, 2009, p. 127)

Após essa abordagem sobre a construção do conceito de políticas públicas, dois outros surgem como importantes alicerces no entendimento da relação de poder, influência e tomada de decisões no setor público, na expectativa de verificar o quanto os agentes públicos podem ou não alterar a condução do processo de execução de uma política pública. Esses conceitos são: governança e governabilidade. Conceitos bem qualificados quando, pelo aspecto das atribuições e qualidades, temos a governabilidade, ligada à questão estatal no exercício do poder e à forma institucional de como se dá o exercício do poder, tal como o sistema político, a forma de governo e as relações entre os poderes. Já pelos aspectos das qualidades e meios de execução, processos, temos a presença da governança.

Esses dois conceitos, governabilidade e governança, não são fáceis de definir claramente, uma vez que, muitas vezes, um está presente no outro.

Primeiramente trataremos da conceituação de governabilidade, que está diretamente ligada ao alcance estatal do exercício do poder. Santos (1997) apresenta-nos uma visão sobre esse conceito, tão importante para uma compreensão mais clara do assunto. O autor sustenta que a governabilidade está relacionada às "condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, tais como as características do sistema político, a forma de governo, as relações entre os Poderes, o sistema de intermediação de interesses" (Santos, 1997, p. 342). Essa definição vai ao encontro da investigação pretendida nesse trabalho, ao buscar compreender a influência do poder na condução de uma política pública em educação como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

A governabilidade está diretamente relacionada à capacidade do Estado de prover, direcionar, destinar os recursos necessários à execução das políticas públicas, sempre situada no nível do Estado a fim de que essas políticas sejam implementadas. Conforme nos apresenta Luciano Martins, a governabilidade é tal qual a arquitetura institucional, distinta, portanto, de governança, basicamente ligada à performance dos atores e sua capacidade no exercício da autoridade política (*apud* Santos, 1997, p. 342). Podemos entender, assim, que a governabilidade está particularmente ligada aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado.

A governança possui um aspecto mais amplo, inclui partes da governabilidade, porém vai muito além. Percebemos que está relacionada à cooperação entre vários atores sociais, entendendidos aqui como todos aqueles que possam ter relacionamento com o poder público e demais instituições. Santos (1997, p. 341) mostra-nos exatamente isso: "o conceito de governança não se restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, nem mesmo o funcionamento eficaz do aparelho do Estado".

Dessa forma, enquanto a governabilidade atua dentro das dimensões do Estado, buscando compreender as relações de poder para o exercício e concretização das políticas públicas, a governança situa-se em plano mais amplo tendo como partícipes a sociedade como um todo.

Após essa breve abordagem dos conceitos de governabilidade e governança, podemos destacar que, para a presente pesquisa, o interesse maior está ligado às questões de Governabilidade, principalmente pela sua relação com o poder.

O poder é uma prática diretamente relacionada à questão da governabilidade. Adotamos, nesta dissertação, o conceito foucaultiano de poder.

Foucault, em Microfísica do Poder, aborda as questões do poder com muita propriedade. Ele estabelece que o poder está sempre presente, que circula entre os vários indivíduos:

> O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (Foucault, 1979, p. 183)

Nessa passagem, fica clara a importância de se compreenderem os diversos

tipos de relação de poder nas diversas esferas do governo. Todos, de alguma maneira, exercem uma forma de poder o qual não está localizado somente naqueles que possuem cargos ou funções de chefia, mas também através de influências e orientações por parte dos diversos sujeitos envolvidos no processo de tomada de decisões.

Entender que todos, de alguma forma, contribuem para que a implementação das políticas possam ser efetivas é compreender a importância da participação do todo. O indivíduo assume destaque nesse processo. Para Foucault (1982, p.183/184), "o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu".

Assim, o funcionamento do poder é mais bem compreendido através da ideia de que seu exercício é feito através de estratégias e de que seus efeitos não são creditados a uma apropriação, mas a manobras táticas e técnicas. Foucault, então, apresenta-nos uma explicação sobre esses efeitos e estratégias em Vigiar e Punir, acerca da dinâmica do poder:

> Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma, que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (Foucault, 2011, p. 29).

Essa noção de poder norteou toda a pesquisa e, ao abordarmos o último capítulo da dissertação, vamos procurar observar através da apresentação dos valores do orçamento do FUNDEF, no município de Santos, a influência do poder na determinação da alocação dos recursos desta política pública.

CAPÍTULO III - A implantação e a execução orçamentária do FUNDEF no município de Santos (1998-2006)

Como citado no item anterior, nesta parte da dissertação, apresentamos os valores levantados sobre o orçamento da área de educação do município de Santos, com a expectativa de compreendermos o comportamento dos agentes públicos ligados à administração desta política de financiamento da educação o FUNDEF.

É de nosso entendimento que foi importante apresentar, nas partes anteriores, uma série de informações sobre política e políticas públicas, governabilidade, governança e conceitos sobre poder, com o objetivo de se estabelecer uma lógica de compreensão sobre a construção do objeto da pesquisa, e ainda, estabelecer a relevância do trabalho.

Assim, indo ao encontro do pretendido no parágrafo anterior, entendemos ser necessário contextualizar o momento em que o FUNDEF teve seu início em Santos, apresentando os aspectos políticos do governo municipal, sua transição, linha política e as forças administrativas que governaram o município de Santos no período de 1996 a 2006. Importa salientar não haver qualquer pretensão de identificar e de qualificar correntes políticas como certas ou erradas, mesmo entendendo que a necessária distância do pesquisador é sempre muito relativa, principalmente porque o autor desta dissertação participou diretamente da elaboração e da execução do orçamento do município de Santos, como chefe do departamento de controle das atividades econômicas. Os aspectos políticos mencionados têm tão somente o objetivo de levar a compreender as relações de poder de então, bem como as influências que exerceram sobre a comunidade santista, de uma forma geral.

No item a seguir abordaremos, portanto, a situação de transição política em Santos, retornando ao ano de 1996, pois fatos relevantes ocorreram e vão ajudar a compreender como estavam as situações política, orçamentária e financeira do município. Demonstraremos a evolução do orçamento geral e em particular os valores alocados e gastos na área da educação, buscando informar os valores nominais (moeda da época) e os valores atuais (corrigidos pelo IPCA[15], ano base

[15] IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado índice oficial de inflação pelo governo, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1996).

3.1. A situação política do município de Santos na transição política de 1996 e a evolução orçamentária, geral e da educação, entre 1996 - 2006

Em um período de transição política, após oito anos de administração do Partido dos Trabalhadores[16], em 1997, uma nova corrente político-partidária assume os ditames da política local. O ex-prefeito Dr. David Capistrano, que durante os anos de administração petista havia feito uma verdadeira revolução na área da saúde com a implantação das policlínicas e também no acompanhamento e tratamento pioneiro da SIDA - síndrome da imunodeficiência adquirida, também conhecida pela sigla em inglês AIDS, sai do cenário político santista deixando o município com problemas concentrados na área financeira.

Podemos elencar, sem nos aprofundarmos sobre esse aspecto, pois não é o foco de nossa pesquisa, alguns problemas sérios de gestão, como o atraso de mais de 60 dias nos pagamentos aos fornecedores, e também pagamentos em aberto de operações de crédito relativas às antecipações das receitas orçamentárias.

O endividamento também seria agravado pelo atraso do pagamento aos servidores públicos, que tiveram os seus salários pagos, durante algum tempo, de forma parcelada, isto é, os valores eram pagos por faixas salariais, criando um clima de tensão entre a administração e os servidores públicos.

Nas eleições de 1996, uma mudança de rumo político acontece no município: foi eleito o ex-vereador e ex-deputado federal Beto Mansur, do Partido Progressista Brasileiro.

Ao assumir o poder, o novo governo, primeiramente, como não poderia deixar de ser, buscou colocar em dia os pagamentos em atraso. Negociações de parcelamento com os fornecedores, bancários ou não, são iniciadas. A folha de pagamento é equacionada também de forma parcelada.

Apesar de críticas à autorização, aprovada pelo governo anterior, de aumento para os cargos de livre provimento e do salário do próprio prefeito, esta é implementada.

O governo que assume possui características mais voltadas para obras

[16] O Partido dos Trabalhadores - PT administrou o município de Santos entre 1989 e 1996, tendo como primeira governante Telma de Souza de 1989 a 1992. Depois, com o apoio da então prefeita (naquele período não havia reeleição), foi eleito e exerceu mandato de 1993 a 1996 o Dr. David Capistrano.

públicas, demonstrando preocupação com a zeladoria do município. Deixa as áreas sociais com seus recursos mais próximos dos limites mínimos estabelecidos pela legislação federal em vigor[17].

O município de Santos teve, em 1996, um orçamento previsto no valor de R$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais) e uma execução orçamentária da ordem de R$ 364.625.236,19 (trezentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e dezenove centavos)[18], implicando uma variação da execução em relação ao orçado de 37,59 pontos porcentuais. A arrecadação neste mesmo ano ficou em R$ 309.169.681,89 (trezentos e nove milhões, cento e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos), demonstrando um déficit orçamentário[19] da ordem de R$ 55.455.554,30 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos), o que representa um déficit de 18% (dezoito por cento) em relação à receita, evidenciando uma situação em que as dificuldades financeiras citadas anteriormente eram ainda mais perversas tendo em vista que o comportamento orçamentário, provocado pela falta de um planejamento mais apurado provocou uma diferença grande entre planejado e executado. Apesar do histórico de planejamento estável ainda ser muito recente, somente após o advento do Plano Real, em 1994, quando o processo inflacionário é controlado, percebe-se que a diferença de quase 40 por cento entre planejado e executado não se justifica tecnicamente, levando-se em consideração as boas práticas de planejamento orçamentário.

É possível interpretar que a proximidade de um pleito eleitoral teve significativa influência nesse processo, comprovando, dessa forma, uma relação direta entre o planejamento e a definição causada pelas relações de poder, implicando um resultado adverso para a execução das políticas públicas.

Embasamos essa observação na citação de Foucault, já apresentada na introdução desta dissertação, na qual ele afirma que o governo se define como uma maneira correta, não para atender ao bem comum, mas para atender aos objetivos

---

[17] Exemplo disso será mais bem detalhado às páginas 41 e 42, mas diz respeito à mudança do limite de gastos com a educação, no município. A Lei Orgânica do Município estabelecia um mínimo de 30 por cento, e através de uma ação direta de inconstitucionalidade foi revertido ao patamar de 25 por cento, como determina a Constituição.

[18] Fonte: Balanços oficiais da Prefeitura Municipal de Santos.

[19] Déficit Orçamentário é a diferença entre a receita arrecadada e a despesa executada, com base no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

adequados a cada coisa a ser governada.

Apresentaremos, a seguir, quadro demonstrativo da evolução do orçamento geral do município de Santos entre 1996 e 2006. Apesar de o período compreender dois exercícios orçamentários que ultrapassam o objeto da pesquisa, isso decorre da busca pela compreensão dos fatos políticos evolutivos já anteriormente citados. Para isso utilizou-se como critério o valor orçado e executado, tendo como base a despesa fixada.[20]

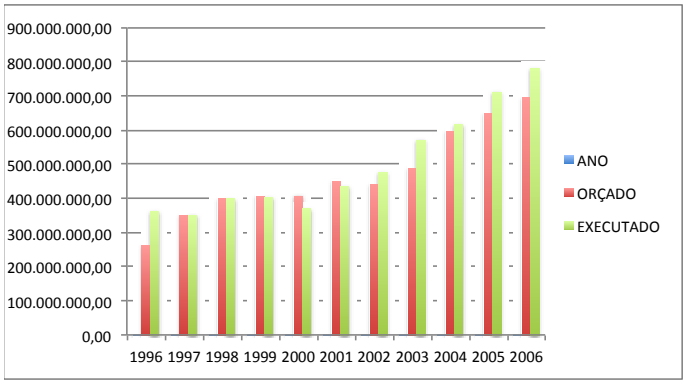
[20] Em se tratando da lei orçamentária, a receita pública é sempre uma previsão e a despesa é fixação, derivando daí a questão autorizativa da despesa. Vide art. 167 e seus incisos da Constituição Federal.

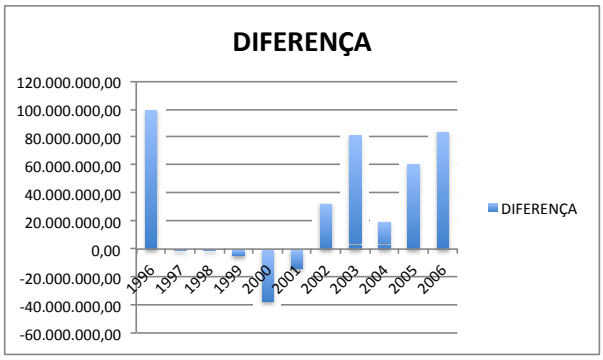
QUADRO 1

ORÇAMENTO GERAL
ORÇADO X EXECUTADO
(1996 - 2006)

ANO	ORÇADO	EXECUTADO	DIFERENÇA	VAR.%
1996	265.000.000,00	364.625.236,19	99.625.236,19	37,59
1997	354.000.000,00	353.199.437,94	-800.562,06	(0,23)
1998	403.000.000,00	401.908.103,95	-1.091.896,05	(0,27)
1999	410.000.000,00	405.214.442,53	-4.785.557,47	(1,17)
2000	410.000.000,00	372.694.323,30	-37.305.676,70	(9,10)
2001	452.882.500,00	438.981.516,70	-13.900.983,30	(3,10)
2002	444.894.687,00	477.880.033,69	32.985.346,69	7,41
2003	491.721.500,00	573.451.570,04	81.730.070,04	16,62
2004	600.546.000,00	620.397.084,10	19.851.084,10	3,30
2005	652.163.000,00	713.104.795,94	60.941.795,94	9,34
2006	697.671.264,00	782.072.055,87	84.400.791,87	12,10

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/Balanço Orçamentário





Analisando-se o Quadro 1, podemos observar que o orçamento geral executado da prefeitura evoluiu 114,49 pontos porcentuais, de 1996 a 2006, enquanto que a inflação, medida pelo índice nacional de preços ao consumidor - INPC [21] , acumulada no mesmo período foi de 78,20 pontos porcentuais, demonstrando a evolução do orçamento em 31,70 pontos porcentuais além da inflação. Tal fato revela um crescimento real do orçamento geral do município de Santos. Utilizando-se o índice nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA que, durante o mesmo período citado (1996 - 2006), acumulou 91,81 pontos porcentuais, podemos constatar que o orçamento municipal evoluiu além desse índice inflacionário em 22,68 pontos porcentuais.

Dissociado de uma análise mais profunda, em uma observação superficial, podemos entender que a elevação do orçamento estaria associada ao aumento das demandas de gastos públicos ou aos interesses da política local. Tais observações são independentes da análise da qualidade e da necessidade desses gastos que não são objetos de nossa pesquisa.

Para uma melhor observação dos valores resultantes da execução orçamentária de Santos, torna-se importante demonstrar os valores arrecadados em contraponto aos valores fixados para as despesas, com o objetivo de demonstrarmos os possíveis déficits e superávits dessas execuções orçamentárias.

Os valores demonstrados no quadro 1 foram atualizados pelo IPCA, com data base de 1996 a valores de 2013. Tal procedimento tem o objetivo de dar visibilidade aos valores trazidos aos dias de hoje, na expectativa de mostrar ao leitor como seriam essas diferenças atualmente.

Assim, apresentamos abaixo o Quadro 1 devidamente atualizado:

[21] O critério de escolha do indicador de inflação foi tão somente para estabelecer uma comparação, não estando aqui envolvido estudo para a escolha do índice mais apropriado.

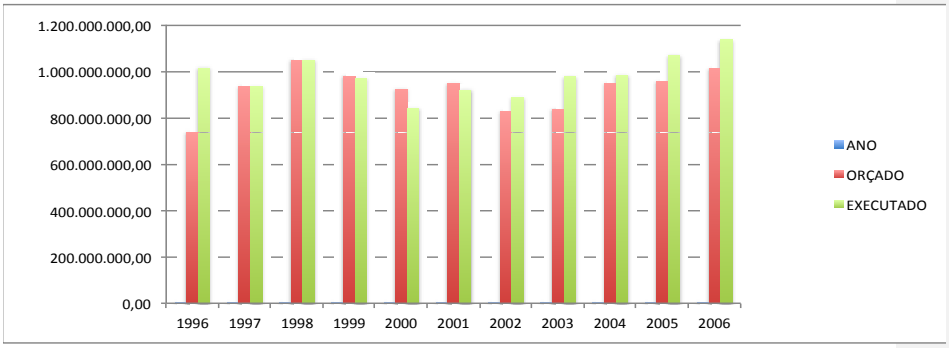
QUADRO 1-A

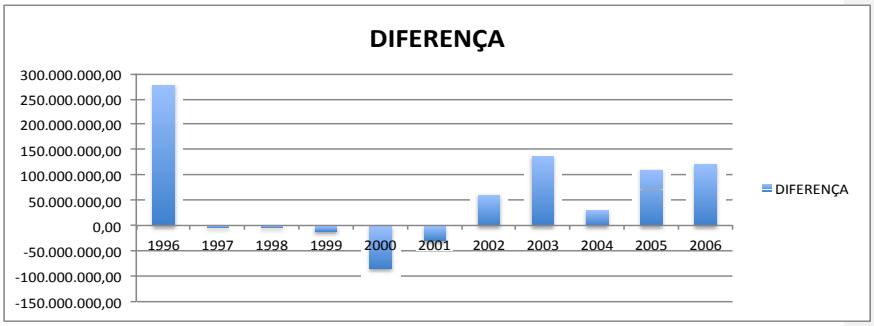
ORÇAMENTO GERAL
ORÇADO X EXECUTADO
(1996 - 2006)
Valores Atualizados para Dez/13, pelo IPCA - Ano base 1996

R$

ANO	ORÇADO	EXECUTADO	DIFERENÇA	VAR.%
1996	741.390.500,00	1.020.112.023,29	278.721.523,29	37,59
1997	941.252.423,49	939.123.804,91	-2.128.618,59	(0,23)
1998	1.054.008.694,03	1.051.152.942,34	-2.855.751,69	(0,27)
1999	984.344.803,91	972.855.441,40	-11.489.362,51	(1,17)
2000	928.866.304,96	844.349.265,77	-84.517.039,20	(9,10)
2001	952.940.260,42	923.690.274,72	-29.249.985,69	(3,10)
2002	831.895.378,84	893.573.700,21	61.678.321,37	7,41
2003	841.245.790,10	981.071.031,31	139.825.241,21	16,62
2004	954.846.297,00	986.408.798,70	31.562.501,70	3,30
2005	960.444.504,45	1.072.782.323,82	112.337.819,37	9,34
2006	1.017.608.516,39	1.140.713.722,28	123.105.205,89	12,10

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/Balanço Orçamentário





No Quadro 2, essa demonstração fica da seguinte maneira:

QUADRO 2
RECEITA ARRECADADA X DESPESA FIXADA
(1996 - 2006)

ANO	RECEITA	DESPESA	DÉFICIT/SUPERÁVIT	%
1996	309.169.681,89	364.625.236,19	(55.455.554,30)	(17,94)
1997	312.916.061,01	353.199.437,94	(40.283.376,93)	(12,87)
1998	368.342.197,79	401.908.103,95	(33.565.906,16)	(9,11)
1999	412.759.230,90	405.214.442,53	7.544.788,37	1,83
2000	430.078.285,80	372.694.323,30	57.383.962,50	13,34
2001	502.083.585,19	438.981.516,70	63.102.068,49	12,57
2002	479.292.156,53	477.880.033,69	1.412.122,84	0,29
2003	570.736.846,13	573.451.570,04	(2.714.723,91)	(0,48)
2004	589.483.310,91	620.397.084,10	(30.913.773,19)	(5,24)
2005	728.762.790,59	713.104.795,94	15.657.994,65	2,15
2006	787.923.969,73	782.072.055,87	5.851.913,86	0,74

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/Balanço Orçamentário

Fiéis ao nosso objetivo de apresentar uma visualização atualizada dos números, exibimos, juntamente com os quadros originais, outra versão, marcada com a letra “A”, atualizada pelo IPCA.

Dessa forma, o quadro 2 está assim distribuído:

QUADRO 2 - A
RECEITA ARRECADADA X DESPESA FIXADA
(1996 - 2006)
Valores atualizados para 2013 pelo IPCA - data base 1996

ANO	RECEITA	DESPESA	DÉFICIT/SUPERÁVIT	%
1996	864.964.019,02	1.020.112.023,29	(155.148.004,27)	(17,94)
1997	832.014.126,49	939.123.804,91	(107.109.678,42)	(12,87)
1998	963.364.463,64	1.051.152.942,34	(87.788.478,70)	(9,11)
1999	990.969.278,55	972.855.441,40	18.113.837,14	1,83
2000	974.354.215,06	844.349.265,77	130.004.949,30	13,34
2001	1.056.467.543,84	923.690.274,72	132.777.269,11	12,57
2002	896.214.186,82	893.573.700,21	2.640.486,61	0,29
2003	976.426.633,90	981.071.031,31	(4.644.397,41)	(0,48)
2004	937.257.023,72	986.408.798,70	(49.151.774,98)	(5,24)
2005	1.096.337.935,81	1.072.782.323,82	23.555.612,00	2,15
2006	1.149.249.199,79	1.140.713.722,28	8.535.477,51	0,74

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/Balanço Orçamentário

Apesar de a Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, não proibir explicitamente o déficit orçamentário, esse deve ser contido ou evitado por completo, como nos apresenta Toledo Júnior (2002, p.10):

> Nesse ponto, vale uma reflexão. A Lei de Responsabilidade fiscal, explicitamente, não proíbe o déficit; procura inibi-lo por vários meios, notadamente em sua forma imoderada e injustificada, mas não o veda. Essa lei pretende que o gestor se comprometa, de fato, com metas negociadas localmente, entre Prefeitura, Câmara e sociedade local. (TOLEDO JUNIOR, 2002, p. 10)

Podemos observar que tal afirmativa fica evidente no comportamento das receitas e despesas entre os anos de 1996 e 2006, quando, após déficits sucessivos (1996, 1997 e 1998), obtivemos, em 1999 e 2000, superávits de 1,83 e 13,34 por cento respectivamente. Lembramos que, durante a tramitação, no Congresso Nacional, do projeto de lei que deu origem à Lei Complementar nº 101/00, muitas recomendações no tocante ao controle dos gastos foram propagados. Assim, tal controle foi iniciado, resultando na melhora do desempenho orçamentário do município de Santos.

Somente em 2003 e 2004 o déficit retorna, com porcentuais de 0,48 e 5,24 respectivamente. Sem efetuar maiores estudos a respeito disso neste momento, visto que não é esse o objeto da pesquisa, podemos lembrar que esses anos correspondem aos anos de encerramento do mandado do ex-prefeito Beto Mansur, fato que politicamente sempre pressiona a execução da despesa pública, numa busca de consolidar ou conquistar eleitores.

Conforme já citado na página 15, a Constituição de 1988 estabeleceu um porcentual mínimo de gastos com a educação. que, no caso dos municípios, ficou em 25 por cento dos recursos provenientes da arrecadação de impostos próprios e das transferências. Em Santos, já por força da Lei Orgânica e, principalmente pela determinação do inciso II, do artigo 8º, da Lei nº 2.252 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de 26 de julho de 2004, deveria ser aplicado, na manutenção e desenvolvimento do ensino, um mínimo de 30 por cento da receita resultante de impostos, compreendida, inclusive, a proveniente de transferências, procedentes da União e Estados.

Foi, então, ajuizada pelo Prefeito de Santos à época uma ação de inconstitucionalidade cuja argumentação se valeu da assertiva de que é controle de constitucionalidade a vinculação de tributos a determinados gastos específicos,

conforme podemos observar no artigo 167, inciso IV da Constituição Federal:[22]

> Art. 167 - são vedados:
> IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos artigos 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no artigo 165, § 8º, bem como disposto no § 4º deste artigo;

Assim o gasto com a manutenção e desenvolvimento do ensino retorna ao patamar dos 25 por cento mínimos, determinados pela Constituição Federal.

Dessa forma, os valores gastos com educação, orçado X executado, no orçamento de 1996 a 2006, estão demonstrados no Quadro 3, onde ficam comprovados os valores orçados e executados e porcentuais em relação ao orçamento total e também os porcentuais de gastos, levando-se em consideração às vinculações constitucionais, determinado pelo artigo 212 da Constituição Federal:

QUADRO 3
ORÇAMENTO DA SEDUC
ORÇADO X EMPENHADO X PAGO
(1996-2006)

ANO	ORÇADO	%	EXECUTADO	%	PAGO	%
1996	45.970.960,00	17,35	60.483.526,10	16,59	51.787.104,19	22,39
1997	67.634.210,00	19,11	67.608.391,15	19,14	55.654.140,03	23,89
1998	77.001.216,10	19,11	77.137.780,46	19,19	85.251.639,50	30,33
1999	89.811.572,70	21,91	86.379.270,26	21,32	75.004.170,17	35,16
2000	91.663.000,00	22,36	87.824.750,60	23,56	78.028.001,32	26,57
2001	93.716.600,00	20,69	99.481.634,23	22,66	83.046.207,62	24,94
2002	95.045.000,00	21,36	101.493.635,53	21,24	91.895.892,39	25,00
2003	107.446.500,00	21,86	121.963.933,19	21,27	107.515.079,86	26,83
2004	135.058.195,76	22,49	146.993.995,23	23,69	128.997.198,00	27,08
2005	153.548.300,00	23,54	155.053.126,13	21,74	142.992.932,22	26,37
2006	163.460.000,00	23,43	175.958.332,15	22,50	165.821.359,33	27,30

Em R$
Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/ Balanço Orçamentário

A análise do Quadro 3 nos apresenta aspectos interessantes a respeito do comprometimento dos gastos com a área da educação em Santos. Em primeiro lugar, observamos que as despesas foram crescentes; os porcentuais de gastos

Comentado [NFS10]: A palavra "município" tem sido repetida demais. Basta citar o nome da cidade. Pelo contexto, já se conclui que é o município de Santos.

[22] O acórdão, que definiu a inconstitucionalidade da lei municipal nº 2.252/04, através do processo nº 116.995-0/0-00, encontra-se em anexo.

efetivamente pagos no exercício também variaram, inclusive com valores menores que o devido conforme os preceitos constitucionais. A partir do advento da lei de responsabilidade fiscal, os valores ficaram sempre acima dos 25 pontos porcentuais de gastos em relação à vinculação constitucional estabelecida, exceção feita ao exercício de 2001, quando o porcentual ficou muito próximo dos 25%.

Fica demonstrado que a obtenção do acórdão, citado anteriormente, foi relevante para que o município estivesse em dia com os preceitos legais, porém também se apresenta como uma forma de se cumprir somente o mínimo estabelecido.

Comentado [LB11]: Gostei da leitura que você fez do quadro em questão.

Mantendo a sequência de apresentação dos quadros, a valores presentes, demonstramos abaixo como ficaram os valores, orçados, executados e efetivamente pagos, na área da educação, no município de Santos, entre os anos de 1996 e 2006, desta forma:

QUADRO 3- A
ORÇAMENTO DA SEDUC
ORÇADO X EMPENHADO X PAGO
(1996-2006)
Valores atualizados para dez/2013 pelo IPCA - data base 1996

R$

ANO	ORÇADO	%	EXECUTADO	%	PAGO	%
1996	128.612.954,79	17,35	169.214.760,97	16,59	144.884.781,39	22,39
1997	179.832.949,36	19,11	179.764.299,49	19,14	147.979.079,61	23,89
1998	201.389.457,12	19,11	201.746.628,39	19,19	222.967.665,54	30,33
1999	215.623.304,68	21,91	207.382.892,31	21,32	180.073.085,80	35,16
2000	207.665.053,93	22,36	198.969.394,08	23,56	176.774.588,46	26,57
2001	197.195.345,83	20,69	209.325.938,69	22,66	174.743.061,87	24,94
2002	177.721.826,29	21,36	189.779.938,59	21,24	171.833.403,38	25,00
2003	183.821.361,86	21,86	208.658.041,88	21,27	183.938.689,49	26,83
2004	214.737.618,93	22,49	233.715.105,96	23,69	205.100.852,95	27,08
2005	230.995.364,26	23,54	233.259.198,24	21,74	215.116.054,46	26,37
2006	238.419.290,97	23,43	256.649.093,30	22,50	241.863.519,63	27,30

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/ Balanço Orçamentário

Os valores apresentados revelam que a área da educação recebeu a atenção necessária para dar conta das exigências constitucionais estabelecidas. Os porcentuais, em sua maioria, sempre estiveram próximos à exigência legal do mínimo de 25% dos recursos dos impostos, próprios e dos transferidos. Evidência de que a busca pelo cumprimento mínimo da exigência legal já nos dá conta de como os agentes públicos conduziam a execução de uma política pública de

tamanha importância.

Após essa abordagem geral sobre os valores gastos com a área da educação em Santos, passaremos agora ao foco propriamente dito, objeto da pesquisa, que é o FUNDEF no município citado.

É importante esclarecer que os dados até agora apresentados referem-se aos exercícios de 1996 a 2006, lembrando que a vigência do FUNDEF foi de 1998 a 2006. Contudo é de nosso entendimento que, no tocante à apresentação dos dados orçamentários, torna-se interessante demonstrar como estava o comportamento dos gastos com a área da educação antes do advento e vigência do fundo.

3.2 - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no município de Santos (1998-2006)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF teve seu início de atividades em 1998, como estabelecia a lei federal. A regulamentação exigia a implantação, no âmbito municipal, de um conselho.

O Conselho Municipal teria a competência de acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo; supervisionar a realização do Censo Educacional Anual e examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do fundo.

Dessa forma no Quadro 4, apresentamos os valores retidos e os valores repassados relativos ao FUNDEF, no município de Santos, no período de 1998 a 2006.

QUADRO 4
VALORES RETIDOS/TRANSFERIDOS - FUNDEF SANTOS
(1998 - 2006)

Em R$

ANO	RETIDOS	TRANSFERIDOS
1998	9.286.099,68	16.786.528,54
1999	11.079.520,79	16.267.819,27
2000	13.690.826,89	18.959.366,60
2001	13.440.562,55	21.044.583,93
2002	14.318.740,08	24.359.807,13
2003	15.704.346,40	25.896.249,40
2004	18.927.169,57	29.421.922,12
2005	22.528.716,34	33.943.482,38
2006	25.986.526,19	37.599.961,69

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/ Balanço Orçamentário

Os valores transferidos sempre superaram os valores retidos, demonstrando que Santos, conforme os critérios de distribuição já descritos no capítulo I, sempre obteve vantagem com a implantação do FUNDEF. Tal fato se deve ao número de alunos matriculados na rede pública municipal e que sempre esteve em volume além da média dos municípios.

Também entendemos ser de grande valia a apresentação do respectivo Quadro 4 com valores presentes, sempre lembrando que essa atualização traz os valores da época, ou seja, dezembro de 2013. Desse modo, o Quadro 4 - A está assim demonstrado:

QUADRO 4 - A
VALORES RETIDOS/TRANSFERIDOS - FUNDEF SANTOS
(1998 - 2006)

Em R$

ANO	RETIDOS	TRANSFERIDOS
1998	24.286.922,57	43.903.590,63
1999	26.600.167,61	39.056.447,24
2000	31.016.945,82	42.952.967,80
2001	28.281.183,70	44.281.312,02
2002	26.774.187,36	45.549.680,80
2003	26.867.272,01	44.303.758,91
2004	30.093.511,20	46.779.786,04
2005	33.891.804,97	51.063.978,41
2006	37.903.396,24	54.842.507,07

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/ Balanço Orçamentário
Valores Atualizados pelo IPCA - Data Base 1996/ Valores 2013

Podemos observar que, a valores atualizados, os repasses são bastante significativos. Como exemplo, podemos comparar os valores efetivamente pagos, e devidamente atualizados a valores presentes, da área da educação, relativos ao ano de 2006, no valor de R$ 241.863.519,63 (duzentos e quarenta e um milhões, oitocentos e sessenta e três mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta e três centavos), com o valor repassado do FUNDEF no mesmo ano, também atualizado pelo mesmo critério anteriormente citado, devido ao município de Santos que foi de R$ 54.842.507,07 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sete reais e sete centavos). Essa relação apresenta um porcentual de 22,67%, demonstrando que, de todos os valores pagos, atualizados com base em dezembro de 2013, pela área da educação, aproximadamente 23% foram oriundos dos repasses do FUNDEF.

Apresentamos, no Quadro 5, os valores comprometidos, no município de Santos, seguindo as regras de aplicação do FUNDEF:

QUADRO 5

FUNDEF - ART.60 - CAPUT/ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS/CONSTITUIÇÃO FEDERAL

	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
RECURSOS DO FUNDEF+APLIC.FINANCEIRA	16.786.528,54	100,00	16.561.417,18	100,00	19.080.487,54	100,00	21.325.193,36	100,00	24.634.504,41	100,00
DESPESAS COM ENS.FUNDAMENTAL - FUNDEF										
Despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício(mínimo 60%)							19.825.724,83	92,97	21.353.461,11	86,68
Demais despesas (40%)							801.817,22	3,76	3.048.512,40	12,37
Total Geral Aplicado	16.383.904,24	97,60	16.552.940,97	99,95	18.216.341,38	95,47	20.627.542,05	96,73	24.401.973,51	99,06
Recursos Acumulados Não Aplicados	402.624,30		8.476,21		864.146,10		697.651,31		232.530,90	

	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
RECURSOS DO FUNDEF+APLIC.FINANCEIRA	26.696.894,18	100,00	29.562.995,89	100,00	34.460.158,99	100,00	38.682.769,15	100,00
DESPESAS COM ENS.FUNDAMENTAL - FUNDEF								
Despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício(mínimo 60%)	21.971.903,65	82,30	26.217.625,70	88,68	28.063.655,77	81,44	26.338.222,20	68,09
Demais despesas (40%)	3.371.669,75	12,63	3.345.370,19	11,32	1.102.844,46	3,20	1.073.757,18	2,78
Total Geral Aplicado	25.343.573,40	94,63	29.562.995,89	100,00	29.166.500,23	84,64	27.411.979,38	70,86
Recursos Acumulados Não Aplicados	1.353.320,78		0,00		5.293.658,76		11.270.789,77	

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/ Relatórios de Prestação de Contas

No Quadro 5, demonstramos os valores comprometidos com o FUNDEF, ano a ano, entre 1998 e 2006, demonstrando inclusive a questão da vinculação das despesas, sendo que deveriam ser gastos no mínimo 60% com os profissionais do magistério e no máximo 40% com outros tipos de gastos.

Podemos observar que, entre 2001 e 2006, os porcentuais foram rigorosamente cumpridos, inclusive com certa margem positiva. Destaque para o exercício de 2004 quando foram aplicados 100% dos recursos do FUNDEF.

Cumpre aqui uma explicação relativa aos anos de 1998, 1999 e 2000, quando a formatação dos relatórios de prestação de contas (em anexo) prejudicou a apresentação dos dados. Os exercícios de 1998, 1999 e 2000 foram apresentados em valores gerais aplicados (executados), o que compromete a transparência da informação.

Durante o período de implantação do FUNDEF em todo o país, assim como em Santos, os órgãos técnicos de elaboração orçamentária tiveram muitas dificuldades na adequação dos orçamentos para que houvesse transparência no acompanhamento da nova política pública em educação. Assim os relatórios de prestação de contas (em anexo) foram se alterando com o passar dos anos. Mesmo após 2006, os relatórios foram se aprimorando, com a orientação dos Tribunais de Contas federal e estaduais, em particular o nosso Tribunal de Contas do Estado de

São Paulo, que sempre apresentou manuais de orientação de procedimentos aos municípios de nosso estado.

Ainda, mantendo a formatação da pesquisa, apresentamos a seguir o Quadro 5 - A, onde os valores efetivamente gastos no FUNDEF, no município de Santos, apresentam-se atualizados pelo IPCA a valores de dezembro de 2013, com data base de 1996:

QUADRO 5 - A
Valores Atualizados pelo IPCA - DEZ 2013 - data base 1996
FUNDEF - ART.60 - CAPUT/ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS/CONSTITUIÇÃO FEDERAL

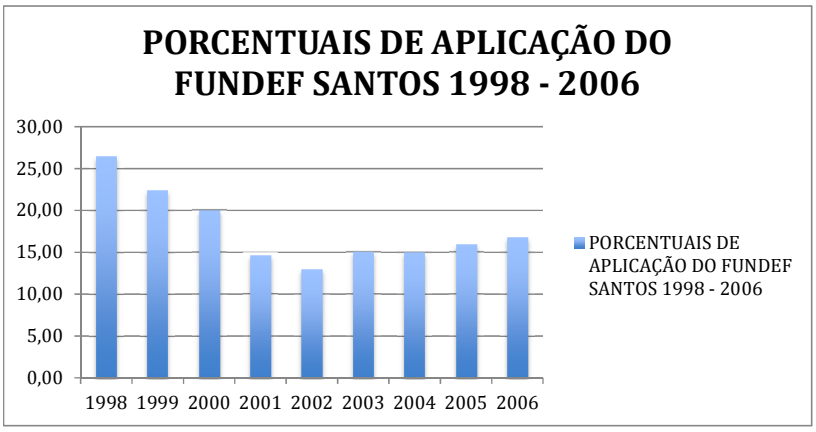
	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
RECURSOS DO FUNDEF+APLIC.FINANCEIRA	43.903.590,63	100,00	39.761.329,14	100,00	43.227.370,63	100,00	44.871.761,03	100,00	46.063.329,09	100,00
DESPESAS COM ENS.FUNDAMENTAL - FUNDEF										
Despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício(mínimo 60%)							41.716.629,33	92,97	39.928.203,55	86,68
Demais despesas (40%)							1.687.157,07	3,76	5.700.322,91	12,37
Total Geral Aplicado	42.850.564,54	97,60	39.740.979,11	99,95	41.269.623,68	95,47	43.403.786,40	96,73	45.628.526,46	99,06
Recursos Acumulados Não Aplicados	1.053.026,09		20.350,03		1.957.746,95		1.467.974,63		434.802,63	

	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
RECURSOS DO FUNDEF+APLIC.FINANCEIRA	45.673.516,08	100,00	47.004.088,20	100,00	51.841.257,63	100,00	56.421.867,08	100,00
DESPESAS COM ENS.FUNDAMENTAL - FUNDEF								
Despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício(mínimo 60%)	37.589.919,18	82,30	41.685.071,28	88,68	42.218.470,59	81,44	38.416.372,58	68,09
Demais despesas (40%)	5.768.311,91	12,63	5.319.016,92	11,32	1.659.099,83	3,20	1.566.159,46	2,78
Total Geral Aplicado	43.358.231,09	94,63	47.004.088,20	100,00	43.877.570,41	84,64	39.982.532,04	70,86
Recursos Acumulados Não Aplicados	2.315.284,99		0,00		7.963.687,21		16.439.335,04	

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos/ Relatórios de Prestação de Contas

Mesmo com as disparidades existentes nos relatórios de prestação de contas dos gastos com educação, em função dos critérios orçamentários utilizados à época, buscamos os valores porcentuais gastos com o FUNDEF no período de 1998 a 2006, no município de Santos.

Os porcentuais, ano a ano, ficaram assim distribuídos: **1998 - 26,47%; 1999 - 22,41; 2000 - 19,96; 2001 - 14,55%; 2002 - 12,92%; 2003 - 15,01%; 2004 - 15,00%; 2005 - 15,87%; 2006 - 16,76%.**



É importante destacar que esses porcentuais estão apresentados conforme os vínculos estabelecidos na legislação que criou o FUNDEF, ou seja, mínimo de 15% dos recursos oriundos das arrecadações do Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; Desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Exportação e a Cota Parte da Participação do Estado na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

No aspecto legal, 2001 e 2002 foram os únicos anos que não atingiram o porcentual mínimo exigido pela legislação; os demais exercícios atenderam plenamente às determinações da lei do FUNDEF.

É possível observar que, a partir de 2003, os porcentuais estiveram sempre numa curva ascendente.

Como o objeto de nossa pesquisa não foi investigar a qualidade dos serviços ofertados, mas tão somente observar o cumprimento das determinações legais através da aferição do orçamento (tanto o valor planejado/orçado, quanto o efetivamente gasto), identificando, assim, a possível influência dos agentes políticos nesse processo, deixaremos para outra oportunidade a ampliação da pesquisa, ficando apenas com a identificação da conduta dos agentes políticos na execução

Comentado [NFS12]: A informação que excluí era redundante.

desta política pública.

Todos os quadros, apresentados anteriormente, foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, criado inicialmente com a finalidade de corrigir as demonstrações financeiras das companhias abertas, tornou-se o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias. Sendo assim, apresentamos a seguir Tabela de Conversão/Atualização de valores, pelo IPCA, com data base 1996, com atualização de valores para dezembro de 2013. A utilização metodológica da Tabela se faz pela divisão do valor pretendido no seu mês original pelo número índice correspondente e a multiplicação pelo número índice relativo ao exercício de 2013. A tabela está assim constituída:

TABELA DE CONVERSÃO DE VALORES
IPCA - ANO BASE 1996

ANO	% ANO	NO. ÍNDICE ACUM.
1997	5,22	1,0522
1998	1,66	1,0697
1999	8,94	1,1653
2000	5,97	1,2349
2001	7,67	1,3296
2002	12,53	1,4962
2003	9,3	1,6353
2004	7,6	1,7596
2005	5,69	1,8597
2006	3,14	1,9181
2007	4,45	2,0035
2008	5,9	2,1217
2009	4,31	2,2131
2010	5,9	2,3437
2011	6,5	2,496
2012	5,83	2,6416
2013	5,91	2,7977

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Como forma de demonstrarmos a utilização da Tabela, apresentamos o seguinte exemplo:

Valor de R$ 1.000.000,00 em 1998, atualizando-se para 2013:

(1.000.000,00/1,0697)*2,7977 = 2.615.406,19

Várias foram as informações apresentadas até aqui. Efetuaremos uma análise geral em nossas considerações finais, correlacionando todos os dados apresentados com as questões do poder existentes na condução desta política

pública em educação para chegarmos ao entendimento de como a governança e a governabilidade aparecem ou deixam transparecer, na execução do orçamento municipal.

Considerações Finais:

Diante do que foi anteriormente apresentado, algumas reflexões e entendimentos ficam expostos e à disposição para apreciação. As dificuldades para analisar e compreender as entranhas políticas de execução do planejamento, em nosso caso com ênfase no orçamentário, de uma das áreas mais complexas e carentes deste país, que é a educação, é um grande desafio.

A empreitada de tentar estabelecer uma relação direta entre a gestão de uma política pública em educação, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, e o poder, presente na condução desta política, pode ter sido considerada como um verdadeiro ato de coragem. Ficou claro que as escolhas feitas durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, no tocante aos autores referenciados, foram muito importantes para uma criteriosa observação da referida relação de poder.

Ao buscar em FOUCAULT o alicerce para a interpretação das relações de poder, ficou claro, ao longo do processo de construção do objeto da pesquisa, ter sido a escolha certa.

Buscar compreender como os atores sociais, em nosso caso os gestores do processo de planejamento e execução da política pública em educação, exerceram e exercem influências nos parecia algo ao mesmo tempo óbvio e também um tanto quanto obscuro.

Comentado [NFS13]: Penso que seja mais apropriado utilizar o antônimo de "óbvio". Creio ser essa a ideia que você quis transmitir. "Implícito" tem outra conotação.

Como já dito anteriormente, o poder emana de todas as áreas e de todos os indivíduos. As influências sempre estão presentes em todas as decisões, em todas as resoluções.

Interesses diversos norteiam a condução das políticas ligadas às áreas sociais, principalmente. Basta verificar o impacto que provocam nos momentos mais cruciais da vida pública de qualquer político: o voto. Aqui, comprovamos o que Foucault revela em sua obra "Microfísica do Poder": aos governos interessa é atingir os objetivos que lhe trarão o devido retorno, ou seja, a máxima permanência no poder, deixando o bem comum como um fator secundário para a tomada das decisões condutoras das políticas públicas.

Comentado [NFS14]: Reformulei esse trecho, pois, a menos que seu orientador tenha instruído ao contrário, via de regra, não se emprega a 1.ª pessoa do singular (eu) em um trabalho científico.

Entender o que seja política foi o ponto de partida para a compreensão dos conceitos que viriam a seguir: perceber como a humanidade se organiza e decide de

que maneira a sociedade poderá ser direcionada, com o objetivo de atender a todos os indivíduos nela inseridos de forma satisfatória, buscando resolver os problemas sociais, econômicos etc. Assim, compreender essas relações e como isso se apresenta é o verdadeiro desafio.

Conhecer as ideias de Aristóteles e Maquiavel contribuiu para um melhor entendimento de como o indivíduo se comporta, ou deve se comportar, em sociedade para atingir o bem comum. Com Aristóteles, percebemos, principalmente, a preocupação com o coletivo e a visão contida em uma busca constante pelo bem-estar social. Com Maquiavel, aprendemos sobre o comportamento individual, como o governante deve se posicionar para atingir seus objetivos, "amado ou temido".

Esses dois célebres autores foram o ponto de partida para um processo de investigação sobre as influências, o poder e a gestão pública.

É evidente que tal interesse investigativo teve sua influência preponderante alicerçada na própria experiência profissional deste pesquisador. Ao chefiar o departamento que elaborava e controlava a execução do orçamento, durante quase todo o período de implantação e vigência do FUNDEF, no município de Santos,[23] pudemos observar que várias decisões foram tomadas em função de interesses políticos, mais preocupados com a questão do cumprimento das normas legais.

Durante as discussões para a elaboração e execução do orçamento municipal, pudemos perceber que os princípios de governabilidade e de governança sempre foram norteados por conflitos entre os poderes constituídos — legislativo e executivo —, deixando de lado a qualidade e, muitas vezes, o cumprimento de premissas básicas para a conduta adequada de uma política pública.

Recordemos o significado dos conceitos de governabilidade, no qual encontramos direta relação com a capacidade do Estado de prover, direcionar e destinar recursos necessários à execução das políticas públicas, e de governança, segundo o qual as relações se passam num nível mais amplo, com observação da cooperação entre os vários atores sociais.

Pudemos observar que, em Santos, a mudança política durante o processo de implantação e execução do FUNDEF foi um fator de mudanças na condução das políticas classificadas como sociais e educacionais. Focando nas políticas

[23] Estivemos à frente da chefia do departamento de elaboração e execução orçamentária, no período de 1995 a 2003.

educacionais e, em particular, no FUNDEF, pudemos constatar que os interesses por outras áreas de atuação exerceram forte pressão sobre as tomadas de decisões quanto à destinação dos recursos orçamentários.

Um fato certamente significativo foi o de que, apesar de o município, em sua Lei Orgânica, possuir uma determinação para aplicar, no ensino, recursos ,de no mínimo 30 por cento de seus impostos próprios e dos transferidos, o governo procurou encontrar alternativas judiciais para diminuir esse porcentual de vinculação, conforme dito na página 40 desta dissertação, objetivando liberar recursos para outras áreas de seu interesse.

Comentado [LB15]: Exemplo de análise criteriosa. A interpretação que você aqui nos apresenta está fundamentada em evidências que foram produzidas ao longo da pesquisa e anteriormente apresentadas.

Os porcentuais de gastos com a educação sempre estiveram muito próximos, ou por vezes até aquém, do limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal, conforme foi apresentado no Quadro 3 (p. 41).

Fica evidente que a execução da política pública, sem entrar no mérito da qualidade dos gastos, como já dito anteriormente, teve sua parcela legalista, ou seja, preocupava-se com o cumprimento dos ditames legais, nunca buscando ir além na concentração dos recursos em áreas sociais.

Apesar de o município receber recursos significativos dos repasses do FUNDEF, seus porcentuais de aplicação sempre estiveram próximos dos porcentuais legais. Nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, o município aplicou recursos no FUNDEF bem acima do estabelecido pela legislação (26,47%, 22,41% e 19,96%, respectivamente). Contudo, nos exercícios seguintes, esses porcentuais foram reduzidos, chegando a ser inferior ao determinado pela legislação, como em 2002 (12,92%).

Os orçamentos do município de Santos sempre foram significativos, como explicado no Quadro 2 (p.39), reforçado pelo Quadro 2-A onde apresentamos os valores corrigidos para os dias atuais, pelo IPCA, demonstrando que, no exercício de 2006, o orçamento era equivalente a mais de um bilhão de reais.

O poder se faz presente em todos os momentos e a partir de todos os indivíduos, e, com a apresentação de uma única faceta de análise, através do orçamento público da cidade de Santos, podemos constatar que a condução das políticas públicas sempre estará sujeita a influências, as quais são exercidas tanto pelos servidores subalternos, como pelos mais graduados. Mesmo com as determinações legais impondo um controle sobre os gastos, é necessária a

Comentado [NFS16]: "Municipal" e "da cidade" são sinônimos.

implantação de indicadores de desempenho para a aferição da qualidade e enquadramento desses gastos.

De nada serviu o empenho de nossos deputados constituintes, que se preocuparam com a preservação de recursos mínimos para áreas como Educação, Saúde e também para a Assistência Social, com a apresentação de um projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, se o acompanhamento da qualidade desses gastos não estiver presente na lista de exigências por parte dos órgãos fiscalizadores, como os Tribunais de Contas, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas Estaduais e o próprio Congresso Nacional.

Vale lembrar, por fim, que uma necessária mudança cultural é muito importante para que a sociedade organizada possa realmente participar do acompanhamento do gasto público, não como simples cumprimento de tabela de uma legislação qualquer, mas com participação efetiva e consciente de que o cidadão pode e deve fazer a diferença na hora de fiscalizar a gestão pública em toda a sua plenitude.

Comentado [NFS17]: Não ficou claro: se você trata sobre os deputados constituintes, significa que já elaboraram a lei. Afinal, são constituintes apenas até a promulgação da Constituição. Logo, não é possível escrever "apresentação de um projeto de lei EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL". Entendi que o projeto já foi aprovado. Portanto, não está em tramitação. É isso mesmo? Se for, é necessário corrigir a redação, OK?

Comentado [LB18]: Muito bem. Trabalho concluído. Agora, o que você tem a fazer é: 1º) encerrar a edição da dissertação, incluindo Referências, Anexos, Ficha Catalográfica, Página de Rosto etc.; 2º) encaminhar o texto para uma boa revisão [tomei a liberdade de corrigir e sugerir correções, mas fique à vontade para aceitá-las, ou não]; 3º) definir 28 de fevereiro como data-limite para o depósito; 4º) entrar em contato com os membros da Banca do Exame de Qualificação para agendar, com eles, a data da defesa __ sugiro que seja na manhã de uma quinta-feira, preferencialmente na última quinta-feira de março, dia 27; outra possibilidade: na manhã de uma quarta-feira (neste caso, dia 26).
Membros suplentes: Profa. Dra. Ivanise Monfredini (interno / Unisantos); Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves (externo / PUC-SP).
Lembre-se que, para a defesa, serão necessárias cinco cópias da dissertação (encadernadas com espiral). A cópia do membro suplente externo deverá ficar na Secretaria; se, por algum motivo, precisarmos acionar esse suplente, lançaremos mão do dito exemplar.
Abraço,
Luiz

REFERÊNCIAS

Livros, Periódicos, Teses, Dissertações e Sites.

ANGÉLICO**,** João: **Contabilidade Pública** / João Angélico. - 8. ed. - 13. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2006.

ARISTÓTELES**,** 384-322 a.C.: **A política** / Aristóteles; introdução de Ivan Lins; tradução de Nestor Silveira Chaves. - Ed. especial. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. (Saraiva de bolso)

BOBBIO, Norberto: **Estado, governo, sociedade - por uma teoria geral da política** / Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes. - 37. ed. atual. a ampl. - São Paulo: Saraiva, 2005.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas percpectivas** / Peter Burke (org); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979 e 1982.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros;** tradução Eduardo Brandão - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

FREDDO, Antônio Carlos: **A ideologia em ato: a filiação imaginária do sujeito** - Santos: Editora Leopoldianum, 2004.

GIACOMONI, James: **Orçamento público**, - 12. ed. ampliada, revista e atualizada - São

Paulo: Atlas, 2003.

GINZBURG, Carlo: **Mitos, Emblemas, Sinais - Morfologia e História** - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRIFFIN, Gerald R., - **Maquiavel na administração: como jogar e ganhar o jogo do poder na empresa.** Tradução Geni G. Goldschmidt. - São Paulo: Atlas, 1994.

HOBBES, T. **Leviatã, ou, matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Claret, 2009.

LINS, Ivan. **Introdução. In: Aristóteles. A Política**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. a-z.

MACHADO JR., José Teixeira: **A lei 4.320 comentada** [por] J. Teixeira Machado Jr. [e] Heraldo da Costa Reis. 29. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, IBAM, 1999.

MACHIAVELLI, NICCOLO, 1469-1527: **O príncipe.** Tradução, prefácio e notas de Lívio Xavier. - [Ed.especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. (Saraiva de bolso)

MEIRELLES, Hely Lopes**. Direito administrativo brasileiro**. 20. ed. atual. Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: editora Malheiros, 1990

MELCHIOR, José Carlos de Araújo (1972). **A política de vinculação de recursos públicos e o financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: FEUSP, 136 p. (Tese de Doutorado).

MELCHIOR, José Carlos de Araújo (1997). **Mudanças no financiamento da educação no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 94 p.

MOOJEN, Guilherme. **Orçamento Público**. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, 1959.

NASCIMENTO E SILVA, Daniel: **Manual de redação para trabalhos acadêmicos: position paper, ensaios teóricos, artigos científicos e questões discursivas** / Daniel Nascimento e Silva - São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Rosimar de Fátima: **O FUNDEF em três dimensões: formulação, regulamentação e implementação** / Rosimar de Fátima Oliveira. - Rio de Janeiro: Publit, 2008.

PETERS, Michel A. **Por que FOUCAULT?: novas diretrizes para a pesquisa educacional** / Michel A. Peters, Tina Belley (org); Fabian Kessl; tradução Vinicius Figueira Duarte. - Porto Alegre: Artmed, 2008.

SAVIANI, Dermeval: **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional** / Demerval Saviani - 3. ed. - Campinas, SP: auditores associados, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim: **Metodologia do trabalho científico** / Antônio Joaquim Severino. - 23. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Christian Luiz da Silva da: **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável** / Christian Luiz da Silva, José Edmilson de Souza Lima, organizadores, - São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **"Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte"**. In: DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Vol. 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. TOLEDO JR**.**, Flávio C. de: **Lei de responsabilidade fiscal: comentada artigo por artigo** / Flávio C. de Toledo Jr., Sérgio Ciquera Rossi. - 2 ed. - São Paulo: NDJ, 2002.

VEIGA**,** Cyntia Greive: **História da Educação**. - São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo: **A pesquisa em história** / Maria do Pilar de Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Yara Maria Aun Khoury, - 5. ed. - São Paulo: Ática, 2007.

Comentado [LB19]: Muito bem. Trabalho concluído. Agora, o que você tem a fazer é: 1º) encerrar a edição da dissertação, incluindo Referências, Anexos, Ficha Catalográfica, Página de Rosto etc.; 2º) encaminhar o texto para uma boa revisão [tomei a liberdade de corrigir e sugerir correções, mas fique à vontade para aceitá-las, ou não]; 3º) definir 28 de fevereiro como data-limite para o depósito; 4º) entrar em contato com os membros da Banca do Exame de Qualificação para agendar, com eles, a data da defesa _ sugiro que seja na manhã de uma quinta-feira, preferencialmente na última quinta-feira de março, dia 27; outra possibilidade: na manhã de uma quarta-feira (neste caso, dia 26).
Membros suplentes: Profa. Dra. Ivanise Monfredini (interno / Unisantos); Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves (externo / PUC-SP).
Lembre-se que, para a defesa, serão necessárias cinco cópias da dissertação (encadernadas com espiral). A cópia do membro suplente externo deverá ficar na Secretaria; se, por algum motivo, precisarmos acionar esse suplente, lançaremos mão do dito exemplar.
Abraço,
Luiz

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO 05
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº
"00660334"

ACÓRDÃC

Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do município de Santos em face do inciso II, do art. 8º, da 2.252/04 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), por usurpação de competência privativa do Chefe do Executivo e violação da coisa julgada.

Preliminar de incompetência desta Corte afastada, pois lei municipal que viola preceito da Constituição da República, e simultaneamente norma prevista na Carta Paulista – de repetição obrigatória - também está sujeita a controle de constitucionalidade pela via concentrada, perante o Tribunal de Justiça local. Violação do princípio da separação de Poderes. ***Ação julgada procedente.***

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI nº 116.995-0/0-00, da Comarca de SÃO PAULO, em que é requerente o PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTOS, sendo requerido o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS:

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por votação unânime, rejeitada a matéria preliminar, julgar procedente a ação para declarar inconstitucional o inciso II, do artigo 8º, da Lei nº 2.252/04, do município de Santos, ratificada a liminar concedida.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do município de Santos em face do inciso II, do artigo 8º, da Lei nº 2.252 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de 26 de julho de 2004, daquela comuna, que impõe ao município a previsão de orçamento anual que assegure a "... *manutenção e desenvolvimento do ensino no percentual mínimo de 30 % da receita resultante de impostos, compreendida, inclusive, a proveniente de transferências, procedentes da União e dos Estados*".

Reclama o requerente contra a ocorrência de vício de iniciativa no projeto de Lei nº 90/2004, do qual resultou a norma ora impugnada, cuja iniciativa é exclusiva do Poder Executivo, já que cuida de "... vinculação da receita de impostos e sua destinação orçamentária", afrontando, assim, o princípio da separação de Poderes.

Ao lado disto, ressalta o fato de que o artigo 203 da Lei Orgânica do município, que estabelecia o percentual mínimo de 30%, da receita corrente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, já teve declarada sua inconstitucionalidade por esta Corte, no julgamento da Adin nº 84.303.0/8, de sorte que a edição da norma configura violação à coisa julgada.

Deferida a medida liminar a fls. 344/347, vieram as informações da Câmara Municipal, figurantes a fls. 364/371; nelas, argüi-se, preliminarmente, incompetência desta Corte em razão da matéria, pois os dispositivos da Carta Paulista que teriam sido violados são mera reprodução de normas inseridas na Constituição da República; no mérito, aduz que a norma impugnada não cria ou eleva despesas, mas apenas direciona o orçamento municipal para o exercício de 2005, tratando-se, em verdade, de matéria de interesse local e, portanto, de iniciativa concorrente.

Sobreveio, então, parecer ministerial pela procedência da ação (fls. 423/427), com manifestação da Procuradoria Geral do Estado, a fls. 429/430, em que aponta a inexistência de interesse da instituição na defesa do ato impugnado.

É o relatório.

Afasta-se, inicialmente, a preliminar suscitada pela Câmara Municipal, e isto porque já é pacífico o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no sentido de que leis ou atos normativos municipais que estejam em desacordo com a Constituição do Estado, ainda que sejam meras normas de repetição de regramentos previstos na Lei Maior, também estão sujeitos ao controle de cons-

titucionalidade pela via concentrada, perante o Tribunal de Justiça local.

E, quanto ao mérito, a ação deve ser julgada procedente, como vem cumpridamente demonstrado na judiciosa manifestação da douta Procuradoria Geral de Justiça, em parecer da lavra do dr. Rodrigo César Rebello Pinho, que se transcreve, em parte:

"Com efeito, o artigo 176, inciso IV, da Constituição do Estado de São Paulo, dispõe que:

São vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as permissões previstas no artigo 167, IV, da Constituição Federal e a destinação de recursos para pesquisa científica e tecnológica, conforme dispõe o artigo 218,§ 5º, da Constituição Federal.

Por sua vez, o artigo 167, inciso IV, da Constituição Federal, estabelece o seguinte:

Art.167 - são vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e

ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos artigos 198, § 2°, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no artigo 165, § 8°, bem como disposto no § 4° deste artigo;

Já o artigo 212, caput, da Constituição Federal, reza que: A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Como se vê, a Constituição em vigor introduziu a regra por força da qual é vedada a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Também criou exceções a essa regra, entre as quais a aplicação do percentual mínimo constitucionalmente previsto (25%) na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A regra da não-afetação de receitas encontra fundamento no princípio da independência e harmonia entre os Poderes, consagrado no artigo 5°, da Constituição do Estado de São Paulo, em face da instituição

em favor do Poder Executivo - por força do artigo 174, incisos I a III, dessa mesma Carta Política-, da reserva de iniciativa das leis que disponham sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Assim, com base nesse regramento constitucional, o Legislativo fica impossibilitado de, por vias transversas, mediante o subterfúgio da vinculação de receitas, criar obstáculos ao pleno exercício pelo Executivo da prerrogativa governamental de elaboração dos projetos relativos ao sistema orçamentário, inclusive no que diz com a definição prévia das políticas públicas, a compatibilização das receitas realizadas com as despesas programadas e a implantação do plano de governo e gestão.

Ora, ao instituir na lei de diretrizes orçamentárias a obrigatoriedade de aplicação do percentual mínimo de 30% da receita resultante de impostos, compreendida, inclusive, a proveniente de transferência, procedentes da União e dos Estados, a Câmara vinculou recursos além dos parâmetros constitucionalmente previstos, sem considerar a reserva de iniciativa, em matéria orçamentária, instituída em favor do Executivo e, ainda, o fato de que os Municípios não foram dotados

de poder constituinte que os possibilite instituir exceções às regras firmadas pela Constituição.

Para finalizar, observo que normas de conteúdo idêntico ao dispositivo impugnado nestes autos - as quais instituíram novas exceções à regra da não-vinculação de receitas - já foram declaradas inconstitucionais pelo Plenário desse E. Tribunal de Justiça (Adin nº 84.303.0/8-00, Rel. Des. Barbosa Pereira; Adin nº 12.240, Rel. Des. Ney Almada) e também pelo Colendo Supremo Tribunal Federal (STF - Pleno, Adin nº 103/RO, Rel. Min. Sydney Sanches, Diário da Justiça, Seção I, 8 de setembro de 1995)."

De tudo se vê que houve, realmente, violação dos artigos 5º, 144, 174, incisos I a III e 176, inciso IV, todos da Constituição do Estado; daí porque, rejeitada a matéria preliminar, julgam procedente a ação, nos termos especificados no dispositivo.

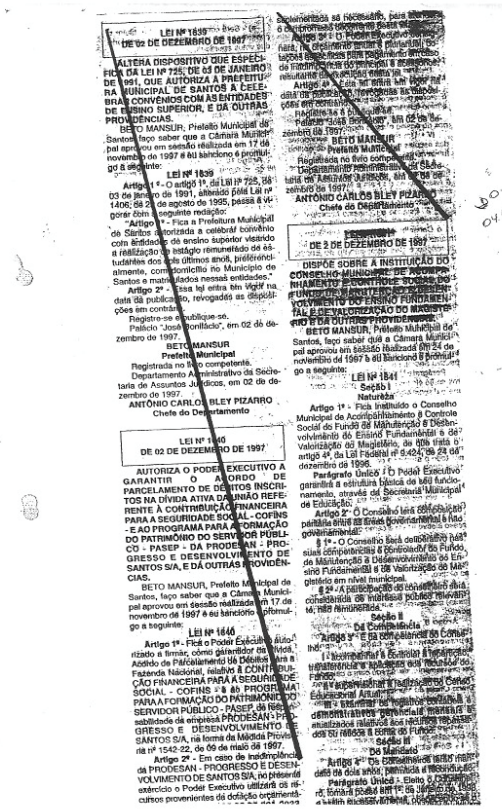
Participaram do julgamento os Desembargadores LUIZ TÂMBARA (Presidente), GENTIL LEITE, JOSÉ CARDINALE, DENSER DE SÁ, MOHAMED AMARO, VALLIM BELLOCCHI, JARBAS MAZZONI, MENEZES GOMES, PAULO FRANCO, BARBOSA PEREIRA, RUY CAMILO, OLIVEIRA RIBEIRO, PASSOS DE FREITAS, ROBERTO STUCCHI, MARCO CÉSAR, WALTER GUILHERME, LAERTE NORDI.

SOUSA LIMA, CANGUÇU DE ALMEIDA, CELSO LIMONGI, VIANA SANTOS, DEBATIN CARDOSO e MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS ANDRADE.

São Paulo, 17 de agosto de 2005.

LUIZ TÂMBARA
Presidente

SINÉSIO DE SOUZA
Relator



LEI Nº 1839
DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997

ALTERA DISPOSITIVO QUE ESPECIFICA DA LEI Nº 725, DE 03 DE JANEIRO DE 1991, QUE AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS A CELEBRAR CONVÊNIOS COM AS ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BETO MANSUR, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 17 de novembro de 1997 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI Nº 1839

Artigo 1º - O artigo 1º, da Lei Nº 725, de 03 de janeiro de 1991, alterado pela Lei nº 1406, de 23 de agosto de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Santos autorizada a celebrar convênio com entidade de ensino superior visando a realização de estágio remunerado de estudantes dos dois últimos anos, preferencialmente, com domicílio no Município de Santos e matriculados nessas entidades."

Artigo 2º - Essa lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Palácio "José Bonifácio", em 02 de dezembro de 1997.

BETO MANSUR
Prefeito Municipal

Registrada no livro competente.

Departamento Administrativo da Secretaria de Assuntos Jurídicos, em 02 de dezembro de 1997.

ANTÔNIO CARLOS BLEY PIZARRO
Chefe do Departamento

LEI Nº 1840
DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A GARANTIR O ACORDO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO REFERENTE À CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - E AO PROGRAMA PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP - DA PRODESAN - PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BETO MANSUR, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 17 de novembro de 1997 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI Nº 1840

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, como garantidor da dívida, Aditivo de Parcelamento na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, relativa à CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - E AO PROGRAMA PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP, de responsabilidade da empresa PRODESAN - PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A, na forma da Medida Provisória nº 1542-22, de 09 de maio de 1997.

Artigo 2º - Em caso de inadimplência da PRODESAN - PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A, no presente exercício o Poder Executivo utilizará os recursos provenientes da dotação orçamentária

[illegible] as necessário, para [illegible] e compromissos [illegible] do fiador.

Artigo 3º - O Poder Executivo [illegible] fiança, [illegible] os recursos para pagamento [illegible] de inadimplência do principal e acessórios [illegible] resultante [illegible] fiança.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Palácio "José Bonifácio", em 02 de dezembro de 1997.

BETO MANSUR
Prefeito Municipal

Registrada no livro competente.

Departamento Administrativo da Secretaria de Assuntos Jurídicos, em 02 de dezembro de 1997.

ANTÔNIO CARLOS BLEY PIZARRO
Chefe do Departamento

LEI Nº 1841
DE 2 DE DEZEMBRO DE 1997

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BETO MANSUR, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 24 de novembro de 1997 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI Nº 1841

Seção I
Natureza

Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata o artigo 4º, da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único - O Poder Executivo garantirá a estrutura básica de seu funcionamento, através da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - O Conselho terá composição paritária entre os seus componentes e a sua competência é definida por lei federal.

§ 1º - O Conselho terá competência para acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, de que trata o artigo 1º desta lei, no âmbito do Município.

§ 2º - A participação no Conselho não constitui prestação de serviço público relevante, não será remunerada.

Seção II
Da Competência

Artigo 3º - É da competência do Conselho:

I - acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, de que trata o artigo 1º desta lei, no âmbito do Município;

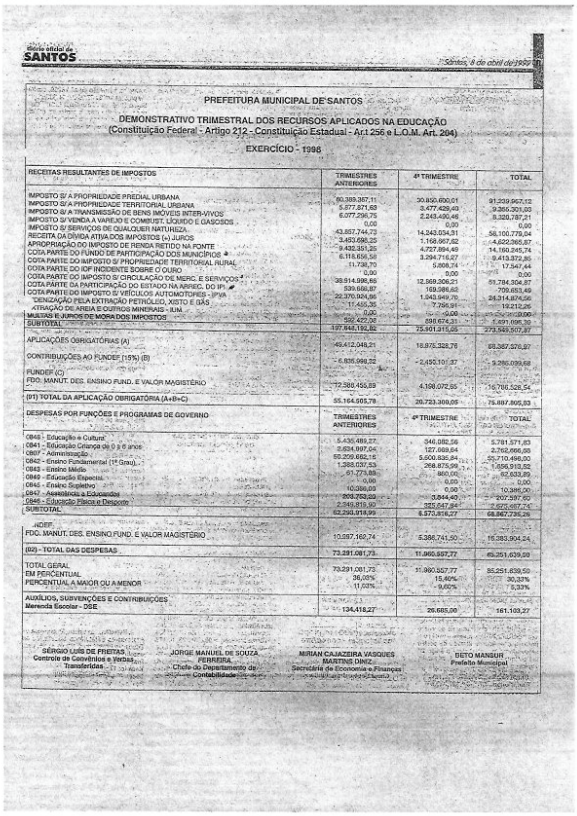
II - supervisionar o censo escolar anual e o levantamento [illegible] Educacional Anual;

III - [illegible] demonstrativos gerenciais [illegible] realizados relativos aos recursos repassados ou recebidos à conta do Fundo;

Seção III
Do Mandato

Artigo 4º - Os Conselheiros terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo Único - Eleito o Conselheiro, [illegible] poderá ser substituído [illegible] a bem [illegible]



Imprensa Oficial de SANTOS

Santos, 6 de abril de 1997

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL DOS RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO
(Constituição Federal - Artigo 212 - Constituição Estadual - Art 256 e L.O.M. Art. 204)

EXERCÍCIO - 1996

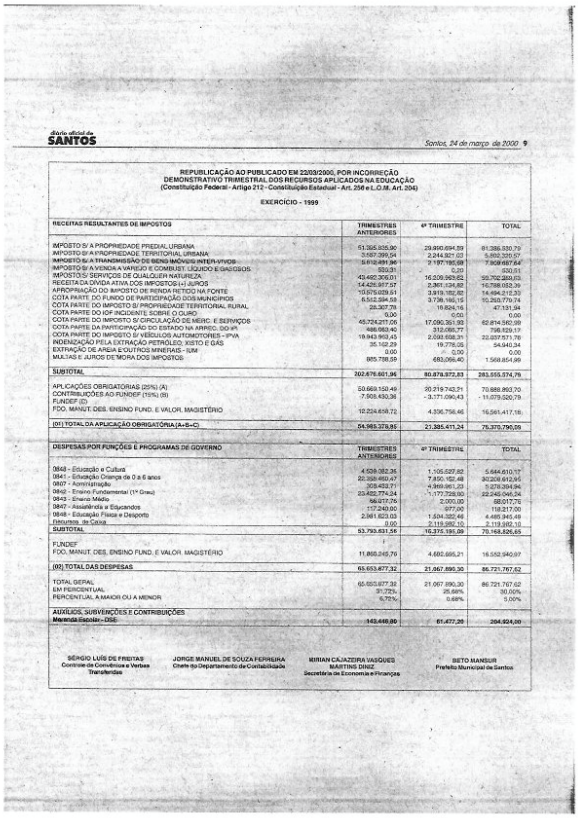
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	TRIMESTRES ANTERIORES	4º TRIMESTRE	TOTAL
IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL URBANA	60.389.367,31	30.850.600,01	91.239.967,32
IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA	5.877.871,63	3.477.429,49	9.355.301,00
IMPOSTO S/ A TRANSMISSÃO DE BENS IMOVEIS INTER-VIVOS	6.077.296,75	2.243.490,46	8.320.787,21
IMPOSTO S/ VENDA A VAREJO E COMBUST. LÍQUIDO E GASOSOS	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	43.857.744,73	14.243.034,31	58.100.779,04
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS (+) JUROS	3.453.696,25	1.168.967,62	4.622.365,87
APROPRIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	9.432.951,25	4.727.994,49	14.160.945,74
COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	6.119.836,58	3.294.716,27	9.413.372,85
COTA PARTE DO IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	11.738,70	5.808,74	17.547,44
COTA PARTE DO IOF INCIDENTE SOBRE O OURO	0,00	0,00	0,00
COTA PARTE DO IMPOSTO S/ CIRCULAÇÃO DE MERC. E SERVIÇOS	38.914.696,66	12.869.206,21	51.784.904,87
COTA PARTE DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ARREC. DO IPI	539.660,87	169.986,62	709.653,49
COTA PARTE DO IMPOSTO S/ VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	22.370.804,86	1.943.949,70	24.314.874,06
COMPENSAÇÃO PELA EXTRAÇÃO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	11.455,35	7.756,91	19.212,26
EXTRAÇÃO DE AREIA E OUTROS MINERAIS - IUM	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DOS IMPOSTOS	332.427,26	598.674,31	931.098,30
SUBTOTAL	197.848.192,82	75.901.315,05	273.749.507,87
APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS (A)	49.412.048,21	18.975.328,76	68.387.376,97
CONTRIBUIÇÕES AO FUNDEF (15%) (B)	5.835.998,52	2.492.101,37	8.328.099,89
FUNDEF (C)			
FDO. MANUT. DES. ENSINO FUND. E VALOR MAGISTÉRIO	12.386.456,89	4.196.072,65	16.786.529,54
(01) TOTAL DA APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA (A+B+C)	55.164.905,79	20.723.309,05	75.887.805,83
DESPESAS POR FUNÇÕES E PROGRAMAS DE GOVERNO	TRIMESTRES ANTERIORES	4º TRIMESTRE	TOTAL
0840 - Educação e Cultura	5.435.489,27	346.082,56	5.781.571,83
0841 - Educação Criança de 0 a 6 anos	5.624.997,04	137.669,64	5.762.666,68
0807 - Administração	50.209.662,15	5.500.935,84	55.710.498,00
0842 - Ensino Fundamental (1º Grau)	1.388.037,53	268.875,99	1.656.913,52
0843 - Ensino Médio	61.773,89	860,00	62.633,89
0849 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00
0845 - Ensino Supletivo	10.099,00	0,00	10.099,00
0847 - Assistência a Educandos	203.752,00	3.844,40	207.597,40
0846 - Educação Física e Desporto	2.560.819,10	310.047,84	2.870.867,74
SUBTOTAL	62.293.918,99	6.570.816,27	68.867.736,26
ADEE			
FDO. MANUT. DES. ENSINO FUND. E VALOR MAGISTÉRIO	10.087.162,74	5.396.741,50	15.383.904,24
(02) - TOTAL DAS DESPESAS	73.291.081,73	11.960.557,77	85.251.639,50
TOTAL GERAL	73.291.081,73	11.960.557,77	85.251.639,50
EM PERCENTUAL	36,08%	15,40%	30,37%
PERCENTUAL A MAIOR OU A MENOR	17,92%	- 9,60%	5,37%
AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES			
Merenda Escolar - DSE	134.418,27	26.685,00	161.103,27

SÉRGIO LUIS DE FREITAS
Controle de Convênios e Verbas Transferidas

JORGE MANUEL DE SOUZA FERREIRA
Chefe do Departamento de Contabilidade

MIRIAN CAJAZEIRA VASQUES MARTINS DINIZ
Secretária de Economia e Finanças

BETO MANSUR
Prefeito Municipal



Diário oficial de
SANTOS

Santos, 24 de março de 2000 9

REPUBLICAÇÃO AO PUBLICADO EM 23/03/2000, POR INCORREÇÃO
DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL DOS RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO
(Constituição Federal - Artigo 212 - Constituição Estadual - Art. 254 e L.O.M. Art. 204)

EXERCÍCIO - 1999

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	TRIMESTRES ANTERIORES	4º TRIMESTRE	TOTAL
IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL URBANA	51.365.935,90	29.990.694,59	81.356.630,79
IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA	3.687.399,94	2.244.921,63	5.932.320,57
IMPOSTO S/ A TRANSMISSÃO DE BENS IMOVEIS INTER-VIVOS	5.612.491,96	2.197.195,68	7.809.687,64
IMPOSTO S/ A VENDA A VAREJO E COMBUST. LIQUIDO E GASOSOS	532,51	0,00	532,51
IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	43.462.306,01	16.039.963,62	59.702.269,63
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS (+) JUROS	14.426.977,57	2.361.134,82	16.788.052,39
APROPRIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	10.975.029,51	3.919.182,82	14.894.212,33
COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS	6.512.594,58	3.736.185,16	10.248.779,74
COTA PARTE DO IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	28.307,78	18.824,16	47.131,94
COTA PARTE DO IOF INCIDENTE SOBRE O OURO	0,00	0,00	0,00
COTA PARTE DO IMPOSTO S/ CIRCULAÇÃO DE MERC. E SERVIÇOS	45.724.271,05	17.090.361,93	62.814.362,98
COTA PARTE DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ARRECAD. DO IPI	466.063,40	312.065,77	796.129,17
COTA PARTE DO IMPOSTO S/ VEICULOS AUTOMOTORES - IPVA	19.943.963,43	2.093.608,31	22.037.571,76
INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	35.162,29	19.778,05	54.940,34
EXPRAÇÃO DE AREIA E OUTROS MINERAIS - IUM	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DOS IMPOSTOS	885.738,59	683.056,40	1.568.854,99
SUBTOTAL	**202.676.601,96**	**80.879.972,83**	**283.555.574,79**
APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS (25%) (A)	50.669.150,49	20.219.743,21	70.888.893,70
CONTRIBUIÇÕES AO FUNDEF (15%) (B)	7.605.450,36	- 3.771.096,43	- 11.376.320,79
FUNDEF (D)			
FDO. MANUT. DES. ENSINO FUND. E VALOR. MAGISTÉRIO	10.224.658,72	4.356.756,46	15.581.417,18
(01) TOTAL DA APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA (A+B+C)	**54.565.378,85**	**21.305.411,24**	**75.370.790,09**

DESPESAS POR FUNÇÕES E PROGRAMAS DE GOVERNO	TRIMESTRES ANTERIORES	4º TRIMESTRE	TOTAL
0840 - Educação e Cultura	4.539.082,36	1.105.527,82	5.644.610,17
0841 - Educação Criança de 0 a 6 anos	20.328.460,47	7.830.182,48	28.226.642,95
0807 - Administração	309.453,71	4.969.061,23	5.278.394,94
0842 - Ensino Fundamental (1º Grau)	23.425.774,24	1.177.728,90	22.243.046,24
0843 - Ensino Médio	58.017,76	2.000,00	60.017,76
0847 - Assistência a Educandos	117.249,60	977,00	118.217,00
0848 - Educação Física e Desporto	2.961.823,03	1.504.322,46	4.466.345,49
Despesas de Caixa	0,00	2.119.982,10	2.119.982,10
SUBTOTAL	**53.793.831,56**	**16.375.195,09**	**70.168.826,65**
FUNDEF			
FDO. MANUT. DES. ENSINO FUND. E VALOR. MAGISTÉRIO	11.860.045,76	4.692.895,21	16.552.940,97
(02) TOTAL DAS DESPESAS	**65.653.877,32**	**21.067.890,30**	**86.721.767,62**
TOTAL GERAL	65.653.877,32	21.067.890,30	86.721.767,62
EM PERCENTUAL	31,72%	25,68%	30,00%
PERCENTUAL A MAIOR OU A MENOR	6,72%	0,68%	5,00%
AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES			
Merenda Escolar - DSE	**143.446,80**	**61.477,20**	**204.924,00**

SÉRGIO LUÍS DE FREITAS	JORGE MANUEL DE SOUZA FERREIRA	MIRIAN CAJAZEIRA VASQUES MARTINS DINIZ	BETO MANSUR
Controle de Convênios e Verbas Transferidas	Chefe do Departamento de Contabilidade	Secretária de Economia e Finanças	Prefeito Municipal de Santos

TCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
ESTÂNCIA BALNEÁRIA

DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL DOS RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO
(Constituição Federal - Artigo 212 - Constituição Estadual - Art. 256 e L.O.M. Art. 204)
EXERCÍCIO - 2008

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	TRIMESTRES ANTERIORES	4º TRIMESTRE	TOTAL
IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL URBANA	63.111.068,31	18.134.398,93	77.245.967,24
IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA	3.990.324,56	1.320.839,34	5.271.163,90
IMPOSTO S/ TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS INTER-VIVOS	6.200.915,71	3.424.682,92	9.625.598,63
IMPOSTO S/ VENDA A VAREJO E COMBUST. LÍQUIDO E GASOSOS	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	45.851.290,88	17.404.147,28	63.255.438,26
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS (+) JUROS	7.636.339,25	6.262.237,15	13.897.576,40
APROPRIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	9.551.895,12	3.185.133,50	12.737.028,62
COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	8.262.815,90	3.020.289,61	11.283.205,51
COTA PARTE DO IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	6.274,82	16.695,87	22.970,69
COTA PARTE DO IOF INCIDENTE SOBRE O OURO	0,00	0,00	0,00
TRANSF. UNIÃO-DESON.EXPORTAÇÃO	2.429.816,17	602.859,84	3.032.676,01
COTA PARTE DO IMPOSTO S/ CIRCULAÇÃO DE MERC. E SERVIÇOS	54.542.322,90	21.534.352,96	76.076.674,86
COTA PARTE DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ARREC. DO IPI	652.606,35	247.016,20	899.622,55
COTA PARTE DO IMPOSTO S/ VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	21.067.811,81	2.356.678,27	23.424.490,08
INDENIZAÇÃO P/ELA EXTRAÇÃO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	86.904,59	16.787,97	103.092,56
EXTRAÇÃO DE AREIA E OUTROS MINERAIS - IUM.	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DOS IMPOSTOS	430.706,05	246.038,14	676.744,19
TOTAL	215.787.290,72	78.474.543,19	294.261.833,91
APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS (25% Const. Constituição Federal) (A)	53.440.059,19	19.967.985,80	73.408.044,98
CONTRIB. AO FUNDEF (15% S/ FPM-ICMS-DESON.EXP-IPI) (B)	-9.880.182,38	-3.810.674,51	-13.690.826,89
FUNDEF			
"DO.. MANUT. DES.. ENSINO FUND. E VALOR.. MAGISTÉRIO (C)	13.739.773,40	5.340.714,14	19.080.487,54
(D) TOTAL DA APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA (A+B+C)	57.299.650,20	21.498.025,43	78.797.705,63

DESPESAS POR FUNÇÕES E PROGRAMAS DE GOVERNO	TRIMESTRES ANTERIORES	4º TRIMESTRE	TOTAL
0841 – Educação Criança de 0 a 6 anos	21.067.302,48	5.451.406,70	26.494.520,10
0907 – Administração	518.447,56	-93.969,90	424.477,66
0942 – Ensino Fundamental	25.224.454,15	7.961.997,00	33.186.959,99
0943 – Ensino Médio	61.178,90	-4.476,90	133.497,13
0947 – Assistência a Educandos	170.256,00	0,00	170.256,00
TOTAL	47.361.639,09	2.418.886,10	49.211.540,30
FUNDEF			
FDO. MANUT. DES. ENSINO FUND. E VALOR. MAGISTÉRIO	14.359.797,42	3.856.543,96	18.216.341,38
(D) TOTAL DAS DESPESAS	61.721.436,51	6.275.430,06	67.996.866,57
EM PERCENTUAL	28,64%	11,34%	26,09%
APLICADO A MAIOR OU A MENOR (3-1)	5.621.786,31	-12.222.418,64	-783.794,31
PERCENTUAL A MAIOR OU A MENOR	3,49%	-13,61%	1,09%

AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	TRIMESTRES ANTERIORES	4º TRIMESTRE	TOTAL
Memória Escolar – SEC	182.618,00	90.399,70	273.465,00
Memória Escolar – FNDE	885.172,84	227.150,40	1.282.323,24
TOTAL	1.018.747,24	268.518,40	1.287.765,24

* Receitas corrigidas (impostos) (1)
* [illegible] (2)
* Transf. corrigidas (3)

IBERÊ SIRNA
Secretário Municipal de Educação

JORGE MANUEL DE SOUZA FERREIRA
Chefe do Departamento de Contabilidade

MIRIAN CAJAZEIRA VASQUES MARTINS DINIZ
Secretária de Economia e Finanças

BETO MANSUR
Prefeito Municipal de Santos

MUNICÍPIO: SANTOS
PERÍODO: 4°TRIMESTRE 2001

RESUMO CONSOLIDADO

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Receitas Próprias	45.197.603,40	191.282.839,32	176.023.000,00
Receitas de Transferências da União	10.320.540,67	33.988.113,37	27.103.000,00
Receitas de Transferências do Estado	23.120.298,01	107.737.256,14	85.400.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**81.638.441,88**	**333.008.226,83**	**288.523.000,00**

B) RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Reaplicação de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00
Convênios e Outros	546.404,57	2.291.789,38	1.300.000,00
F.M.D.E.E.V.M.	5.366.630,72	21.325.193,36	16.897.980,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**5.913.035,29**	**23.632.982,74**	**18.197.980,00**
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (A + B)	**87.551.477,17**	**356.631.209,57**	**306.720.980,00**

C) VALOR DA ALÍCAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Caput art. 212 da CF ou Percentual da LOM):	20.409.610,47	83.252.056,71	72.130.750,00

D) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	PAGO	%
D.1) APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL E ESPECIAL	**11.305.753,75**	**27,68**	**45.418.357,14**	**27,68**	**45.418.357,14**	**27,68**
D.2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL						
Despesas do Ensino Fundamental com Recursos de Impostos (Quadro 02)	16.057.350,38		48.614.585,33		48.466.185,71	
Despesas do Ensino Fundamental c/ Recursos do Fundef Auferidos no Exercício (Quadro 03)	6.455.239,65		20.479.970,90		20.346.932,71	
Despesa Total no Ensino Fundamental	**22.512.589,97**		**69.094.553,23**		**68.813.116,42**	
(-) Valor da Contribuição ao Fundef (Extraindo 3222 do Quadro 02)	3.889.910,23		13.440.562,55		13.408.502,43	
(+) Valor Efetivamente Retido ao Fundef (Diferença Positiva entre a Contribuição menos Retorno do Fundef)	0,00		0,00		0,00	
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido do Fundef (Pins Aplicado)	2.173.298,77		7.030.408,35		6.906.370,16	
APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL	**16.449.380,97**	**31,13**	**48.623.582,33**	**31,13**	**48.498.243,83**	**31,13**
Aplicação Mínima Obrigatória (60% dos recursos ref. caput art.212 da CF)	12.245.766,28	15,00	49.951.234,02	15,00	49.951.234,02	15,00
APLICAÇÃO A MENOR NO ENSINO FUNDAMENTAL	**5.003.614,69**	**6,13**	**(1.336.652,69)**	**(0,40)**	**(1.485.050,31)**	**0,45**
D.3) APLICAÇÃO FINAL (Caput art.212 CF ou percentual da L.O.M.) D.1+D.2	25.460.343,66	31,19	93.713.139,37	28,14	93.904.377,60	28,74
Aplicação Mínima Obrigatória	20.409.610,47	25,00	83.252.056,71	25,00	83.252.056,71	25,00
APLICAÇÃO TOTAL A MAIOR	**5.050.733,04**	**6,20**	**461.083,16**	**9,14**	**(205.849,09)**	**(0,06)**

E) FUNDEF - ART.60 CAPUT/ADCT/CF	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	RECEBIDO/PAGO	%
E.1) RECURSOS DO FUNDEF + APLIC. FINANCEIRA	**5.366.630,72**	**100,00**	**21.325.193,36**	**100,00**	**21.325.193,36**	**100,00**
E.2) DESPESAS COM ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEF						
Despesas com Profissionais do Magistério em efetivo exercício (mínimo 60%)	4.547.729,68	84,75	17.823.274,13	83,57	17.683.772,13	82,92
Demais Despesas (máximo 40%)	1.010.709,97	18,84	2.944.806,41	13,80	2.944.806,41	13,80
TOTAL GERAL APLICADO	5.558.561,37	122,21	20.768.580,54	97,35	20.628.578,54	96,73
RECURSOS ACUMULADOS NÃO APLICADOS	**(1.192.030,65)**		**564.613,12**		**697.451,31**	

F) POSIÇÃO FINANCEIRA	TRIMESTRE	ACUMULADO
REPASSES DECENDIAIS - ART.69,§5°, LEI 9.394/96		
Mínimo Obrigatório (25% ou Percentual Definido na L.O.M.das Receitas de Impostos menos Contribuição ao Fundef)	69.811.494,16	69.811.494,16
(-) Repasses Efetuados	17.418.393,43	66.885.029,46
REPASSES ACUMULADOS A MENOR	**(52.393.100,73)**	**(2.926.464,70)**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Fiscalização do Cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal

MUNICÍPIO: SANTOS
PERÍODO: 4º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2002

PROTOCOLO DE ENTREGA POR MEIO MAGNÉTICO

Atestamos para efeito do cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal que o disquete, em anexo, reproduz com total fidelidade e veracidade as informações nele contidas, conforme síntese a seguir:

DESCRIÇÃO (Quadro 07-Resumo Consolidado)	Trimestre (R$)	%	Acumulado (R$)	%
RECEITAS DO ENSINO				
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	95.875.950,14		367.583.569,57	
Demais Recursos Adicionais	8.177.600,22		27.116.621,31	
DESPESAS DO ENSINO				
Aplicação no Ensino Infantil	11.055.246,26	11,53	44.410.740,37	12,08
Aplicação no Ensino Fundamental	14.316.545,45	14,93	47.485.152,02	12,92
Total - Artigo 212 da C.F.	25.371.791,71	26,46	91.895.892,39	25,00
FUNDEF				
Recursos do Fundef + Aplicação Financeira	7.476.458,42		24.634.504,41	
Despesas com Profissionais do Magistério (mín.60%)	7.209.642,20	96,43	21.353.461,11	86,68
Demais Despesas (máx.40%)	266.816,22	3,57	3.281.043,30	13,32

SANTOS , em 29 de JANEIRO de 2003

Prefeito(a) Municipal

Secretário(a) da Educação

Contador(a)

31/01/03

Presidente e/ou Membro do Conselho da Educação

79

78

RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

MUNICÍPIO: SANTOS **PERÍODO:** 4º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2002

valores em R$

RECEITAS ARRECADADAS	Trimestre	Acumulado
Imposto Predial/Territorial Urbano - IPTU	26.002.917,62	111.568.463,30
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	3.954.155,87	11.997.344,40
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	21.615.425,91	75.229.471,96
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.405.863,26	16.531.701,71
Dívida Ativa de Impostos	7.768.477,97	23.559.402,03
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	82.830,37	1.136.366,55
Multa/Juros provenientes de impostos	574.505,13	1.854.725,91
Fundo de Participação dos Municípios	4.403.924,55	16.148.791,18
Imposto Territorial Rural	12.400,33	54.814,80
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	652.158,23	2.528.632,92
Demais Transferências da União	54.428,40	614.096,98
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	22.274.099,02	76.006.095,62
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	2.893.491,69	29.583.449,28
Imposto s/ Produto Industrial e/ Exportação	201.271,79	769.312,93
ICMS de Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.	0,00	0,00
Demais Transferências	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	**95.875.950,14**	**367.583.569,57**
Rendimentos de Aplicação Financeira:	206.035,78	451.110,06
Convênios e Outros	495.106,02	2.031.006,84
Recursos recebidos do Fundef	7.387.581,85	24.359.807,13
Rendimentos de Aplicação Financeira do Fundef	88.876,57	274.697,28
Recursos de Operações de Crédito:	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**8.177.600,22**	**27.116.621,31**
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	**104.053.550,36**	**394.700.190,88**

DESPESAS DO ENSINO	Trimestre	Acumulado
12.365 - Educação Infantil	10.772.696,06	41.376.536,97
12.367 - Educação Especial	333.584,34	3.133.364,34
(=) **Total da Despesa da Educação Infantil / Especial**	**11.106.280,40**	**44.509.901,31**
(-) Auxílios / Suvenções / Contribuições	41.548,12	89.674,92
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	9.486,02	9.486,02
(=) **APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL**	**11.055.246,26**	**44.410.740,37**
12.361 - Ensino Fundamental		
Despesas c/ Recursos não Vinculados	10.473.583,01	34.462.411,04
Despesas c/ Recursos do FUNDEF	7.387.581,85	24.359.807,13
12.366 - Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental)	0,00	0,00
(=) **Subtotal da Despesa do Ensino Fundamental**	**17.861.164,86**	**58.822.218,17**
(+) Valor Retido ao Fundef	0,00	0,00
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido - FUNDEF	3.260.864,14	10.041.067,05
(=) **Total da Despesa do Ensino Fundamental**	**14.600.300,72**	**48.781.151,12**
(-) Auxílios / Suvenções / Contribuições	281.300,30	1.293.564,13
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.454,97	2.454,97
(=) **APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL**	**14.316.545,45**	**47.485.152,02**
TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS NO ENSINO	**25.371.791,71**	**91.895.892,39**
APLICAÇÃO NO ENSINO	**26,46%**	**25,00%**
Aplicação no Ensino Fundamental	**14,93%**	**12,92%**
Aplicação na Educação Infantil / Especial	**11,53%**	**12,08%**
Aplicação nos Profissionais do Magistério - FUNDEF	**96,43%**	**86,68%**
REPASSES À CONTA DO ENSINO - ART.69,§5º,LEI 9.394/96	**16.155.968,95**	**72.850.236,62**

BETO MANSUR
Prefeito(a) Municipal

JOSSELIA FONTOURA
Secretário(a) da Educação

EDMILSON SILVA ARAUJO
Contador CRC-SP121530/0-5

ALVARO PEREIRA PINTO JUNIOR
Presidente e/ou Membro do Conselho da Educação

QUADRO 01 MUNICÍPIO SANTOS PERÍODO 4º TRIMESTRE 2012

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE MDE

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	ORÇADA ANUAL	1ºTRIMESTRE ARRECADADA	2ºTRIMESTRE ARRECADADA	3ºTRIMESTRE ARRECADADA	4ºTRIMESTRE ARRECADADA	ARRECADADA ACUMULADA
IMPOSTOS MUNICIPAIS						
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	94.754.740,00	24.497.161,66	24.182.815,14	24.715.169,24	24.093.917,03	111.568.463,30
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	8.486.180,00	2.243.357,01	2.501.305,84	3.298.327,08	3.554.153,87	11.597.344,80
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	64.889.230,00	15.725.102,75	18.355.957,61	19.392.786,32	21.615.415,91	75.220.471,59
Imposto de Renda Retido na Fonte	15.008.698,00	3.377.693,35	3.690.485,39	4.547.663,01	3.467.663,26	15.532.201,91
Dívida Ativa de Impostos	15.551.980,00	3.039.839,40	3.311.250,21	4.336.019,18	3.761.477,07	14.448.585,86
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	1.863.950,00	840.023,40	114.477,24	96.970,45	83.838,37	1.135.309,46
Multa/Juros provenientes de impostos	1.655.500,00	478.548,00	971.330,68	228.108,28	374.305,13	1.854.792,09
Total das Receitas Próprias:	**197.169.206,00**	**50.372.431,58**	**53.155.819,69**	**57.109.605,66**	**55.494.176,13**	**241.872.475,86**
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO						
Fundo de Participação dos Municípios	10.868.450,00	4.343.383,70	3.910.793,71	3.490.570,19	4.403.324,35	16.148.071,94
Imposto Territorial Rural	49.639,00	1.299,97	10.593,24	31.332,38	12.488,53	54.814,80
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	2.069.800,00	632.158,71	632.175,75	632.158,25	632.158,25	2.528.632,96
Demais Transferências da União	110.000,00	189.433,83	22.014,56	92.108,13	64.428,40	614.998,04
Total das Transferências da União:	**13.097.888,00**	**5.465.176,21**	**4.575.577,26**	**4.246.169,95**	**5.112.391,61**	**19.347.237,04**
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO						
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	64.681.350,00	17.203.177,20	18.515.378,45	18.451.446,31	22.252.095,02	76.302.093,03
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	22.871.290,00	20.324.833,74	3.136.978,65	3.208.145,85	2.955.691,69	29.625.449,93
Imposto s/ Produto Industrial e Exportação	937.920,00	189.693,86	194.946,33	187.394,95	201.271,79	769.312,93
ICMS do Fundo Anteriormente Indicado/Acionado						0,00
Demais Transferências do Estado						0,00
Total das Transferências do Estado:	**88.780.468,00**	**37.717.704,80**	**21.847.303,43**	**21.846.987,11**	**25.408.962,50**	**106.696.857,83**
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	**299.045.531,00**	**110.352.332,72**	**78.188.672,78**	**83.166.613,93**	**95.875.960,14**	**367.583.569,57**

B) RECURSOS ADICIONAIS (20%)	ORÇADA ANUAL	1ºTRIMESTRE ARRECADADA	2ºTRIMESTRE ARRECADADA	3ºTRIMESTRE ARRECADADA	4ºTRIMESTRE ARRECADADA	ARRECADADA ACUMULADA
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA						
Ensino Infantil/Especial		4.154,92	5.640,32	7.796,48	5.486,02	23.077,64
Ensino Fundamental		131.329,48	(37.634,19)	133.787,27	196.149,76	424.033,31
Total dos Rendimentos de Aplicação Financeira:	**0,00**	**135.484,40**	**(31.993,87)**	**141.583,85**	**206.635,78**	**451.110,96**
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS						
Ensino Infantil/Especial						
Creche		24.276,00	0,00	0,00		24.276,00
						0,00
						0,00
Total Ensino Infantil:	**0,00**	**24.276,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24.276,00**
Ensino Fundamental						
Transporte de Alunos		0,00	34.020,00	8.914,20	7.947,00	49.295,20
QESE		414.705,66	731.113,84	317.206,73	490.139,03	1.953.205,26
						0,00
						0,00
Total Ensino Fundamental:	**0,00**	**414.705,66**	**765.824,84**	**317.094,33**	**498.136,03**	**2.005.700,86**
Total de Recursos de Convênios e Outros:	**0,00**	**438.981,66**	**765.824,84**	**317.094,33**	**498.136,03**	**2.031.006,86**
FAELG E F.V.M.						
Recursos recebidos do Fundef	17.894.574,00	5.447.993,86	5.727.103,50	5.797.129,12	7.387.581,85	24.359.807,33
Rendimentos de Aplicação Financeira	800.000,00	92.017,13	1.013.537	84.920,51	84.876,27	274.697,91
Total das Receitas do Fundef:	**17.894.574,00**	**5.540.010,99**	**6.737.180,37**	**5.882.049,63**	**7.472.458,12**	**24.634.504,61**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA ENSINO						
Recursos Destinados ao Ensino Fundamental	0,00	0,00				0,00
Recursos Destinados ao Ens. Infantil e Especial	0,00	0,00				0,00
Total das Operações de Crédito	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**17.894.574,00**	**6.114.476,91**	**6.481.014,34**	**6.356.527,80**	**8.177.600,12**	**27.316.621,31**
C) MONTANTE DA CONTA RETIFICADORA - FUNDEF	**11.766.813,00**	**3.354.649,96**	**3.418.998,14**	**3.418.382,27**	**4.326.717,73**	**14.518.748,08**

QUADRO 02 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2002

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF

ENSINO FUNDAMENTAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	12. 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	102.129,99	169.425,84	167.765,18	72.281,33	549.602,34	521.186,84
3.1.90.05	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.576.342,64	2.424.843,00	2.039.221,82	2.043.076,38	8.083.484,34	8.083.484,34
3.1.90.13	Obrigações Patronais	486.066,77	732.526,53	531.653,20	37.161,26	1.787.407,76	1.941.148,59
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	259.417,02	160.961,73	0,00	825.953,10	1.246.331,85	1.246.327,85
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	182.393,04	65.660,61	193.827,58	83.614,80	525.496,03	433.345,69
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	5.500,00	11.900,00	10.616,32	23.120,00	51.226,32	44.026,32
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	6.794.369,12	563.282,25	606.684,19	1.016.438,28	8.980.773,84	7.407.430,83
4.4.90.51	Obras e Instalações	301.211,30	504.878,87	638.769,27	252.033,30	1.696.892,74	394.652,70
4.4.90.52	Equip e Mat. Perm.	144.823,25	89.203,97	60.263,00	69.094,38	363.384,60	200.594,94
4.5.90.61	Aquisição de Imóveis	0,00	517.190,00	0,00	0,00	517.190,00	500.000,00
3.1.90.08	Outros Benefícios Sociais	1.334,42	1.826,52	2.509,76	0,00	5.670,70	4.151,80
3.3.90.18	Auxílio financeiro a estudantes	20.217,90	3.320,50	25.538,40	0,00	49.076,80	30.012,70
3.1.90.03	Aposentadorias e Reformas	1.366.156,24	1.860.481,84	1.907.022,07	1.648.350,36	6.781.610,51	6.097.413,51
3.3.90.45	Subvenção				60.000,00	60.000,00	60.000,00
	Sesd (relegiamento/paralisação/greve do trabalho)				389.196,34	389.196,34	389.196,34
	Manutenção preventiva nas escolas-mmp				557.580,45	557.580,45	557.580,45
	Professores de Educação Física				1.133.284,61	1.133.284,61	1.133.284,61
	Guarda Municipais - Vr Agregado				963.261,49	963.261,49	963.261,49
3.3.90.30	Despesas com Combustível				110.443,11	110.443,11	110.443,11
	Diferença não aplicada no exercício				1.185.091,62	1.185.091,62	0,00
	TOTAL	10.915.050,99	7.365.842,86	5.706.534,18	10.473.553,01	34.461.411,04	30.172.538,97
FICHA5	12.365 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado					0,00	
3.1.90.05	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	0,00	0,00			0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip e Mat Perm.	0,00	0,00			0,00	
3.3.90.36	Outros Serv. De Terceiros - P.Física	0,00	0,00			0,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P.Jurídica	0,00	0,00			0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF		10.915.050,99	7.365.842,86	5.706.534,18	10.473.553,01	34.461.411,04	30.172.538,97
(-) Desp. c/ Recursos Adicionais - Convênios/QESE e outros recebidos no exercício		136.458,88	543.188,72	332.616,23	231.300,30	1.243.564,13	1.012.241,83
(-) Desp. c/ saldo de Recursos Adicionais - Convênios/QESE e outros recebidos no ex. anterior (saldo efetivamente disponível)						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicação Financeira					2.454,97	2.454,97	
TOTAL DESP. ENS. FUNDAMENTAL C/ REC. IMPOSTOS		10.778.612,11	6.823.654,14	5.374.317,95	10.189.823,74	33.161.411,94	29.160.297,14

QUADRO 03 — MUNICÍPIO: SANTOS — PERÍODO: 4º TRIMESTRE — 2001 — QUADRO 03

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECEITAS DO FUNDEF AUFERIDAS NO EXERCÍCIO

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.D.E.F.V.M.		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CODIGO	DESP. C/ PROF. MAGISTERIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.725.329,62	3.859.561,50	4.720.165,59	6.027.338,10	18.332.534,90	18.332.534,90
3.1.90.13	Obrigações Patronais	3.402,00	252.091,21	353.728,00	1.182.304,10	1.820.926,31	1.820.926,31
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	3.728.931,62	4.111.652,71	5.103.294,49	7.209.642,20	21.353.461,11	21.353.461,11
CODIGO	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.1.90.30	Material de Consumo	49.590,80	0,00	28.231,66	0,00	77.822,46	77.822,46
4.4.90.51	Obras e Instalações	330.183,33	102.115,17	186.946,54	0,00	619.245,04	469.234,87
4.4.90.52	Equip. e Mat.Perm.	0,00	342.230,00	68.994,49	0,00	411.244,49	411.244,49
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P.Jurídica	999.901,27	102.632,96	795.960,86	206.816,22	2.104.431,31	2.095.780,66
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P.Física	0,00	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	1.379.675,40	549.278,13	1.079.283,55	206.816,22	3.215.053,30	3.048.512,48
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		5.114.607,02	5.960.918,93	6.387.528,04	7.476.458,42	24.636.584,41	24.401.973,59
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos da Aplicação Financeira		92.017,13	8.043,07	84.720,51	84.876,27	274.697,28	274.697,28
DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF CONSIDERADAS NO CÁLCULO DE APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA		5.022.589,89	5.855.827,86	6.093.807,53	7.387.581,85	24.359.887,13	24.127.276,31

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.D.E.F.V.M.		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
FICHAS	DESP. C/ PROF. MAGISTERIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	564.613,12				564.613,12	564.613,12
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	564.613,12	0,00	0,00	0,00	564.613,12	564.613,12
FICHAS	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.					0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		564.613,12	0,00	0,00	0,00	564.613,12	564.613,12

LEMBRETE: SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR CORRESPONDE À DIFERENÇA ENTRE A RECEITA ARRECADADA E A DESPESA EFETIVAMENTE EMPENHADA

83

82

QUADRO 04

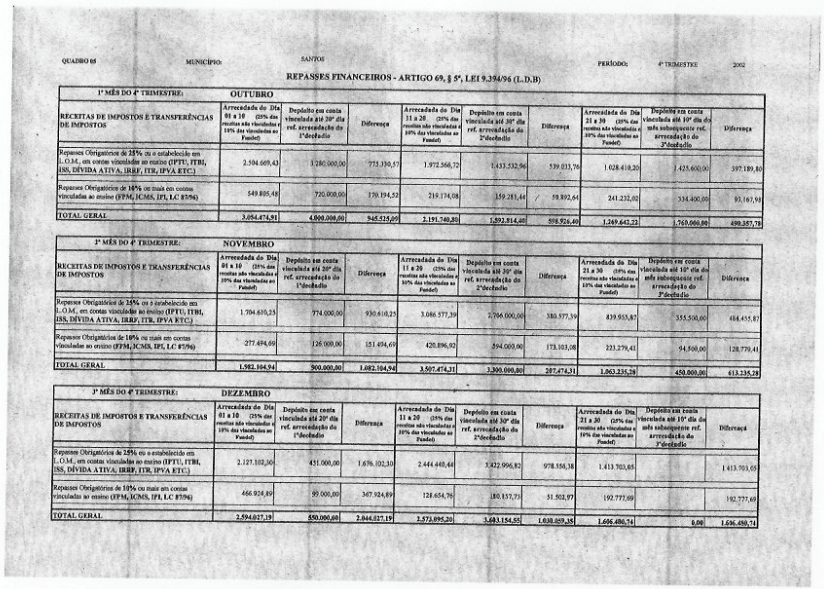
QUADRO 04 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2002

DESPESAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL

EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	12.365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	152.487,49	204.780,12	156.247,68	174.756,51	688.267,80	688.267,80
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.978.333,86	3.737.425,33	3.276.801,77	3.974.749,37	13.968.509,33	13.968.509,33
3.1.90.13	Obrigações Patronais	493.765,78	728.499,60	640.059,13	581.758,72	2.494.083,23	2.494.083,23
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	139.266,86	52.104,62	55.334,47	341.522,42	588.247,77	588.247,77
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	5.497,00	15.101,85	93.436,19	18.811,62	192.846,44	166.258,64
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	99.138,00	27.000,00	3.600,00	0,00	129.738,00	129.900,86
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	7.127.433,97	275.010,28	567.032,23	427.972,44	8.548.047,91	7.702.244,35
4.4.90.51	Obras e Instalações	122.023,97	353.796,72	126.276,11	27.109,27	629.421,02	577.580,36
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.	0,00	3.776,60	28.960,50	18.770,00	51.513,50	34.912,50
4.5.90.61	Aquisição de Imóveis	0,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	290.000,00
3.1.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	8.874,04	347,99	2.495,20	0,00	11.719,23	11.719,23
3.1.90.01	Aposentadoria e Reformas	2.678.839,63	3.085.500,01	2.768.972,10	3.226.744,19	11.759.864,93	11.755.110,06
4.6.90.71	Acordo de Parcelamento-Inss/Sefaz	150.060,00	0,00	0,00	0,00	150.060,00	99.941,88
	Manutenção preventiva nas escolas-escop				1.860.284,57	1.860.284,57	1.860.284,57
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	13.956.648,60	8.927.350,72	7.719.841,38	10.772.696,86	41.376.536,97	40.349.381,70
CÓDIGO	12.367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.					0,00	
						0,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	2.652.374,00	198,50	147.207,50	333.584,34	3.133.364,34	3.108.864,18
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	2.652.374,00	198,50	147.207,50	333.584,34	3.133.364,34	3.108.864,18
DESPESAS C/ EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		16.609.022,60	8.927.549,22	7.867.049,09	11.106.280,40	44.509.901,31	43.458.245,88
(-) Desp. c/ Recursos Adicionais - Convênios e outros recebidos no exercício		1.515,50	11.028,10	35.581,20	41.548,12	89.674,92	48.116,40
(-) Desp. c/ *saldo* Recursos Adicionais - Convênios e outros recebidos no *exercício anterior*. (saldo efetivamente dimunuído)						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito		0,00				0,00	
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicações Financeiras					9.486,02	9.486,02	
TOTAL APLICADO COM RECURSOS DE IMPOSTOS		16.607.505,10	8.916.521,12	7.831.467,89	11.055.246,26	44.410.740,37	43.410.119,08

84

83



QUADRO 05 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2002

REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, § 5º, LEI 9.394/96 (L.D.B)

1º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	OUTUBRO									
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadado do Dia 01 a 10 (25% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadado do Dia 11 a 20 (25% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadado do Dia 21 a 30 (25% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	2.504.669,43	3.280.000,00	775.330,57	1.972.566,72	1.433.532,96	539.033,76	1.028.410,20	1.425.600,00	397.189,80
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	549.805,48	720.000,00	170.194,52	219.174,08	159.281,44	59.892,64	241.232,02	334.400,00	93.167,98
TOTAL GERAL	3.054.474,91	4.000.000,00	945.525,09	2.191.740,80	1.592.814,40	598.926,40	1.269.642,22	1.760.000,00	490.357,78

2º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	NOVEMBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadado do Dia 01 a 10 (25% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadado do Dia 11 a 20 (25% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadado do Dia 21 a 30 (25% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	1.704.650,25	774.000,00	930.650,25	3.086.577,39	2.706.000,00	380.577,39	839.933,87	355.500,00	484.455,87
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	277.494,69	126.000,00	151.494,69	420.896,92	594.000,00	173.103,08	223.279,41	94.500,00	128.779,41
TOTAL GERAL	1.982.104,94	900.000,00	1.082.104,94	3.507.474,31	3.300.000,00	207.474,31	1.063.235,28	450.000,00	613.235,28

3º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	DEZEMBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadado do Dia 01 a 10 (25% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadado do Dia 11 a 20 (25% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadado do Dia 21 a 30 (25% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	2.127.102,30	451.000,00	1.676.102,30	2.444.440,44	3.422.996,82	978.556,38	1.413.703,85		1.413.703,85
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	466.924,89	99.000,00	367.924,89	128.654,76	180.157,73	51.502,97	192.777,69		192.777,69
TOTAL GERAL	2.594.027,19	550.000,00	2.044.027,19	2.573.095,20	3.603.154,55	1.030.059,35	1.606.480,74	0,00	1.606.480,74

QUADRO 06

QUADRO 06 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2002

POSIÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS VINCULADAS AO ENSINO

REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, §5º, LEI 9.394/96 (L.D.B.)		
CONFRONTO ENTRE OS REPASSES MÍNIMOS E DECENDIAIS	TRIMESTRE	ACUMULADO
A) REPASSE MINIMO OBRIGATORIO (Percentual Mínimo de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências menos Conta Retificadora do Fundef)	19.342.269,83	77.577.152,31
B) REPASSES DECENDIAIS		
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 1º MÊS	7.352.814,40	18.901.131,54
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 2º MÊS	4.650.000,00	22.790.923,11
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 3º MÊS	4.153.154,55	31.158.181,97
TOTAL DE REPASSES DECENDIAIS	16.155.968,95	72.850.236,62
REPASSES A MENOR NO TRIMESTRE	(3.186.300,88)	(4.726.915,69)

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DESTINADAS AOS DEPÓSITOS DOS REPASSES DECENDIAIS			
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM 30 / 01 / 2003		NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA F.M.E.			
CONTA FDUC - FMS-EDUCAÇÃO -		45.000307/8	380.051,37
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL			380.051,37

CONFRONTO ENTRE DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM RELAÇÃO AO DISPONÍVEL	
APURAÇÃO DOS EMPENHOS A PAGAR (Não consideradas as Despesas do Ens. Fund.com Recursos do Fundef)	SALDO
DESPESA EMPENHADA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (Quadro 2 e 4)	77.577.152,31
(-) DESPESA PAGA (Quadros 2 e 4)	72.570.464,22
TOTAL DE EMPENHOS A PAGAR	5.006.738,09
EMPENHOS SEM LASTRO FINANCEIRO	4.626.606,72

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DECORRENTES DE CONVÊNIOS			
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM 30 / 12 / 2002		NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA QESE		13.700546/7	3.945.040,17
CONTA TRANSPORTE DE ALUNOS		13.000289/0	53.510,12
CONTA CARE - C.CRUCAR		13.000205/9	150.271,72
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL			4.148.921,61

CONTA VINCULADA AO FUNDEF			
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF NÃO APLICADO (EXERCÍCIO ANTERIOR)			564.613,12
(+) RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEF + APLICAÇÃO FINANCEIRA			24.634.504,41
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			25.199.117,53
(-) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEF PAGAS			24.966.586,63
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			232.530,90
SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2002 C/C nº	58315/4	2.226.191,90
DIFERENÇA A MAIOR			1.993.661,00

MUNICÍPIO: SANTOS — PERÍODO: 4º TRIMESTRE — QUADRO 07 — 2002

RESUMO CONSOLIDADO

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Receitas Próprias	65.404.176,13	241.877.473,86	197.169.206,00
Receitas de Transferências da União	5.102.911,51	19.347.235,88	13.093.925,00
Receitas de Transferências do Estado	25.368.862,50	106.358.857,83	88.380.460,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**95.875.950,14**	**367.583.569,57**	**298.645.591,00**
B) VALOR DA ALÍCAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Caput art. 212 da CF ou Percentual da LOM)	23.968.987,54	91.895.892,39	74.661.397,75

C) RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Rendimentos de Aplicação Financeira	206.035,78	451.110,06	0,00
Convênios e Outros	495.106,02	2.011.006,84	0,00
F.M.D.E.F.V.M.	7.476.458,42	24.634.504,41	17.594.578,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**8.177.600,22**	**27.116.621,31**	**17.594.578,00**
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (B+C)	**32.146.587,76**	**119.012.513,70**	**92.255.975,75**

D) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	PAGO	%
D.1) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPECIAL	**11.055.246,16**	**11,53**	**44.410.740,37**	**12,08**	**43.410.119,08**	**11,81**
D.2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL						
Despesas do Ensino Fundamental com Recursos de Impostos (Quadro 02)	10.189.827,74		33.166.411,04		29.160.295,14	
Despesas do Ensino Fundamental s/ Recursos do Fundef Auferidos no Exercício (Quadro 03)	7.387.581,85		24.359.807,33		24.127.276,23	
Despesa Total no Ensino Fundamental	**17.577.409,59**		**57.526.219,87**		**53.287.571,37**	
(+) Valor Efetivamente Retido ao Fundef (Diferença Positiva entre a Conta Retificadora menos Retorno Fundef)	0,00		0,00		0,00	
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido do Fundef (Por Aplicado)	3.262.864,14		10.041.967,05		9.808.535,15	
APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL	**14.314.545,45**	**14,93**	**47.484.252,82**	**13,92**	**43.479.035,23**	**11,53**
Aplicação Mínima Obrigatória (60% dos recursos ref. caput art.212 da CF)	14.381.392,52	15,00	55.137.535,44	15,00	55.137.535,44	15,00
APLICAÇÃO A MENOR NO ENSINO FUNDAMENTAL	**(66.847,07)**	**(0,07)**	**(7.652.383,42)**	**(2,08)**	**(11.658.500,21)**	**(3,17)**
D.3) APLICAÇÃO FINAL (Caput art.212 CF ou percentual da L.O.M.) D.1+D.2	**25.371.791,71**	**26,46**	**91.895.892,39**	**25,00**	**86.889.154,30**	**23,64**
Aplicação Mínima Obrigatória	23.968.987,54	25,00	91.895.892,39	25,00	91.895.892,39	25,00
APLICAÇÃO TOTAL A MENOR	**1.402.804,18**	**1,46**	**(0,00)**	**(0,00)**	**(5.006.738,09)**	**(1,36)**

E) FUNDEF - ART.60 CAPUT/ADCT/CF	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	RECEBIDO/PAGO	%
E.1) RECURSOS DO FUNDEF + APLIC. FINANCEIRA	**7.476.458,42**	**100,00**	**24.634.504,41**	**100,00**	**24.634.504,41**	**100,00**
E.2) DESPESAS COM ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEF						
Despesas com Profissionais do Magistério em efetivo exercício (mínimo 60%)	**7.209.642,29**	**96,43**	**21.353.461,11**	**86,68**	**21.353.461,11**	**86,68**
Demais Despesas (máximo 40%)	**266.816,32**	**3,57**	**3.281.043,30**	**13,32**	**3.048.512,40**	**12,37**
TOTAL GERAL APLICADO	7.476.458,42	100,00	24.634.504,81	100,00	24.401.973,51	99,06
RECURSOS ACUMULADOS NÃO APLICADOS	**0,00**		**0,00**		**232.530,90**	

F) POSIÇÃO FINANCEIRA	TRIMESTRE	ACUMULADO
REPASSES DECENDIAIS - ART.69,§5º, LEI 9.394/96		
Repasses Efetuados (Quadro 06 - Letra "B")	16.355.968,95	72.850.216,62
(-) Mínimo Obrigatório (25% ou Percentual Definido na L.O.M.das Receitas de Impostos menos Conta Retificadora do Fundef)	19.842.269,83	77.577.152,31
REPASSES ACUMULADOS A MENOR	**(3.486.300,88)**	**(4.726.915,69)**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Fiscalização do Cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal

MUNICÍPIO: SANTOS
PERÍODO: 4º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2003

PROTOCOLO DE ENTREGA POR MEIO MAGNÉTICO

Atestamos para efeito do cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal que o disquete, em anexo, reproduz com total fidelidade e veracidade as informações nele contidas, conforme síntese a seguir:

DESCRIÇÃO (Quadro 07-Resumo Consolidado)	Trimestre (R$)	%	Acumulado (R$)	%
RECEITAS DO ENSINO				
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	99.629.090,82		400.743.098,80	
Demais Recursos Adicionais	7.537.588,74		29.486.653,75	
DESPESAS DO ENSINO				
Aplicação no Ensino Infantil	8.514.419,74	8,55	47.350.078,97	11,82
Aplicação no Ensino Fundamental	13.644.374,89	13,70	60.165.000,89	15,01
Total - Artigo 212 da C.F.	22.158.794,63	22,24	107.515.079,86	26,83
FUNDEF				
Recursos do Fundef + Aplicação Financeira	6.982.433,83		26.696.894,18	
Despesas com Profissionais do Magistério (mín.60%)	6.112.461,79	87,54	21.971.903,65	82,30
Demais Despesas (máx.40%)	132.554,32	1,90	3.708.436,48	13,89

SANTOS , em 29 de Janeiro de 2004

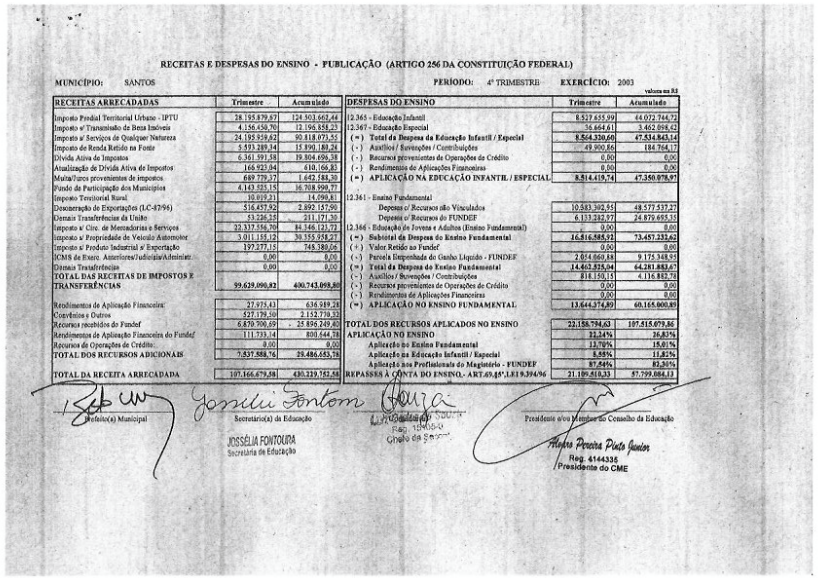
Prefeito(a) Municipal

Contador(a)
Luiz Carlos de Souza
Reg. 15060

Secretário(a) da Educação
JOSSELIA FONTOURA
Secretária de Educação

Presidente e/ou Membro do Conselho da Educação
Reg. 41445/4
Presidente do CME

30104



RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

MUNICÍPIO: SANTOS — PERÍODO: 4º TRIMESTRE — EXERCÍCIO: 2003

valores em R$

RECEITAS ARRECADADAS	Trimestre	Acumulado
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	28.195.879,67	124.503.662,44
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	4.156.450,70	12.196.858,23
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	24.195.959,62	90.818.073,55
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.593.289,34	15.890.180,24
Dívida Ativa de Impostos	6.361.391,38	19.804.696,38
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	166.923,04	610.166,83
Multa/Juros provenientes de impostos	689.779,27	1.642.188,30
Fundo de Participação dos Municípios	4.143.725,15	16.718.999,77
Imposto Territorial Rural	10.019,21	14.090,81
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	516.457,92	2.892.157,90
Demais Transferências da União	53.226,25	211.171,30
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	22.337.556,70	84.346.121,72
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	3.011.155,12	30.355.958,27
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	197.277,15	745.389,06
ICMS de Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.	0,00	0,00
Demais Transferências	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	**99.639.090,83**	**400.743.098,80**
Rendimentos de Aplicação Financeira:	27.075,43	636.989,28
Cobranças e Outros	527.179,50	2.152.770,32
Recursos recebidos do Fundef	6.870.700,69	- 25.896.249,80
Rendimentos de Aplicação Financeira do Fundef	111.733,14	800.644,78
Recursos de Operações de Crédito:	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**7.537.588,76**	**29.486.653,78**
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	**107.166.679,58**	**430.229.752,58**

DESPESAS DO ENSINO	Trimestre	Acumulado
12.365 - Educação Infantil	8.527.455,99	44.072.744,72
12.367 - Educação Especial	36.664,61	3.462.098,42
(=) **Total da Despesa da Educação Infantil / Especial**	**8.564.330,60**	**47.534.843,14**
(-) Auxílios / Subvenções / Contribuições	49.900,86	184.764,17
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) **APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL**	**8.514.419,74**	**47.350.078,97**
12.361 - Ensino Fundamental		
Despesa c/ Recursos não Vinculados	10.583.392,65	48.577.537,27
Despesa c/ Recursos do FUNDEF	6.133.282,97	24.979.693,15
12.366 - Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental)	0,00	0,00
(=) **Subtotal da Despesa do Ensino Fundamental**	**16.816.585,92**	**73.457.230,42**
(+) Valor Retido no Fundef	0,00	0,00
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido - FUNDEF	2.054.060,88	9.175.348,95
(=) **Total da Despesa do Ensino Fundamental**	**14.462.525,04**	**64.281.881,47**
(-) Auxílios / Subvenções / Contribuições	818.150,15	4.116.882,78
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) **APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL**	**13.644.374,89**	**60.165.000,69**
TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS NO ENSINO	**22.158.794,63**	**107.515.079,86**
APLICAÇÃO NO ENSINO	**32,34%**	**26,83%**
Aplicação no Ensino Fundamental	13,70%	15,01%
Aplicação na Educação Infantil / Especial	8,55%	11,82%
Aplicação nos Profissionais do Magistério - FUNDEF	87,54%	82,36%
REPASSES À CONTA DO ENSINO. - ART.69,§5º,LEI 9.394/96	**21.106.510,33**	**57.799.084,13**

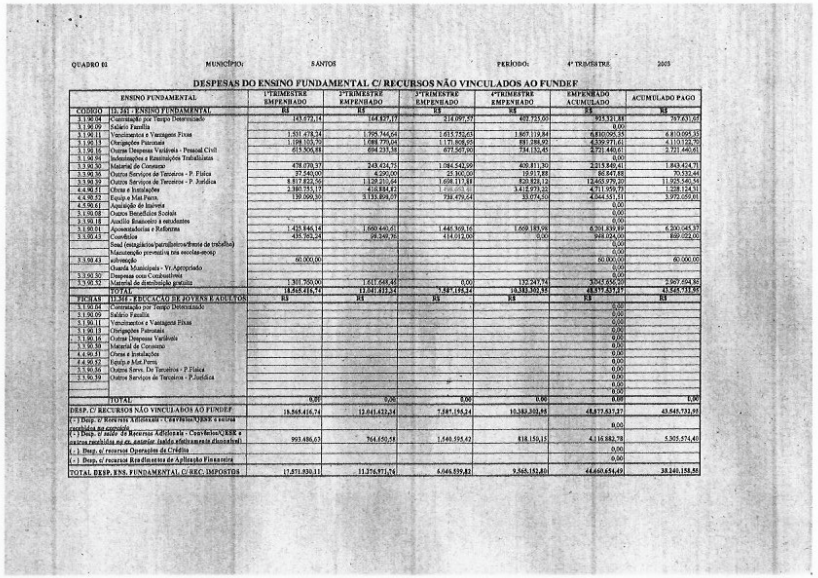
Prefeito(a) Municipal

Secretário(a) da Educação

JOSSÉLIA FONTOURA
Secretária de Educação

Presidente e/ou Membro do Conselho de Educação

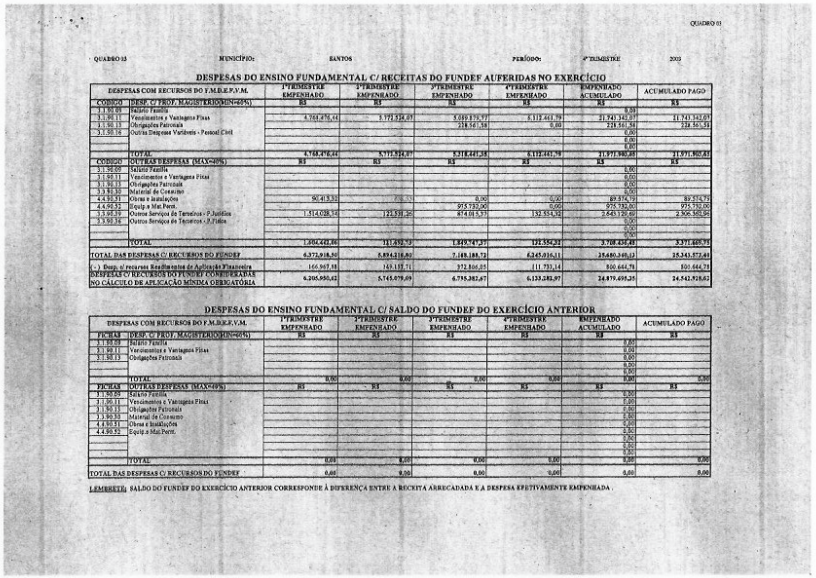
Reg. 4144335
/Presidente do CME



QUADRO 01 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2005

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF

ENSINO FUNDAMENTAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CODIGO	10.301 - ENSINO FUNDAMENTAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	143.472,14	144.859,17	214.099,77	402.755,00	905.331,88	797.631,65
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.551.478,54	1.795.344,64	1.615.752,63	1.867.119,84	6.810.095,35	4.810.095,35
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.098.105,70	1.088.770,04	1.171.808,05	981.388,92	4.339.971,61	4.110.122,70
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	615.506,81	694.233,36	677.507,00	734.152,45	2.721.440,61	2.721.440,61
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	478.070,37	243.434,75	1.084.542,09	408.811,20	2.214.849,41	1.843.424,71
3.3.90.35	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	27.540,00	6.250,00	25.300,00	19.013,89	86.847,89	79.532,44
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	5.817.822,56	3.120.210,64	1.698.113,84	820.828,12	12.465.979,20	11.925.540,54
4.4.90.51	Obras e Instalações	3.380.155,17	4.618.884,43	1.446.203,30	3.416.979,25	4.711.950,75	1.228.124,51
4.4.90.52	Equip e Mat Perm.	130.000,30	9.133.896,07	736.479,64	33.074,50	4.044.551,51	3.972.650,80
4.5.90.61	Aquisição de Imóveis					0,00	
3.1.90.08	Outros Benefícios Sociais					0,00	
3.3.90.18	Auxílio financeiro a estudantes					0,00	
3.1.90.01	Aposentadorias e Reformas					0,00	
3.3.90.43	Combustíveis	435.295,24	69.349,70	414.012,00	0,00	918.024,00	869.022,00
	Sesi (estagiários/patrulheiros/frente de trabalho)					0,00	
	Manutenção preventiva nas escolas-recup					0,00	
3.3.90.43	adimissão	60.000,00				60.000,00	60.000,00
	Guarda Municipal - Vr.Apropriado					0,00	
3.3.90.50	Despesas com Combustíveis					0,00	
3.3.90.52	Material de distribuição gratuita	1.301.700,00	1.617.668,45	0,00	132.247,74	3.051.616,19	2.907.694,80
	TOTAL	14.868.416,74	22.841.833,24	9.587.195,24	10.382.302,95	48.377.637,17	43.545.731,95
FICHAS	10.305 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado					0,00	
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip e Mat Perm.					0,00	
3.3.90.36	Outros Serv. De Terceiros - P.Física					0,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P.Jurídica					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF		14.868.416,74	22.841.833,24	9.587.195,24	10.382.302,95	48.377.637,17	43.545.731,95
(-) Desp. c/ Receitas Adicionais - Convênios/QESE e outras receitas ao ensino						0,00	
(-) Desp. c/ saldo de Receitas Adicionais - Convênios/QESE e outras receitas ao ens. anterior (saldo efetivamente financiado)		993.486,63	764.650,19	1.540.595,43	818.159,15	4.116.882,78	5.305.574,40
(-) Desp. c/ receitas Operações de Crédito						0,00	
(-) Desp. c/ receitas Rendimentos de Aplicação Financeira						0,00	
TOTAL DESP. ENS. FUNDAMENTAL C/ REC. IMPOSTOS		13.874.930,11	22.076.971,74	8.046.599,82	9.564.142,80	44.260.654,39	38.240.156,55



QUADRO 13

QUADRO 13 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2003

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECEITAS DO FUNDEF AUFERIDAS NO EXERCÍCIO

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.E.E.P.V.M.		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	DESP. C/ PROF. MAGISTÉRIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.05	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.705.670,14	5.772.524,07	5.089.870,77	4.172.441,79	21.740.506,77	21.740.506,77
3.1.90.13	Obrigações Patronais			218.561,58	0,00	218.561,58	218.561,58
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	6.705.670,14	5.772.524,07	5.308.432,35	4.172.441,79	21.959.068,35	21.959.068,35
CÓDIGO	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.05	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações	90.413,32	[illegible]	0,00	0,00	89.574,73	89.574,73
4.4.90.52	Equip e Mat.Perm.			975.732,00	0,00	975.732,00	975.732,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P.Jurídica	1.514.038,34	122.930,25	874.015,71	132.554,52	2.643.539,00	2.309.505,06
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P.Física					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	1.604.451,66	121.652,73	1.849.747,71	132.554,23	3.708.436,43	3.371.485,75
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		6.373.018,80	5.894.210,80	7.189.180,72	6.245.016,11	25.680.340,63	25.343.572,81
(-) Desp. c/ recursos Remanescentes de Aplicação Financeira		166.867,38	163.135,71	372.866,25	111.793,14	800.644,78	800.644,78
DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF CONSIDERADAS NO CÁLCULO DE APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA		6.206.950,42	5.745.079,09	6.795.282,47	6.133.185,97	24.879.695,25	24.542.928,63

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR

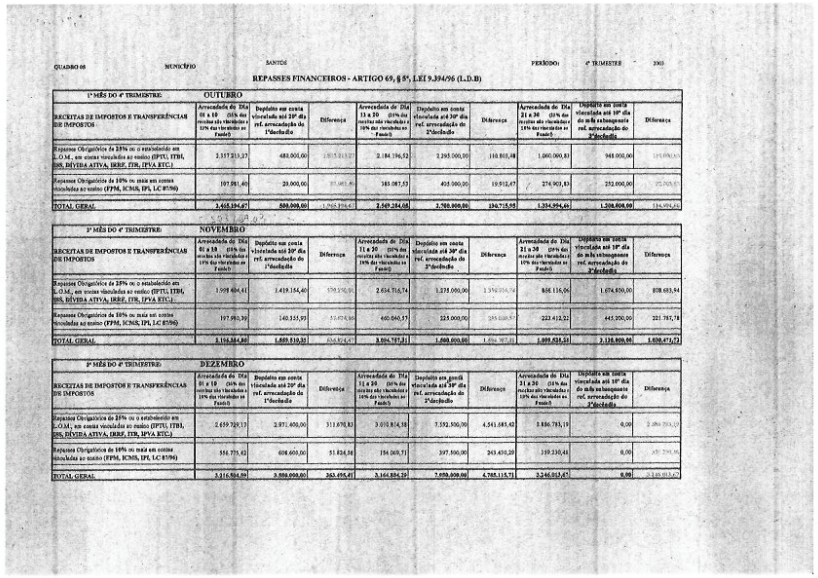
DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.E.E.P.V.M.		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
FICHA 8	DESP. C/ PROF. MAGISTÉRIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.05	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FICHA 9	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.05	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip e Mat.Perm.					0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEMBRETE: SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR CORRESPONDE À DIFERENÇA ENTRE A RECEITA ARRECADADA E A DESPESA EFETIVAMENTE EMPENHADA .

QUADRO 04 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2003

DESPESAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL

EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	EL 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	334.721,66	460.074,44	473.205,50	447.675,31	1.715.676,91	1.715.676,91
3.1.90.05	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.002.077,11	3.120.698,54	3.011.488,20	3.311.021,76	12.445.511,61	12.045.768,44
3.1.90.13	Obrigações Patronais	820.774,03	868.276,13	867.790,32	889.547,73	3.446.303,15	2.969.305,17
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	252.258,97	269.538,73	268.697,05	287.012,03	1.069.077,76	1.069.077,76
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	54.095,55	104.398,25	77.237,89	37.804,46	274.436,25	257.176,87
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	140.790,00	31.750,00	1.250,00	3.696,77	177.326,77	154.384,39
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	4.277.583,87	294.809,11	1.304.817,37	870.231,66	6.444.842,01	5.763.393,81
4.4.90.51	Obras e Instalações	198.870,31	1.133.793,44	[illegible]	62.326,35	844.603,33	818.731,34
4.4.90.52	Equip e Mat.Perm.	31.228,50	901.876,80	341.683,05	8.885,90	1.281.874,45	1.237.020,05
4.5.90.61	Aquisição de Imóveis					0,00	
3.1.90.08	Outros Benefícios Assistenciais					0,00	
3.1.90.01	Aposentadoria e Reformas	2.791.830,81	3.140.112,87	2.745.177,69	3.247.001,81	11.971.123,18	11.971.123,18
4.4.90.71	Acordo de Parcelamento-Inss/Sedu	499.321,50	0,00	[illegible]	0,00	0,00	0,00
	Manutenção preventiva das escolas-sedu					0,00	
3.3.50.43	Convênios-creches	597.865,52	135.557,88	680.093,60	0,00	1.413.516,00	1.293.208,00
3.3.50.43	convenios-ei infantil	1.194.251,04	448.217,91	1.453.465,59	0,00	3.145.931,49	2.915.615,14
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	14.421.737,37	10.833.248,69	10.379.017,47	8.537.695,89	44.091.744,92	42.832.972,37
CÓDIGO	EE 369 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	1.000,00	0,00	0,00	31.117,21	32.117,21	3.808,50
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip e Mat.Perm.	942,70	1.250,00	0,00	0,00	2.242,70	2.242,70
3.3.50.43	Convenios-ei infantil	1.398.849,94	243.884,64	1.657.645,92	1.406,49	3.351.169,69	2.987.467,68
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	117.633,81	0,00	44.673,92	181,80	162.489,53	110.610,32
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	1.517.426,45	245.134,64	1.702.319,84	32.705,50	3.497.985,43	3.114.129,20
DESPESAS C/ EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		15.939.163,82	11.078.383,33	12.081.337,31	8.570.401,39	47.589.730,35	45.947.101,57
(-) Desp. c/ Recursos Adicionais - Convênios e outras receitas ao município						0,00	
(-) Desp. c/ outros Recursos Adicionais - Convênios e outras receitas ao município anterior, saldo disponível (Anexo10)		31.750,00	25.750,00	75.183,31	69.900,84	184.784,15	187.248,34
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Resgate/mento de Aplicações Financeiras						0,00	
TOTAL APLICADO COM RECURSOS DE IMPOSTOS		15.931.263,61	11.055.807,33	11.859.298,28	8.514.419,74	47.350.078,97	46.783.244,63



QUADRO 08 MUNICÍPIO SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2003

REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 65, § 5º, LEI 9.394/96 (L.D.B)

1º MÊS DO 4º TRIMESTRE: OUTUBRO										
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do 1Dia 01 a 10 (51% das receitas ele vinculadas ao Fundo)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do 1Dia 11 a 20 (51% das receitas ele vinculadas ao Fundo)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do 1Dia 21 a 30 (51% das receitas ele vinculadas ao Fundo)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	2.317.313,37	480.000,00	1.837.313,37	2.184.196,52	2.295.000,00	110.803,48	1.000.000,83	948.000,00	52.000,83
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	107.981,40	20.000,00	87.981,40	385.087,53	405.000,00	19.912,47	274.903,83	252.000,00	22.903,83
TOTAL GERAL	2.425.294,77	500.000,00	1.925.294,77	2.569.284,05	2.700.000,00	130.715,95	1.274.994,66	1.200.000,00	74.994,66

2º MÊS DO 4º TRIMESTRE: NOVEMBRO										
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do 1Dia 01 a 10 (51% das receitas ele vinculadas ao Fundo)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do 1Dia 11 a 20 (51% das receitas ele vinculadas ao Fundo)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do 1Dia 21 a 30 (51% das receitas ele vinculadas ao Fundo)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	1.909.404,41	1.419.154,40	490.250,01	2.454.718,74	1.275.000,00	1.179.718,74	808.116,06	1.674.800,00	866.683,94
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	197.980,39	140.155,99	57.824,40	480.046,37	225.000,00	255.046,37	222.412,22	445.200,00	222.787,78
TOTAL GERAL	2.116.384,80	1.559.310,39	557.074,41	2.934.765,11	1.500.000,00	1.434.765,11	1.030.528,28	2.120.000,00	1.089.471,72

3º MÊS DO 4º TRIMESTRE: DEZEMBRO										
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do 1Dia 01 a 10 (51% das receitas ele vinculadas ao Fundo)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do 1Dia 11 a 20 (51% das receitas ele vinculadas ao Fundo)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do 1Dia 21 a 30 (51% das receitas ele vinculadas ao Fundo)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	2.659.729,13	2.971.600,00	311.870,87	3.010.814,18	7.592.500,00	4.581.685,82	5.886.785,19	0,00	2.886.785,19
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	556.775,42	608.600,00	51.824,58	756.069,71	397.500,00	243.430,29	169.330,41	0,00	337.799,59
TOTAL GERAL	3.216.504,55	3.580.000,00	363.695,45	3.766.884,29	7.990.000,00	4.705.115,71	6.246.915,67	0,00	3.140.915,67

QUADRO 06

QUADRO 06 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2003

POSIÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS VINCULADAS AO ENSINO

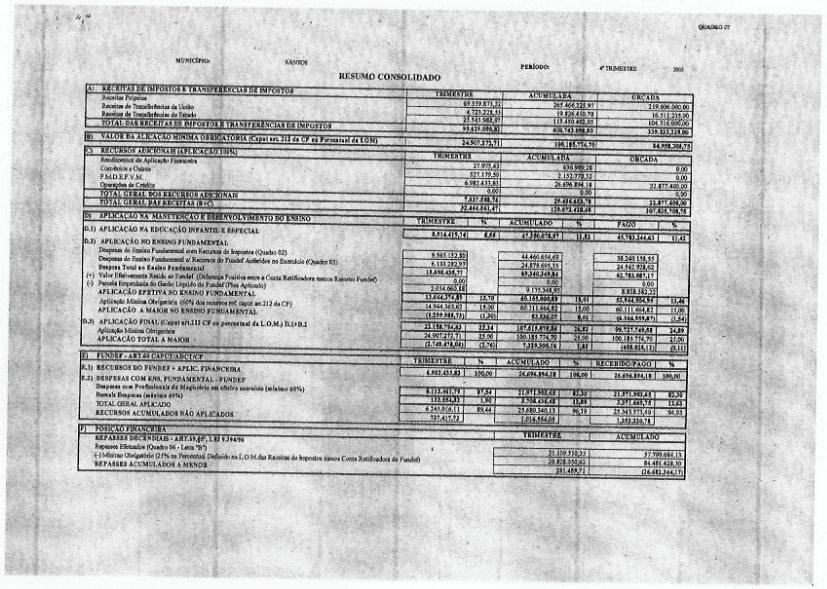
REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, §5º, LEI 9.394/96 (L.D.B.)		
CONFRONTO ENTRE OS REPASSES MÍNIMOS E DECENDIAIS	TRIMESTRE	ACUMULADO
A) REPASSE MINIMO OBRIGATÓRIO (Percentual Mínimo de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências menos Conta Retificadora do Fundef)	20.828.059,62	84.481.428,30
B) REPASSES DECENDIAIS		
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 1º MÊS	4.600.000,00	12.376.030,71
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 2º MÊS	5.179.514,35	23.347.766,35
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 3º MÊS	11.530.000,00	23.174.626,60
TOTAL DE REPASSES DECENDIAIS	21.309.514,35	57.799.084,13
REPASSES A MAIOR NO TRIMESTRE	281.459,71	(26.682.344,17)

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DESTINADAS AOS DEPÓSITOS DOS REPASSES DECENDIAIS		
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM 30 / 01 / 2004	NÚMERO DA CC	SALDO
CONTA F.M.E.		
CONTA EDUC - 3945-EDUCAÇÃO-BANESPA	207-8	1.346.639,26
CTA.REDUCA - 3945-EDUCAÇÃO - BANCO DO BRASIL	1051557-9	1.467.107,83
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL		2.813.747,09

CONFRONTO ENTRE DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM RELAÇÃO AO DISPONÍVEL	
APURAÇÃO DOS EMPENHOS A PAGAR (Não considerados os Depósitos do Exs. Fund com Recursos do Fundef)	SALDO
DESPESA EMPENHADA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (Quadro 2 c-4)	95.810.775,65
(-) DESPESA PAGA (Quadro 2 c-6)	84.023.403,18
TOTAL DE EMPENHOS A PAGAR	11.787.330,28
EMPENHOS SEM LASTRO FINANCEIRO	9.973.783,16

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DECORRENTES DE CONVÊNIOS		
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM 30 / 12 / 2003	NÚMERO DA CC	SALDO
CONTA QESE	13.700546/1	15.167,21
CONTA TRANSPORTE DE ALUNOS	13.000289/6	94.924,91
CONTA CARE - CCRLCAR	13.000205/9	738,89
CONTA CRECHE	13.000264/8	0,00
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL		110.831,01

CONTA VINCULADA AO FUNDEF			
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF NÃO APLICADO (EXERCÍCIO ANTERIOR)			
(+) RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEF + APLICAÇÃO FINANCEIRA			26.696.204,18
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			26.696.854,18
(-) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEF PAGAS			25.343.575,40
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			1.353.329,78
SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2003 C/C nº	583154	1.641.633,29
DIFERENÇA A MAIOR			289.303,17



QUADRO 07

MUNICÍPIO: SANTOS — PERÍODO: 4º TRIMESTRE — 2003

RESUMO CONSOLIDADO

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Receitas Próprias	69.539.873,32	267.466.225,97	219.606.000,00
Receitas de Transferências da União	4.725.228,51	19.858.410,78	16.111.215,00
Receitas de Transferências do Estado	23.543.968,37	113.450.402,05	104.316.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	97.809.070,20	400.743.038,80	339.933.215,00
(B) VALOR DA ALÍQUOTA MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Caput art. 212 da CF ou Percentual da LOM)	24.907.272,71	100.185.774,70	84.998.303,75

C) RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Rendimentos de Aplicação Financeira	21.977,43	636.980,28	0,00
Convênios e Outros	527.139,50	2.153.770,32	0,00
F.M.D.E.F.V.M.	6.981.433,85	26.656.894,18	21.877.405,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	7.537.550,78	29.447.645,78	21.877.405,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (B+C)	32.444.841,47	129.672.428,48	107.825.708,75

D) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	PAGO	%
D.1) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPECIAL	8.614.415,14	8,81	41.300.078,97	11,83	41.783.244,63	11,43
D.2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL:						
Despesas do Ensino Fundamental com Recursos de Impostos (Quadro 02)	9.565.132,80		44.460.654,48		38.540.158,95	
Despesas do Ensino Fundamental c/ Recursos do Fundef Auferidos no Exercício (Quadro 03)	6.133.282,97		24.879.691,35		24.542.928,62	
Despesa Total no Ensino Fundamental	15.698.415,77		69.340.349,84		62.783.087,57	
(+) Valor Efetivamente Retido ao Fundef (Diferença Positiva entre a Conta Retificadora menos Retorno Fundef)	0,00		0,00		0,00	
(-) Parcela Suplementada do Ganho Líquido do Fundef (Para Aplicado)	0,00		0,00		0,00	
APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL	2.054.960,18		9.179.594,95		8.818.182,32	
Aplicação Mínima Obrigatória (60% dos recursos ref. caput art.212 da CF)	13.643.374,83	15,70	65.155.580,69	15,45	53.964.904,57	13,46
APLICAÇÃO A MAIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL	14.964.163,02	18,00	80.111.664,81	19,00	80.111.664,81	19,00
	(1.320.788,19)	(1,30)	85.686,01	0,01	(26.146.759,87)	(5,54)
D.3) APLICAÇÃO FINAL (Caput art.212 CF ou percentual da L.O.M.) [L14-D.1	23.158.756,02	23,24	107.111.970,83	25,42	99.727.749,51	24,89
Aplicação Mínima Obrigatória	24.907.272,71	25,00	100.185.774,70	25,00	100.185.774,70	25,00
APLICAÇÃO TOTAL A MAIOR	(1.748.474,69)	(1,76)	7.373.305,74	1,83	(458.024,13)	(0,11)

E) FUNDEF - ART.60 CAPUT/ADCT/CF	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	RECEBIDO/PAGO	%
E.1) RECURSOS DO FUNDEF + APLIC. FINANCEIRA	6.902.433,83	100,00	26.696.894,18	100,00	26.696.894,18	100,00
E.2) DESPESAS COM ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEF						
Despesas com Profissionais do Magistério em efetivo exercício (mínimo 60%)	8.113.481,79	97,54	21.997.580,65	82,39	21.971.980,45	82,30
Demais Despesas (mínimo 40%)	133.884,21	1,50	3.708.454,48	13,89	3.371.665,75	12,63
TOTAL GERAL APLICADO	8.247.366,00	99,04	25.680.340,13	96,19	25.343.572,43	94,93
RECURSOS ACUMULADOS NÃO APLICADOS	737.417,92		1.016.554,05		1.353.321,75	

F) POSIÇÃO FINANCEIRA	TRIMESTRE	ACUMULADO
REPASSES DECENDIAIS - ART.69,§6º, LEI 9.394/96		
Repasses Efetuados (Quadro 06 - Letra "B")	21.109.510,31	57.709.684,13
(-) Mínimo Obrigatório (25% ou Percentual Definido na L.O.M das Receitas de Impostos menos Conta Retificadora do Fundef)	20.828.050,60	81.481.428,30
REPASSES ACUMULADOS A MENOR	281.459,71	(16.681.344,17)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Fiscalização do Cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal

MUNICÍPIO: SANTOS

PERÍODO: 4º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2004 31/01/05

PROTOCOLO DE ENTREGA POR MEIO MAGNÉTICO

Atestamos para efeito do cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal que o disquete, em anexo, reproduz com total fidelidade e veracidade as informações nele contidas, conforme síntese a seguir:

DESCRIÇÃO (Quadro 07-Resumo Consolidado)	Trimestre (R$)	%	Acumulado (R$)	%
RECEITAS DO ENSINO				
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	126.032.855,73		476.293.693,90	
Demais Recursos Adicionais	9.192.391,81		34.741.540,34	
DESPESAS DO ENSINO				
Aplicação no Ensino Infantil	10.027.726,88	7,96	57.553.143,92	12,08
Aplicação no Ensino Fundamental	15.296.159,41	12,14	71.444.054,08	15,00
Total - Artigo 212 da C.F.	25.323.886,29	20,09	128.997.198,00	27,08
FUNDEF				
Recursos do Fundef + Aplicação Financeira	7.972.344,30		29.562.995,89	
Despesas com Profissionais do Magistério (mín.60%)	7.320.386,81	91,82	26.217.625,70	88,68
Demais Despesas (máx.40%)	139.026,91	1,74	3.345.370,19	11,32

SANTOS , em 27 de Janeiro de 2005

Prefeito(a) Municipal

Secretário(a) da Educação

Contador(a)
Luiz Carlos de Souza
Contador
CRC. 1SP 154529/O-2

Presidente e/ou Membro do Conselho da Educação
Reg. 4144335
Presidente do CME

RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

MUNICÍPIO: SANTOS **PERÍODO:** 4º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2004

valores em R$

RECEITAS ARRECADADAS	Trimestre	Acumulado
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	38.473.839,57	138.651.366,77
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	3.561.820,57	13.438.839,67
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	33.199.684,17	115.866.186,38
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.186.152,70	16.315.999,81
Dívida Ativa de Impostos	6.180.197,91	27.890.844,62
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	253.330,97	2.856.279,18
Multa/Juros provenientes de Impostos	764.543,48	1.360.348,45
Fundo de Participação dos Municípios	4.854.688,50	18.617.084,95
Imposto Territorial Rural	13.051,69	15.990,41
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	603.974,70	2.415.898,80
Demais Transferências da União	0,00	0,00
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	28.293.926,27	104.197.765,71
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	3.419.541,14	34.716.699,15
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	229.104,10	950.390,00
ICMS da Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.	0,00	0,00
Demais Transferências	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	**126.032.855,73**	**476.293.693,90**
Rendimentos de Aplicação Financeira:	16.953,01	113.094,49
Convênios e Outros	1.203.094,50	5.065.449,96
Recursos recebidos do Fundef	7.948.422,10	29.421.922,12
Rendimentos de Aplicação Financeira do Fundef	23.922,20	141.073,77
Recursos de Operações de Crédito:	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**9.192.391,81**	**34.741.540,34**
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	**135.225.247,54**	**511.035.234,24**

DESPESAS DO ENSINO	Trimestre	Acumulado
12.365 - Educação Infantil	10.002.885,30	52.726.541,82
12.367 - Educação Especial	24.961,20	4.847.607,72
(=) Total da Despesa da Educação Infantil / Especial	**10.027.846,50**	**57.573.949,54**
(-) Auxílios / Subvenções / Contribuições	119,62	20.805,62
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL	**10.027.726,88**	**57.553.143,92**
12.361 - Ensino Fundamental		
Despesa c/ Recursos não Vinculados	10.933.683,92	55.681.092,19
Despesa c/ Recursos do FUNDEF	7.435.491,52	29.421.922,12
12.366 - Educação do Jovem e Adultos (Ensino Fundamental)	0,00	0,00
(=) Subtotal da Despesa do Ensino Fundamental	**18.369.175,44**	**85.103.014,31**
(+) Valor Retido ao Fundef	0,00	0,00
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido - FUNDEF	2.338.387,85	10.494.752,55
(=) Total da Despesa do Ensino Fundamental:	**16.030.787,59**	**74.608.261,76**
(-) Auxílios / Subvenções / Contribuições	734.628,18	3.164.207,68
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	**15.296.159,41**	**71.444.054,08**
TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS NO ENSINO	**25.323.886,29**	**128.997.198,00**
APLICAÇÃO NO ENSINO	**20,09%**	**27,06%**
Aplicação no Ensino Fundamental	**12,14%**	**15,00%**
Aplicação na Educação Infantil / Especial	**7,96%**	**12,08%**
Aplicação nos Profissionais do Magistério - FUNDEF	**91,82%**	**88,68%**
REPASSES À CONTA DO ENSINO - ART.69,§5º,LEI 9.394/96	**37.000.000,00**	**122.714.248,40**

Prefeito(a) Municipal

Secretário(a) da Educação

31/01/05

Contador(a)

Luiz Carlos de Souza
Contador
CRC: 1SP 164529/O-2

Presidente e/ou Membro do Conselho da Educação

Reg. 4144335
Presidente do CME

QUADRO II MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2016

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE MDE

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	ORÇADA ANUAL	1ºTRIMESTRE ARRECADADA	2ºTRIMESTRE ARRECADADA	3ºTRIMESTRE ARRECADADA	4ºTRIMESTRE ARRECADADA	ARRECADADA ACUMULADA
IMPOSTOS MUNICIPAIS						
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	161.600.000,00	40.930.219,59	29.741.280,78	29.486.187,42	38.473.830,37	138.631.496,17
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	12.000.000,00	2.414.465,93	1.623.984,73	2.836.597,45	3.565.830,17	10.438.878,28
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	55.800.000,00	24.349.485,57	27.187.647,27	31.222.969,27	33.796.084,13	116.866.186,24
Imposto de Renda Retido na Fonte	16.300.000,00	4.519.826,68	5.441.350,33	5.168.650,29	6.181.132,70	16.311.960,01
Dívida Ativa de Impostos	14.464.000,00	3.650.789,85	5.918.590,05	12.149.259,03	6.181.197,91	27.900.836,84
Atualização da Dívida Ativa de Impostos	2.352.000,00	137.190,91	298.979,88	2.167.278,61	233.330,91	2.836.780,31
Multa/Juros provenientes de Impostos	670.000,00	242.452,35	192.326,62	253.143,08	564.543,44	1.252.465,49
Total das Receitas Próprias:	262.859.000,00	74.966.440,88	76.562.159,65	81.452.179,87	89.019.869,23	322.779.863,88
TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO						
Fundo de Participação dos Municípios	16.550.000,00	4.850.401,24	1.631.861,84	4.270.373,27	4.854.088,80	15.607.065,15
Imposto Territorial Rural	80.000,00	3.856,29	0,01	94,40	13.081,69	16.940,41
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	2.600.000,00	603.974,70	603.974,70	603.974,70	603.974,70	2.415.898,80
Demais Transferências da União						0,00
Total das Transferências da União:	19.230.000,00	5.457.877,23	2.235.836,55	4.880.442,46	5.471.714,89	31.048.974,16
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO						
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	90.000.000,00	24.351.823,57	24.851.823,66	26.707.398,41	28.292.926,27	104.197.165,71
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	34.127.000,00	21.035.548,06	4.260.205,95	3.309.315,74	5.029.917,14	33.634.986,89
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	998.670,00	213.498,96	2.452.667,97	240.628,29	225.104,19	930.899,40
3 %FE do Estado, Artesanato/Judiciário/Administr.						0,00
Demais Transferências do Estado						0,00
Total das Transferências do Estado:	125.125.670,00	45.214.780,59	31.637.160,23	30.277.342,44	33.547.971,61	138.864.052,86
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	407.272.670,00	125.639.098,70	110.435.156,43	116.609.964,77	128.039.555,73	492.723.890,90

B) RECURSOS ADICIONAIS (100%)	ORÇADA ANUAL	1ºTRIMESTRE ARRECADADA	2ºTRIMESTRE ARRECADADA	3ºTRIMESTRE ARRECADADA	4ºTRIMESTRE ARRECADADA	ARRECADADA ACUMULADA
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA						
Ensino Infantil/Especial		608,39	126,31		13.703,83	14.438,53
Ensino Fundamental		8.825,93	8.014,40	79.566,25	3.287,18	99.693,76
Total dos Rendimentos de Aplicação Financeira:	0,00	9.434,32	8.140,71	79.566,25	16.991,01	114.132,29
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS						
Ensino Infantil/Especial						
Creche						0,00
						0,00
						0,00
Total Ensino Infantil:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental						
Transporte de Alunos						0,00
QESE II		1.350.879,41	1.081.829,82	1.458.655,33	1.203.094,50	5.094.459,06
						0,00
						0,00
						0,00
Total Ensino Fundamental:	0,00	1.350.879,41	1.081.829,82	1.458.655,33	1.203.094,50	5.094.459,06
Total de Recursos de Convênios e Outros:	0,00	1.350.879,41	1.081.829,82	1.458.655,33	1.203.094,50	5.094.459,06
FAIXA DE F.V.M.						
Recursos recebidos do Fundef	28.500.000,00	6.958.801,96	7.086.333,68	7.479.169,18	7.968.425,13	29.492.729,95
Rendimentos de Aplicação Financeira	350.000,00	42.815,35	36.354,43	37.969,61	53.923,76	171.063,15
Total das Receitas do Fundef:	28.850.000,00	7.001.821,26	7.122.688,11	7.517.139,03	8.022.348,89	29.663.793,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA ENSINO						
Receitas Destinadas ao Ensino Fundamental						0,00
Recursos Destinados ao Ens. Infantil e Especial						0,00
Total das Operações de Crédito:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	28.850.000,00	8.362.135,99	8.131.662,64	9.054.380,59	9.152.191,01	34.741.546,24
C) MONTANTE DA CONTA RETIFICADORA - FUNDEF	16.521.000,00	4.806.699,91	4.641.870,31	4.777.668,67	4.697.103,47	18.927.161,67

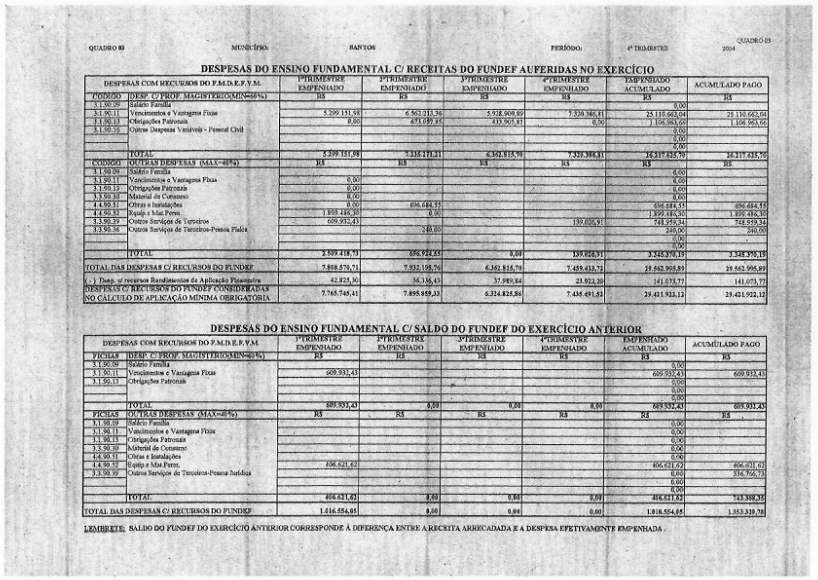
QUADRO #2 — MUNICÍPIO: SANTOS — PERÍODO: 4º TRIMESTRE — 2004

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF

ENSINO FUNDAMENTAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CODIGO	12. 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	288.137,65	456.062,65	416.263,52	564.113,54	1.646.577,36	1.574.696,04
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.070.170,27	1.874.814,73	1.627.607,60	2.076.567,16	7.649.215,76	7.649.215,76
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.535.995,34	468.361,50	991.407,264	1.318.714,28	4.502.600,18	4.313.309,22
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	812.868,27	926.603,93	947.874,12	749.385,00	3.436.731,32	3.436.731,32
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	791.290,74	455.402,44	247.677,460	124.453,101	1.618.823,70	1.468.152,43
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	25.311,86	0,00	466,68	0,00	26.847,28	23.599,52
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	13.645.904,37	398.400,00	1.071.555,89	1.753.075,84	15.851.206,11	14.320.849,07
4.4.90.51	Obras e Instalações	1.918.033,76	1.115,49	609 Rs1,18	0,00	2.528.970,43	2.528.743,58
4.4.90.52	Equip. e Mat.Perm.	624.380,73	78.416,60	51.080,94	155.933,76	910.712,07	879.870,56
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita	9.306.620,82	1.861.710,00	0,00	0,00	6.645.413,82	5.645.413,82
3.3.50.43	Subvenções Sociais	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	55.000,00
3.3.90.39	Manutenção de Conservação	524.996,00	800.940,00		0,00	1.125.936,00	1.027.446,00
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas - Pasep	896.128,07	94.667,46	304,62	1.444.635,41	2.435.537,56	2.435.537,56
3.1.90.01	Aposentadorias e Reformas	1.433.148,27	1.734.158,60	1.505.765,00	1.750.292,53	6.413.504,40	6.413.504,40
e	Dispêndio em conta de diferença não aplicada				865.015,50	865.015,50	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	34.684.120,25	8.187.383,33	7.475.804,69	10.933.683,92	55.681.092,19	51.780.078,90
FICHAS	12.366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado					0,00	
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip. e Mat.Perm.					0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF		34.684.120,25	8.187.383,33	7.475.804,69	10.933.683,92	55.681.092,19	51.780.078,90
(-) Desp. c/ Recursos Adicionais - Convênios/QESE e outros recebidos no exercício		158.546,19	728.913,06	1.542.123,31	734.628,18	3.164.207,68	3.164.207,68
(-) Desp. c/ saldo de Recursos Adicionais - Convênios/QESE e outros recebidos no ex. anterior (saldo efetivamente disponível)						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito						0,00	
(+) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicação Financeira						0,00	
TOTAL DESP. ENS. FUNDAMENTAL C/ REC. IMPOSTOS		33.925.574,06	2.458.470,33	5.933.681,38	10.199.055,74	52.516.884,51	48.615.871,22

99

98



QUADRO 03 — MUNICÍPIO: SANTOS — PERÍODO: 4º TRIMESTRE — 2004 — QUADRO 05

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECEITAS DO FUNDEF AUFERIDAS NO EXERCÍCIO

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.D.E.F.V.M.		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CODIGO	DESP. C/ PROF. MAGISTERIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.299.151,98	6.562.213,36	5.928.909,80	7.320.366,81	25.110.642,04	25.110.642,04
3.1.90.13	Obrigações Patronais	0,00	673.085,95	433.905,81	0,00	1.106.963,66	1.106.963,66
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	5.299.151,98	7.235.171,21	6.362.815,70	7.320.366,81	26.217.525,70	26.217.525,70
CODIGO	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00				0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais	0,00				0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	0,00				0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações	0,00	696.684,55			696.684,55	696.684,55
4.4.90.52	Equip e Mat.Perm.	1.898.480,30	0,00			1.898.480,30	1.898.480,30
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros	609.932,43			138.026,91	748.959,34	748.959,34
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física		240,00			240,00	240,00
						0,00	
	TOTAL	2.509.418,73	696.924,55	0,00	138.026,91	3.343.370,19	3.343.370,19
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		7.808.570,71	7.932.195,76	6.362.815,70	7.458.413,72	29.560.895,89	29.560.895,89
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos da Aplicação Financeira		42.825,30	36.136,43	37.989,84	23.922,30	141.073,77	141.073,77
DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF CONSIDERADAS NO CALCULO DE APLICAÇÃO MINIMA OBRIGATORIA		7.765.745,41	7.895.959,33	6.324.825,86	7.434.491,42	29.421.922,12	29.421.922,12

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.D.E.F.V.M.		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
FICHAS	DESP. C/ PROF. MAGISTERIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	609.932,43				609.932,43	609.932,43
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	609.932,43	0,00	0,00	0,00	609.932,43	609.932,43
FICHAS	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip e Mat.Perm.	406.621,62				406.621,62	406.621,62
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica					0,00	336.766,73
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	406.621,62	0,00	0,00	0,00	406.621,62	743.388,35
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		1.016.554,05	0,00	0,00	0,00	1.016.554,05	1.353.320,78

LEMBRETE: SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR CORRESPONDE À DIFERENÇA ENTRE A RECEITA ARRECADADA E A DESPESA EFETIVAMENTE EMPENHADA .

QUADRO 04 — MUNICÍPIO: SANTOS — PERÍODO: 4º TRIMESTRE — 2004

QUADRO 04

DESPESAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL

EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	12.365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	366.361,19	892.358,09	893.153,85	1.132.724,93	3.284.597,26	3.284.597,26
3.1.90.05	Salário Família					0,00	0,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.037.026,36	3.807.188,82	3.345.622,00	4.003.234,23	14.253.071,41	14.253.071,41
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.027.658,44	803.804,29	938.692,42	972.315,09	3.742.469,24	3.668.805,53
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	268.924,88	342.191,82	358.208,76	320.536,17	1.309.971,43	1.309.971,43
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00				0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	115.171,90	91.235,67	85.295,00	4.581,27	287.151,30	285.705,78
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	200.858,40	0,00	1.752,96	779,57	203.341,93	185.780,42
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	6.352.336,45	509.949,00	401.311,38	329.733,41	6.573.421,24	6.103.533,51
4.4.90.51	Obras e Instalações	1.903.242,16	173.767,79	411.606,89	168.413,57	2.649.030,41	2.649.030,41
4.4.90.52	Equip e Mat.Perm.	42.874,68	48.406,80	56.914,42	17.142,71	187.968,69	180.310,65
3.3.90.39	Manutenção de Convênios - Creches	647.856,60	1.050.840,00	0,00	4.615,20	1.696.980,80	1.518.040,80
3.3.90.39	Manutenção de Convênios - Emei	1594.312,60	1.958.400,00	0,00	851,20	3.551.860,80	3.224.500,80
3.1.90.01	Aposentadoria e Reformas	2.627.389,19	3.359.761,50	2.834.353,65	3.316.042,25	12.037.546,59	120033 819,93
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita	0,00	3.061.210,00		248.000,00	2.813.210,00	2.813.210,00
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis	0,00	100.300,00		0,00	100.300,00	100.300,00
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	18.193.942,35	15.132.804,74	9.396.909,53	10.002.885,30	52.726.541,82	51.615.584,40
CÓDIGO	12.367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	5.864,43	1.010,00			6.874,43	6.874,43
4.4.90.51	Obras e Instalações	0,00				0,00	
4.4.90.52	Equip e Mat.Perm.	0,00	3.723,39			3.723,39	3.723,39
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros	775.049,36	41.559,56		24.961,20	158.483,90	158.261,39
3.3.90.39	Manutenção de convênios - Emei	2256.480,60	2.421.876,60			4.678.356,00	4.274.710,00
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	2.437.393,69	2.388.051,83	0,00	24.961,20	4.847.497,72	4.443.569,21
DESPESAS C/ EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		20.631.335,94	17.517.857,57	9.396.909,53	10.027.846,50	57.573.949,54	56.059.153,24
(-) Desp. c/ Receitas Adicionais - Convênios e outras receitas do exercício						0,00	
(-) Desp. c/ saldo Receitas Adicionais - Convênios e outras receitas no exercício anterior (saldo efetivamente disponível)		3.324,00	0,00	17.362,00	119,62	20.805,62	20.686,00
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Rebolsamento de Aplicações Financeiras						0,00	
TOTAL APLICADO COM RECURSOS DE IMPOSTOS		20.628.011,94	17.517.857,57	9.379.547,53	10.027.726,88	57.553.143,92	56.038.467,24

QUADRO 05 MUNICÍPIO SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2004

REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, § 5º, LEI 9.394/96 (L.D.B)

1º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	OUTUBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10 (35% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundeb)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20 (35% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundeb)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 29 (35% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundeb)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	1.912.873,39	2.487.100,00	574.226,61	2.658.433,84	1.884.060,00	774.373,84	764.410,07	3.300.000,00	2.535.589,93
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	871.377,77	742.900,00	171.522,23	1.151.302,25	815.960,00	335.342,25	529.606,71	2.200.000,00	1.670.393,29
TOTAL GERAL	2.454.251,16	3.230.000,00	745.748,84	3.809.736,11	2.700.000,00	1.109.736,11	1.274.016,78	5.500.000,00	4.225.983,22

2º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	NOVEMBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10 (35% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundeb)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20 (35% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundeb)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30 (35% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundeb)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	1.867.181,99	1.425.150,00	441.031,99	363.995,87	1.816.095,00	1.452.099,13	1.959.141,94	3.744.905,00	2.483.758,06
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	1.234.964,53	1.874.870,00	639.905,47	2.826.151,97	233.905,00	2.592.246,97	799.001,81	2.825.100,00	2.026.098,19
TOTAL GERAL	3.102.146,52	3.300.020,00	197.873,48	3.190.147,84	2.050.000,00	1.140.147,84	2.758.143,75	6.570.005,00	4.811.856,25

3º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	DEZEMBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10 (35% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundeb)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20 (35% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundeb)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30 (35% das receitas são vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundeb)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	2.565.991,22	4.569.595,00	2.003.603,78	3.211.094,37	2.670.565,00	540.549,37	2.282.486,82	5.335.495,00	3.053.008,18
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	325.918,19	580.405,00	254.486,81	458.776,31	371.455,00	79.321,31	305.660,16	714.505,00	408.844,84
TOTAL GERAL	2.891.909,41	5.150.000,00	2.258.090,59	3.661.870,68	3.051.000,00	611.870,68	2.588.146,98	6.050.000,00	3.461.853,02

QUADRO 06

QUADRO 06 MUNICÍPIO: SANTOS **PERÍODO:** 4º TRIMESTRE 2004

POSIÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS VINCULADAS AO ENSINO

REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, §5º, LEI 9.394/96 (L.D.B.)		
CONFRONTO ENTRE OS REPASSES MÍNIMOS E DECENDIAIS	TRIMESTRE	ACUMULADO
A) REPASSE MÍNIMO OBRIGATORIO (Percentual Mínimo de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências menos Conta Retificadora do Fundef)	26.411.110,26	100.146.253,91
B) REPASSES DECENDIAIS		
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 1º MÊS	11.430.000,00	41.256.180,82
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 2º MÊS	11.320.000,00	40.331.111,24
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 3º MÊS	14.250.000,00	41.126.956,34
TOTAL DE REPASSES DECENDIAIS	37.000.000,00	122.714.248,40
REPASSES A MAIOR NO TRIMESTRE	10.588.889,74	22.567.994,50

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DESTINADAS AOS DEPÓSITOS DOS REPASSES DECENDIAIS			
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	10 / 01 / 2005	NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA F.M.E.			
CONTA PMS-EDUCAÇÃO-B.BRASIL- AG.0004		105557-7	37.913,24
CONTA PMS-EDUCAÇÃO-BANESPA- AG.0002		207-8	30.899,19
		321-7	57.440,69
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL			126.253,12

CONFRONTO ENTRE DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM RELAÇÃO AO DISPONÍVEL	
APURAÇÃO DOS EMPENHOS A PAGAR (Não consideradas as Despesas do Ens. Fund.com Recursos do Fundef)	SALDO
DESPESA EMPENHADA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (Quadros 2 e 4)	110.070.028,43
(-) DESPESA PAGA (Quadros 2 e 4)	104.654.338,46
TOTAL DE EMPENHOS A PAGAR	5.415.689,97
EMPENHOS SEM LASTRO FINANCEIRO	5.289.436,85

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DECORRENTES DE CONVÊNIOS			
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2004	NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA QESE		13-700546/1	5.883,07
CONTA TRANSPORTE DE ALUNOS		13-000289/0	80.370,34
CRIANÇA CARENTE		13-000205/9	0,00
CONTA QESE-BANCO DO BRASIL		40862-X	2.023.734,75
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL			2.109.988,16

CONTA VINCULADA AO FUNDEF			
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF NÃO APLICADO (EXERCÍCIO ANTERIOR)			1.353.320,78
(+) RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEF + APLICAÇÃO FINANCEIRA			29.562.995,89
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			30.916.316,67
(-) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEF PAGAS			30.916.316,67
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			0,00
SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2004 C/C nº	58315-4	352.894,30
DIFERENÇA A MAIOR			352.894,30

QUADRO 07

MUNICÍPIO: SANTOS **PERÍODO:** 4º TRIMESTRE 2004

RESUMO CONSOLIDADO

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Receitas Próprias	88.619.569,33	315.379.864,88	302.839.200,00
Receitas de Transferências da União	5.471.714,89	21.048.974,16	19.210.000,00
Receitas de Transferências do Estado	31.941.571,51	139.864.854,86	127.323.670,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**126.032.855,73**	**476.293.693,90**	**449.372.870,00**

B) VALOR DA ALICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Caput art. 212 da CF ou Percentual da LOM)	31.508.213,93	119.073.423,48	112.343.217,50

C) RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Rendimentos de Aplicação Financeira	16.953,01	113.094,49	0,00
Convênios e Outros	1.203.094,50	5.065.449,96	0,00
F.M.D.E.F.V.M.	7.972.344,30	29.562.995,89	28.550.000,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**9.192.391,81**	**34.741.540,34**	**28.550.000,00**
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (B+C)	**40.700.605,74**	**153.814.963,82**	**140.893.217,50**

D) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	PAGO	%
D.1) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPECIAL	**10.027.726,88**	**7,96**	**57.553.143,92**	**12,08**	**56.038.467,24**	**11,77**
D.2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL						
Despesas do Ensino Fundamental com Recursos de Impostos (Quadro 02)	10.199.055,74		52.516.884,51		48.615.871,22	
Despesas do Ensino Fundamental c/ Recursos do Fundef Auferidos no Exercício (Quadro 03)	7.435.491,52		29.421.922,12		29.421.922,12	
Despesa Total no Ensino Fundamental	**17.634.547,26**		**81.938.806,63**		**78.037.793,34**	
(+) Valor Efetivamente Retido ao Fundef (Diferença Positiva entre a Conta Retificadora menos Retorno Fundef)	0,00		0,00		0,00	
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido do Fundef (Plus Aplicado)	2.338.387,85		10.494.752,55		10.494.752,55	
APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL	**15.296.159,41**	**12,14**	**71.444.054,08**	**15,00**	**67.543.040,79**	**14,18**
Aplicação Mínima Obrigatória (60% dos recursos ref. caput art.212 da CF)	18.904.928,36	15,00	71.444.054,09	15,00	71.444.054,09	15,00
APLICAÇÃO A MENOR NO ENSINO FUNDAMENTAL	**(3.608.768,95)**	**(2,86)**	**(0,00)**	**(0,00)**	**(3.901.013,29)**	**(0,82)**
D.3) APLICAÇÃO FINAL (Caput art.212 CF ou percentual da L.O.M.) D.1+D.2	**25.323.886,29**	**20,09**	**128.997.198,00**	**27,08**	**123.581.508,03**	**25,95**
Aplicação Mínima Obrigatória	31.508.213,93	25,00	119.073.423,48	25,00	119.073.423,48	25,00
APLICAÇÃO TOTAL A MAIOR	**(6.184.327,64)**	**(4,91)**	**9.923.774,53**	**2,08**	**4.508.084,56**	**0,95**

E) FUNDEF - ART.60 CAPUT/ADCT/CF	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	RECEBIDO/PAGO	%
E.1) RECURSOS DO FUNDEF + APLIC. FINANCEIRA	**7.972.344,30**	**100,00**	**29.562.995,89**	**100,00**	**29.562.995,89**	**100,00**
E.2) DESPESAS COM ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEF						
Despesas com Profissionais do Magistério em efetivo exercício (mínimo 60%)	**7.320.386,81**	**91,82**	**26.217.625,70**	**88,68**	**26.217.625,70**	**88,68**
Demais Despesas (máximo 40%)	**139.026,91**	**1,74**	**3.345.370,19**	**11,32**	**3.345.370,19**	**11,32**
TOTAL GERAL APLICADO	7.459.413,72	93,57	29.562.995,89	100,00	29.562.995,89	100,00
RECURSOS ACUMULADOS INTEGRALMENTE APLICADOS	**512.930,58**		**(0,00)**		**(0,00)**	

F) POSIÇÃO FINANCEIRA	TRIMESTRE	ACUMULADO
REPASSES DECENDIAIS - ART.69,§5º, LEI 9.394/96		
Repasses Efetuados (Quadro 06 - Letra "B")	37.000.000,00	122.714.248,40
(-) Mínimo Obrigatório (25% ou Percentual Definido na L.O.M.das Receitas de Impostos menos Conta Retificadora do Fundef)	26.411.110,26	100.146.253,91
REPASSES ACUMULADOS A MAIOR	**10.588.889,74**	**22.567.994,50**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Fiscalização do Cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal

MUNICÍPIO: SANTOS

PERÍODO: 4º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2005

PROTOCOLO DE ENTREGA POR MEIO MAGNÉTICO

Atestamos para efeito do cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal que o disquete, em anexo, reproduz com total fidelidade e veracidade as informações nele contidas, conforme síntese a seguir:

DESCRIÇÃO (Quadro 07-Resumo Consolidado)	Trimestre (R$)	%	Acumulado (R$)	%
RECEITAS DO ENSINO				
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	138.542.259,97		542.174.014,29	
Demais Recursos Adicionais	10.869.568,65		41.857.060,06	
DESPESAS DO ENSINO				
Aplicação no Ensino Infantil	10.610.946,09	7,66	56.972.235,49	10,51
Aplicação no Ensino Fundamental	18.244.240,42	13,17	86.020.696,73	15,87
Total - Artigo 212 da C.F.	28.855.186,51	20,83	142.992.932,22	26,37
FUNDEF				
Recursos do Fundef + Aplicação Financeira	9.209.586,56		34.460.158,99	
Despesas com Profissionais do Magistério (mín.60%)	7.982.690,10	86,68	28.226.297,14	81,91
Demais Despesas (máx.40%)	-746.613,33	-8,11	1.229.720,95	3,57

SANTOS , em 27 de Janeiro de 2006

Prefeito(a) Municipal

Suely Alves Maia
Secretário(a) da Educação
Suely Maia
Secretária de Educação

Contador(a)

Luiz Carlos de Souza
Contador
CRC: 1SP 164529/O-2

Presidente e/ou Membro do Conselho da Educação

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECEBI DOCUMENTOS
D. E. - S, em 30/01/2006
CHEFE

RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

MUNICÍPIO: SANTOS **PERÍODO:** 4º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2005

valores em R$

RECEITAS ARRECADADAS	Trimestre	Acumulado
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	33.302.999,29	145.969.312,47
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	4.186.735,90	14.976.970,66
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	35.460.396,99	136.501.836,62
Imposto de Renda Retido na Fonte	7.924.880,24	21.401.304,48
Dívida Ativa de Impostos	12.017.869,87	26.060.357,72
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	1.178.377,04	4.759.057,02
Multa/Juros provenientes de impostos	898.429,49	1.944.238,27
Fundo de Participação dos Municípios	6.563.643,61	23.107.841,96
Imposto Territorial Rural	12.489,96	24.188,80
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	642.879,78	2.571.519,12
Demais Transferências da União	0,00	0,00
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	32.539.713,08	123.330.745,23
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	3.472.652,89	40.353.909,42
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	341.191,83	1.172.732,52
ICMS de Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.	0,00	0,00
Demais Transferências	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	**138.542.259,97**	**542.174.014,29**
Rendimentos de Aplicação Financeira:	12.813,96	592.265,88
Convênios e Outros	1.647.168,13	6.804.635,19
Recursos recebidos do Fundef	9.001.975,77	33.943.482,38
Rendimentos de Aplicação Financeira do Fundef	207.610,79	516.676,61
Recursos de Operações de Crédito:	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**10.869.568,65**	**41.857.060,06**
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	**149.411.828,62**	**584.031.074,35**

DESPESAS DO ENSINO	Trimestre	Acumulado
12.365 - Educação Infantil	10.525.764,55	56.716.408,74
12.367 - Educação Especial	85.181,54	255.826,75
(=) Total da Despesa da Educação Infantil / Especial	**10.610.946,09**	**56.972.235,49**
(-) Auxílios / Suvenções / Contribuições	0,00	0,00
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL	**10.610.946,09**	**56.972.235,49**
12.361 - Ensino Fundamental		
Despesas c/ Recursos não Vinculados	14.261.558,25	65.529.945,62
Despesas c/ Recursos do FUNDEF	7.028.465,98	28.939.341,48
12.366 - Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental)	0,00	0,00
(=) Subtotal da Despesa do Ensino Fundamental	**21.290.024,23**	**94.469.287,10**
(+) Valor Retido ao Fundef	0,00	0,00
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido - FUNDEF	1.014.060,16	6.410.625,14
(=) Total da Despesa do Ensino Fundamental	**20.275.964,07**	**88.058.661,96**
(-) Auxílios / Suvenções / Contribuições	2.031.723,65	2.037.965,23
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	**18.244.240,42**	**86.020.696,73**
TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS NO ENSINO	**28.855.186,51**	**142.992.932,22**
APLICAÇÃO NO ENSINO	**20,83%**	**26,37%**
Aplicação no Ensino Fundamental	**13,17%**	**15,87%**
Aplicação na Educação Infantil / Especial	**7,66%**	**10,51%**
Aplicação nos Profissionais do Magistério - FUNDEF	**86,68%**	**81,91%**
REPASSES À CONTA DO ENSINO - ART.69,§5º,LEI 9.394/96	**36.410.000,00**	**138.215.245,94**

Prefeito(a) Municipal

Secretário(a) da Educação
Suely Maia
Secretária de Educação

Contador(a)
Luiz Carlos de Souza
Contador
CRC. 1SP 164529/O-2

Presidente e/ou Membro do Conselho da Educação
Eva Cristina de C.S. Mendes
Presidente do C.M.E.

QUADRO 01 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2005

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE MDE

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	ORÇADA ANUAL	1ºTRIMESTRE ARRECADADA	2ºTRIMESTRE ARRECADADA	3ºTRIMESTRE ARRECADADA	4ºTRIMESTRE ARRECADADA	ARRECADADA ACUMULADA
IMPOSTOS MUNICIPAIS						
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	142.651.000,00	49.574.399,67	31.284.348,94	31.807.564,57	33.302.999,29	145.969.312,47
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	13.167.000,00	2.684.730,97	4.113.581,04	3.991.923,75	4.186.735,90	14.976.970,66
Imposto s/ Serviços de Qualquer Naturza	102.937.000,00	30.713.380,53	33.539.850,22	36.788.208,88	35.460.396,99	136.501.836,62
Imposto de Renda Retido na Fonte	17.294.000,00	4.319.459,42	5.539.890,88	3.617.073,94	7.924.880,24	21.401.304,48
Dívida Ativa de Impostos	20.079.000,00	3.502.202,24	5.279.742,15	5.260.543,46	12.017.869,87	26.060.357,72
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	621.000,00	1.054.848,31	1.530.158,93	995.672,74	1.178.377,04	4.759.057,02
Multa/Juros provenientes de impostos	2.095.000,00	427.581,66	231.041,87	387.185,25	898.429,49	1.944.238,27
Total das Receitas Próprias:	**298.844.000,00**	**92.276.602,80**	**81.518.614,03**	**82.848.171,59**	**94.969.688,82**	**351.613.077,24**
TRANSFERENCIAS DA UNIAO						
Fundo de Participação dos Municípios	18.700.000,00	5.603.210,42	6.061.830,36	4.879.157,57	6.563.643,61	23.107.841,96
Imposto Territorial Rural	15.000,00	1.408,09	384,74	9.906,01	12.489,96	24.188,80
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	2.600.000,00	642.879,78	642.879,78	642.879,78	642.879,78	2.571.519,12
Demais Transferências da União						0,00
Total das Transferências da União:	**21.315.000,00**	**6.247.498,29**	**6.705.094,88**	**5.531.943,36**	**7.219.013,35**	**25.703.549,88**
TRANSFERENCIAS DO ESTADO						
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	97.800.000,00	29.538.267,62	30.448.502,44	30.804.262,09	32.539.713,08	123.330.745,23
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	35.911.000,00	28.201.076,81	4.336.765,80	4.343.413,92	3.472.652,89	40.353.909,42
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	850.000,00	276.120,42	282.033,34	273.386,93	341.191,83	1.172.732,52
ICMS de Exere. Anteriores/Judiciais/Administr.						0,00
Demais Transferências do Estado						0,00
Total das Transferências do Estado:	**134.561.000,00**	**58.015.464,85**	**35.067.301,58**	**35.421.062,94**	**36.353.557,80**	**164.857.387,17**
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	**454.720.000,00**	**156.539.565,94**	**123.291.010,49**	**123.801.177,89**	**138.542.259,97**	**542.174.014,29**

B) RECURSOS ADICIONAIS (100%)	ORÇADA ANUAL	1ºTRIMESTRE ARRECADADA	2ºTRIMESTRE ARRECADADA	3ºTRIMESTRE ARRECADADA	4ºTRIMESTRE ARRECADADA	ARRECADADA ACUMULADA
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA						
Ensino Infantil/Especial						0,00
Ensino Fundamental		3.544,93	5.532,02	570.374,97	12.813,96	592.265,88
Total dos Rendimentos de Aplicação Financeira:	**0,00**	**3.544,93**	**5.532,02**	**570.374,97**	**12.813,96**	**592.265,88**
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS E OUTROS						
Ensino Infantil/Especial						
Creche						0,00
						0,00
						0,00
Total Ensino Infantil:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Ensino Fundamental						
Transporte de Alunos			62.600,00	25.040,00	40.681,33	128.321,33
QESE	5.300.000,00	2.368.033,20	1.265.865,85	1.435.928,01	1.405.241,98	6.475.069,04
Programa Alfabetização Jovens e Adultos					29.792,00	29.792,00
PEJA-Frog.Nac.Ensino de Jovem e Adulto					171.452,82	171.452,82
						0,00
Total Ensino Fundamental:	**5.300.000,00**	**2.368.033,20**	**1.328.465,85**	**1.460.968,01**	**1.647.168,13**	**6.804.635,19**
Total de Recursos de Convênios e Outros:	**5.300.000,00**	**2.368.033,20**	**1.328.465,85**	**1.460.968,01**	**1.647.168,13**	**6.804.635,19**
F.M.D.E.F.V.M.						
Recursos recebidos do Fundef	29.834.000,00	8.150.064,20	8.423.999,50	8.367.442,91	9.001.975,77	33.943.482,38
Rendimentos de Aplicação Financeira	493.000,00	48.428,45	102.767,27	157.870,10	207.610,79	516.676,61
Total das Receitas do Fundef:	**30.327.000,00**	**8.198.492,65**	**8.526.766,77**	**8.525.313,01**	**9.209.586,56**	**34.460.158,99**
OPERAÇÕES DE CREDITO PARA ENSINO						
Recursos Destinados ao Ensino Fundamental						0,00
Recursos Destinados ao Ens. Infantil e Especial						0,00
Total das Operações de Crédito:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**35.627.000,00**	**10.570.070,78**	**9.860.764,64**	**10.556.655,99**	**10.869.568,65**	**41.857.060,06**
C) MONTANTE DA CONTA RETIFICADORA - FUNDEF	**17.992.000,00**	**5.409.071,37**	**5.615.286,57**	**5.489.952,58**	**6.014.405,82**	**22.528.716,34**

QUADRO 02 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2005

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF

ENSINO FUNDAMENTAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	12. 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	554.320,89	1.307.751,09	1.039.746,57	1.286.601,70	4.188.420,25	4.188.327,44
3.1.90.09	Salário Familia					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.599.430,41	2.676.395,84	2.506.064,05	3.660.159,00	11.442.049,30	11.442.049,30
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.484.313,96	1.511.411,77	1.059.078,73	1.690.798,21	5.745.602,67	5.745.593,67
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	638.433,45	599.542,26	687.539,22	674.312,37	2.599.827,30	2.599.827,30
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	743.816,16	1.091.007,68	518.798,97	4.019,99	2.349.602,82	2.035.846,93
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	126.400,00	58.924,88	42.805,00	84.475,50	312.605,38	191.425,26
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	8.338.398,52	3.907.461,91	1.468.617,13	540.970,66	14.255.448,22	13.060.473,39
4.4.90.51	Obras e Instalações				611.780,00	611.780,00	0,00
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.	395.255,00	206.561,27	177.438,27	305.577,05	1.084.831,59	751.433,50
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita		2.777.586,06	562.814,20	70.740,00	3.211.140,26	3.112.770,26
3.3.50.43	Subvenções Sociais	1.299.840,00	0,00	0,00	0,00	1.299.840,00	1.196.520,00
3.3.90.43	Subvenções a entidades educacionais					0,00	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas - Pasep	1.182.000,00	0,00	0,00		1.182.000,00	1.067.951,81
3.1.90.01	Aposentadorias e Reformas	1.610.841,72	1.926.485,66	2.974.838,65	4.363.768,99	10.875.935,02	10.875.935,02
3.1.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas		530,40		5.946,50	6.476,90	0,00
4.5.90.61	Aquisição de Imóveis			134.985,65		134.985,65	6.476,90
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				68.183,56	68.183,56	13.958,07
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				902.264,70	902.264,70	902.264,70
FICHAS	12.367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL					0,00	
3.3.50.43	Subvenções a entidades educacionais-especial	5.563.152,00	0,00	304.200,00		5.258.952,00	4.820.706,00
	TOTAL	24.536.202,11	16.063.658,82	10.668.526,44	14.261.558,25	65.529.945,62	62.011.559,55
FICHAS	12.366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado					0,00	
3.1.90.09	Salário Familia					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.					0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF		24.536.202,11	16.063.658,82	10.668.526,44	14.261.558,25	65.529.945,62	62.011.559,55
(-) Desp. c/ Recursos Adicionais - Convênios/QESE e outros recebidos *no exercício*						0,00	
(-) Desp. *c/ saldo* de Recursos Adicionais - Convênios/QESE e outros recebidos *no ex. anterior* (saldo efetivamente disponível)		4.601,58	1.640,00		2.031.723,65	2.037.965,23	2.037.965,23
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicação Financeira						0,00	
TOTAL DESP. ENS. FUNDAMENTAL C/ REC. IMPOSTOS		24.531.600,53	16.062.018,82	10.668.526,44	12.229.834,60	63.491.980,39	59.973.594,32

QUADRO 03 — MUNICÍPIO: SANTOS — PERÍODO: 4º TRIMESTRE — 2005

QUADRO 03

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECEITAS DO FUNDEF AUFERIDAS NO EXERCÍCIO

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.D.E.F.V.M.		1°TRIMESTRE EMPENHADO	2°TRIMESTRE EMPENHADO	3°TRIMESTRE EMPENHADO	4°TRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CODIGO	DESP. C/ PROF. MAGISTERIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.722.225,11	6.769.187,28	6.630.753,06	7.982.690,10	28.104.855,55	27.942.214,18
3.1.90.13	Obrigações Patronais		121.441,59			121.441,59	121.441,59
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	6.722.225,11	6.890.628,87	6.630.753,06	7.982.690,10	28.226.297,14	28.063.655,77
CODIGO	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.					0,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros	1.944.411,13	31.923,15		760.613,33	1.215.720,95	1.094.844,46
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física				14.000,00	14.000,00	8.000,00
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	1.944.411,13	31.923,15	0,00	746.613,33	1.229.720,95	1.102.844,46
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		8.666.636,24	6.922.552,02	6.630.753,06	7.236.076,77	29.456.018,09	29.166.500,23
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicação Financeira		48.428,45	102.767,27	157.870,10	207.610,79	516.676,61	516.676,61
DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF CONSIDERADAS NO CÁLCULO DE APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA		8.618.207,75	6.819.784,75	6.472.882,96	7.028.465,98	28.939.341,48	28.649.823,62

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.D.E.F.V.M.		1°TRIMESTRE EMPENHADO	2°TRIMESTRE EMPENHADO	3°TRIMESTRE EMPENHADO	4°TRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
FICHAS	DESP. C/ PROF. MAGISTERIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FICHAS	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.					0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEMBRETE: SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR CORRESPONDE À DIFERENÇA ENTRE A RECEITA ARRECADADA E A DESPESA EFETIVAMENTE EMPENHADA.

QUADRO 04

QUADRO 04 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2005

DESPESAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL

EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	12. 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	1.592.837,30	1.738.337,74	1.857.969,06	2.586.245,52	7.775.389,62	7.773.508,22
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.555.599,43	4.256.883,19	3.728.148,88	4.636.299,07	16.176.930,57	16.176.930,57
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.170.578,99	1.229.962,48	691.895,29	964.140,02	4.056.576,78	4.056.576,78
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	247.501,93	244.867,83	257.363,13	249.543,04	999.275,93	999.275,93
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	97.806,28	147.351,15	72.914,18	142.552,93	460.624,54	314.538,97
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	167.155,89	56.529,87	105,00	1.469,43	222.321,33	203.247,61
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	4.269.870,53	2.394.974,78	844.585,84	443.481,59	7.952.912,74	7.400.595,60
4.4.90.51	Obras e Instalações	34.449,40	0,00	0,00	14.870,00	49.319,40	34.449,40
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.	16.148,74	164.168,56	66.793,40	40.534,60	287.645,30	258.693,40
3.3.90.43	Subvenções as entidades educacionais - Creches	6.216.960,00				6.216.960,00	5.696.780,00
3.3.90.43	Subvenções as entidades educacionais-emeis					0,00	
3.1.90.01	Aposentadoria e Reformas	3.055.362,41	3.618.175,75	1.863.862,38	1.306.880,64	9.844.281,18	9.841.915,26
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita	248.000,00	1.359.895,97	135.588,81	0,00	1.743.484,78	1.743.484,78
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis					0,00	
	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS				142.686,57	142.686,57	142.686,57
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas - Pasep	788.000,00				788.000,00	711.967,87
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	21.460.270,90	15.211.147,32	9.519.225,97	10.525.764,55	56.716.408,74	55.354.650,96
CÓDIGO	12.367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo				690,00	690,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.			1.096,00	83.750,00	84.846,00	1.096,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros	68.768,26	71.407,48	2.101,19	741,54	138.816,09	132.885,67
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita		31.474,66			31.474,66	31.474,66
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	68.768,26	102.882,14	1.005,19	85.181,54	255.826,75	165.456,33
DESPESAS C/ EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		21.529.039,16	15.314.029,46	9.518.220,78	10.610.946,09	56.972.235,49	55.520.107,29
(-) Desp. c/ Recursos Adicionais - Convênios e outros recebidos no *exercício*						0,00	
(-) Desp. c/ *saldo* Recursos Adicionais - Convênios e outros recebidos no *exercício anterior* (saldo efetivamente disponível)						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicações Financeiras						0,00	
TOTAL APLICADO COM RECURSOS DE IMPOSTOS		21.529.039,16	15.314.029,46	9.518.220,78	10.610.946,09	56.972.235,49	55.520.107,29

QUADRO 05 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2005

REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, § 5º, LEI 9.394/96 (L.D.B)

1º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	OUTUBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de **25%** ou o estabelecido em L.O.M., em cortas vinculadas ao ensino **(IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)**	2.400.944,08	4.120.619,28	1.719.675,20	3.383.503,92	5.482.431,41	2.098.927,49	1.050.070,64	2.463.272,29	1.413.201,65
Repasses Obrigatórios de **10%** ou mais em contas vinculadas ao ensino **(FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)**	273.492,11	469.380,72	195.888,61	640.339,50	1.037.568,59	397.229,09	335.374,89	786.727,71	451.352,82
TOTAL GERAL	**2.674.436,19**	**4.590.000,00**	**1.915.563,81**	**4.023.843,42**	**6.520.000,00**	**2.496.156,58**	**1.385.445,53**	**3.250.000,00**	**1.864.554,47**

2º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	NOVEMBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de **25%** ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino **(IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)**	2.719.111,64	2.826.802,31	107.690,67	2.985.234,03	3.324.742,50	339.508,47	1.638.306,89	3.242.000,61	1.603.693,72
Repasses Obrigatórios de **10%** ou mais em contas vinculadas ao ensino **(FPM, ICMS, IPI, LC 87,96)**	358.980,24	373.197,69	14.217,45	606.303,10	675.257,50	68.954,40	383.046,08	757.999,39	374.953,31
TOTAL GERAL	**3.078.091,88**	**3.200.000,00**	**121.908,12**	**3.591.537,13**	**4.000.000,00**	**408.462,87**	**2.021.352,97**	**4.000.000,00**	**1.978.647,03**

3º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	DEZEMBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de **25%** ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino **(IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)**	2.699.026,71	5.086.474,65	2.387.447,94	3.594.051,67	4.130.498,33	536.446,66	2.745.893,65	0,00	2.745.893,65
Repasses Obrigatórios de **10%** ou mais em contas vinculadas ao ensino **(FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)**	314.941,27	593.525,35	278.584,08	904.496,85	1.039.501,67	135.004,82	191.768,64	0,00	191.768,64
TOTAL GERAL	**3.013.967,98**	**5.680.000,00**	**2.666.032,02**	**4.498.548,52**	**5.170.000,00**	**671.451,48**	**2.937.662,29**	**0,00**	**2.937.662,29**

QUADRO 06

QUADRO 06 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2005

POSIÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS VINCULADAS AO ENSINO

REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, §5º, LEI 9.394/96 (L.D.B.)		
CONFRONTO ENTRE OS REPASSES MÍNIMOS E DECENDIAIS	TRIMESTRE	ACUMULADO
A) REPASSE MÍNIMO OBRIGATÓRIO (Percentual Mínimo de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências menos Conta Retificadora do Fundef)	28.621.159,17	113.014.787,23
B) REPASSES DECENDIAIS		
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 1º MÊS	14.360.000,00	48.906.511,71
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 2º MÊS	11.200.000,00	48.166.959,93
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 3º MÊS	10.850.000,00	41.141.774,30
TOTAL DE REPASSES DECENDIAIS	36.410.000,00	138.215.245,94
REPASSES A MAIOR NO TRIMESTRE	7.788.840,83	25.200.458,71

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DESTINADAS AOS DEPÓSITOS DOS REPASSES DECENDIAIS		
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM 10 / 01 / 2006	NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA F.M.E.		
CONTA PMS-EDUCAÇÃO-B.BRASIL- AG.0004	105557-7	2.347.436,90
CONTA PMS-EDUCAÇÃO-BANESPA- AG.0002	207-8	721.502,39
CONTA PMS-EDUCAÇÃO-CEF-AG.0345 4	45000-1	188.545,95
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL		3.257.485,24

CONFRONTO ENTRE DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM RELAÇÃO AO DISPONÍVEL	
APURAÇÃO DOS EMPENHOS A PAGAR (Não consideradas as Despesas do Ens. Fund.com Recursos do Fundef)	SALDO
DESPESA EMPENHADA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (Quadros 2 e 4)	120.464.215,88
(-) DESPESA PAGA (Quadros 2 e 4)	115.493.701,61
TOTAL DE EMPENHOS A PAGAR	4.970.514,27
EMPENHOS SEM LASTRO FINANCEIRO	1.713.029,03

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DECORRENTES DE CONVÊNIOS		
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM 30 / 12 / 2005	NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA QESE	13-700546/1	6.444,03
CONTA TRANSPORTE DE ALUNOS	13-000289/0	230.094,26
CONTA QESE-BANCO DO BRASIL	40862-X	7.203.870,00
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL		7.440.408,29

CONTA VINCULADA AO FUNDEF			
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF NÃO APLICADO (EXERCÍCIO ANTERIOR)			
(+) RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEF + APLICAÇÃO FINANCEIRA			34.460.158,99
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			34.460.158,99
(-) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEF PAGAS			29.166.500,23
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			5.293.658,76
SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2005 C/C nº	58315-4	5.091.384,85
DIFERENÇA A MENOR			(202.273,91)

QUADRO 07

MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2005

RESUMO CONSOLIDADO

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Receitas Próprias	94.969.688,82	351.613.077,24	298.844.000,00
Receitas de Transferências da União	7.219.013,35	25.703.543,88	21.315.000,00
Receitas de Transferências do Estado	36.353.557,80	164.857.387,17	134.561.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**138.542.259,97**	**542.174.014,29**	**454.720.000,00**

B) VALOR DA ALICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Caput art. 212 da CF ou Percentual da LOM)	34.635.564,99	135.543.503,57	113.680.000,00

C) RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Rendimentos de Aplicação Financeira	12.813,96	592.265,88	0,00
Convênios e Outros	1.647.168,13	6.804.635,19	5.300.000,00
F.M.D.E.F.V.M.	9.209.586,56	34.460.158,99	30.327.000,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**10.869.568,65**	**41.857.060,06**	**35.627.000,00**
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (B+C)	**45.505.133,64**	**177.400.563,63**	**149.307.000,00**

D) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	PAGO	%
D.1) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPECIAL	**10.610.946,09**	**7,66**	**56.972.235,49**	**10,51**	**55.520.107,29**	**10,24**
D.2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL						
Despesas do Ensino Fundamental com Recursos de Impostos (Quadro 02)	12.229.834,60		63.491.980,39		59.973.594,32	
Despesas do Ensino Fundamental c/ Recursos do Fundef Auferidos no Exercício (Quadro 03)	7.028.465,98		28.939.341,48		28.649.823,62	
Despesa Total no Ensino Fundamental	**19.258.300,58**		**92.431.321,87**		**88.623.417,94**	
(+) Valor Efetivamente Retido ao Fundef (Diferença Positiva entre a Conta Retificadora menos Retorno Fundef)	0,00		0,00		0,00	
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido do Fundef (Plus Aplicado)	1.014.060,16		6.410.625,14		6.121.107,28	
APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL	**18.244.240,42**	**13,17**	**86.020.696,73**	**15,87**	**82.502.310,66**	**15,22**
Aplicação Mínima Obrigatória (60% dos recursos ref. caput art.212 da CF)	20.781.339,00	15,00	81.326.102,14	15,00	81.326.102,14	15,00
APLICAÇÃO A MAIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL	**(2.537.098,58)**	**(1,83)**	**4.694.594,59**	**0,87**	**1.176.208,52**	**0,22**
D.3) APLICAÇÃO FINAL (Caput art.212 CF ou percentual da L.O.M.) D.1+D.2	**28.855.186,51**	**20,83**	**142.992.932,22**	**26,37**	**138.022.417,95**	**25,46**
Aplicação Mínima Obrigatória	34.635.564,99	25,00	135.543.503,57	25,00	135.543.503,57	25,00
APLICAÇÃO TOTAL A MAIOR	**(5.780.378,48)**	**(4,17)**	**7.449.428,65**	**1,37**	**2.478.914,38**	**0,46**

E) FUNDEF - ART.60 CAPUT/ADCT/CF	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	RECEBIDO/PAGO	%
E.1) RECURSOS DO FUNDEF – APLIC. FINANCEIRA	**9.209.586,56**	**100,00**	**34.460.158,99**	**100,00**	**34.460.158,99**	**100,00**
E.2) DESPESAS COM ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEF						
Despesas com Profissionais do Magistério em efetivo exercício (mínimo 60%)	**7.982.690,10**	**86,68**	**28.226.297,14**	**81,91**	**28.063.655,77**	**81,44**
Demais Despesas (máximo 40%)	**(746.613,33)**	**(8,11)**	**1.229.720,95**	**3,57**	**1.102.844,46**	**3,20**
TOTAL GERAL APLICADO	7.236.076,77	78,57	29.456.018,09	85,48	29.166.500,23	84,64
RECURSOS ACUMULADOS NÃO APLICADOS	**1.973.509,79**		**5.004.140,90**		**5.293.658,76**	

F) POSIÇÃO FINANCEIRA	TRIMESTRE	ACUMULADO
REPASSES DECENDIAIS - ART.69,§5º, LEI 9.394/96		
Repasses Efetuados (Quadro 06 - Letra "B")	36.410.000,00	138.215.245,94
(-) Mínimo Obrigatório (25% ou Percentual Definido na L.C.M das Receitas de Impostos menos Conta Retificadora do Fundef)	28.621.159,17	113.014.787,23
REPASSES ACUMULADOS A MAIOR	**7.788.840,83**	**25.200.458,71**

RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

MUNICÍPIO: SANTOS **PERÍODO:** 4º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2006

valores em R$

RECEITAS ARRECADADAS	Trimestre	Acumulado
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	32.657.144,29	142.364.595,68
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	5.263.227,47	16.455.662,59
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	40.999.539,34	149.532.095,54
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.162.740,06	20.737.518,22
Dívida Ativa de Impostos	18.278.202,34	49.651.597,49
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	2.689.613,46	5.720.990,29
Multa/Juros provenientes de impostos	838.306,10	1.789.467,95
Fundo de Participação dos Municípios	6.634.113,69	25.704.936,17
Imposto Territorial Rural	11.807,70	13.954,42
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	380.076,33	1.520.305,32
Demais Transferências da União	0,00	0,00
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	42.377.159,00	143.844.894,88
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	4.739.448,61	48.651.977,39
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	371.616,73	1.325.075,57
ICMS de Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.	0,00	0,00
Demais Transferências	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	**161.402.395,12**	**607.313.071,51**
Rendimentos de Aplicação Financeira:	661.188,89	661.188,89
Convênios e Outros	1.855.570,69	8.263.775,30
Recursos recebidos do Fundef	10.924.541,80	37.599.961,69
Rendimentos de Aplicação Financeira do Fundef	305.650,96	1.082.807,46
Recursos de Operações de Crédito:	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**13.746.952,34**	**47.607.733,34**
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	**175.149.347,46**	**654.920.804,85**

DESPESAS DO ENSINO	Trimestre	Acumulado
12.365 - Educação Infanti	15.979.356,78	57.638.647,32
12.367 - Educação Especial	1.750.824,74	6.368.582,39
(=) Total da Despesa da Educação Infantil / Especial	**17.730.181,52**	**64.007.230,21**
(-) Auxílios / Suvenções / Contribuições	0,00	0,00
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL	**17.730.181,52**	**64.007.230,21**
12.361 - Ensino Fundamental		
Depesas c/ Recursos não Vinculados	23.965.260,70	80.226.202,71
Depesas c/ Recursos do FUNDEF	9.063.612,86	26.509.202,63
12.366 - Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental)	573.627,33	573.627,33
(=) Subtotal da Despesa do Ensino Fundamental	**33.603.500,89**	**107.309.032,67**
(+) Valor Retido ao Fundef	0,00	0,00
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido - FUNDEF	1.477.922,56	522.676,44
(=) Total da Despesa do Ensino Fundamental	**32.139.578,33**	**106.786.356,23**
(-) Auxílios / Suvenções / Contribuições	4.972.227,11	4.972.227,1
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	**27.158.351,22**	**101.814.129,12**
TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS NO ENSINO	**44.888.532,74**	**165.821.359,33**
APLICAÇÃO NO ENSINO	**27,81%**	**27,30%**
Aplicação no Ensino Fundamental	**16,83%**	**16,76%**
Aplicação na Educação Infantil / Especial	**10,99%**	**10,54%**
Aplicação nos Profissionais do Magistério - FUNDEF	**80,76%**	**68,55%**
REPASSES À CONTA DO ENSINO - ART.69,§5º,LEI 9.394/96	**37.955.000,00**	**141.995.000,00**

Prefeito(a) Municipal
João Paulo Tavares Papa
Prefeito Municipal

Secretário(a) da Educação

Contador(a)
Luiz Carlos de Souza
Contador
CRC: 1SP 164529/O-2

Presidente e/ou Membro do Conselho da Educação
Eva Cristina de C.S. Mendes
Presidente do C.M.E.

QUADRO 01 MUNICÍPIO SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2006

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE MDE

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	ORÇADA ANUAL	1ºTRIMESTRE ARRECADADA	2ºTRIMESTRE ARRECADADA	3ºTRIMESTRE ARRECADADA	4ºTRIMESTRE ARRECADADA	ARRECADADA ACUMULADA
IMPOSTOS MUNICIPAIS						
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	152.095.650,00	47.289.199,27	31.240.853,64	31.177.398,48	32.657.144,29	142364.595,68
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	13.623.750,00	3.235.850,66	3.604.023,58	4.352.560,88	5.263.227,47	16455.662,59
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	127.394.400,00	32.746.601,41	35.062.544,15	40.724.010,64	40.999.539,34	149.552.095,54
Imposto de Renda Retido na Fonte	17.617.950,00	4.162.326,46	4.728.136,94	5.684.294,76	6.162.740,06	20737.518,22
Dívida Ativa de Impostos	24.595.200,00	4.484.218,18	16.768.984,62	10.120.192,35	18.278.202,34	49651.597,49
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	2.292.150,00	1.015.776,12	1.071.271,82	944.928,89	2.689.013,46	5720.990,29
Multa/Juros provenientes de impostos	1.625.400,00	416.637,22	225.945,24	308.579,39	858.306,10	1.789.467,95
Total das Receitas Próprias:	**339.244.500,00**	**93.350.009,32**	**92.701.779,99**	**93.311.965,39**	**106.888.173,06**	**386251.927,76**
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO						
Fundo de Participação dos Municípios	20.444.550,00	6.262.233,67	6.768.252,52	6.040.336,29	6.634.113,69	25704.936,17
Imposto Territorial Rural	17.850,00	1.895,24	67,42	184,06	11.807,70	13.954,42
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	2.216.550,00	0,00	760.152,66	380.076,33	380.076,33	1.520.305,32
Demais Transferências da União						0,00
Total das Transferências da União:	**22.678.950,00**	**6.264.128,91**	**7.528.472,60**	**6.420.596,68**	**7.025.997,72**	**27239.195,91**
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO						
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	112.261.800,00	32.764.037,83	34.424.164,64	34.279.533,41	42.377.159,00	143844.894,88
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	41.232.450,00	33.634.392,64	5.101.582,89	5.176.553,35	4.739.448,61	48651.977,39
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	1.023.750,00	313.510,58	307.341,94	332.606,32	371.616,73	1325.075,57
ICMS de Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.						0,00
Demais Transferências do Estado						0,00
Total das Transferências do Estado:	**154.518.000,00**	**66.711.941,05**	**39.833.089,47**	**39.788.693,98**	**47.488.224,34**	**193821.947,84**
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	**516.441.450,00**	**166.326.079,28**	**140.063.342,06**	**139.521.255,05**	**161.402.395,12**	**607313.071,51**

B) RECURSOS ADICIONAIS (100%)	ORÇADA ANUAL	1ºTRIMESTRE ARRECADADA	2ºTRIMESTRE ARRECADADA	3ºTRIMESTRE ARRECADADA	4ºTRIMESTRE ARRECADADA	ARRECADADA ACUMULADA
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA						
Ensino Infantil/Especial						0,00
Ensino Fundamental	600.000,00				661.188,89	661.188,89
Total dos Rendimentos de Aplicação Financeira:	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**661.188,89**	**661.188,89**
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS						
Ensino Infantil/Especial						
Creche						0,00
						0,00
						0,00
Total Ensino Infantil:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Ensino Fundamental						
Transporte de Alunos						0,00
QESE	5.565.000,00	2.411.456,69	1.454.124,84	2.366.443,02	1.789.281,57	8.021.306,12
Programa Alfabetização Jovens e Adultos(Teja/Brail)				78.786,47	152.987,70	231.774,17
Pnat - apoio transporte			2.481,99	2.542,40	5.084,80	10.109,19
FNDE/PDDE/PME				92.369,20	(91.783,38)	585,82
Total Ensino Fundamental:	**5.565.000,00**	**2.411.456,69**	**1.456.606,83**	**2.540.141,09**	**1.855.570,69**	**8.263.775,30**
Total de Recursos de Convênios e Outros:	**5.565.000,00**	**2.411.456,69**	**1.456.606,83**	**2.540.141,09**	**1.855.570,69**	**8.263.775,30**
F.M.D.E.F.V.M.						
Recursos recebidos do Fundef	31.570.350,00	8.573.703,63	9.149.320,82	8.952.395,44	10.924.541,80	37.599.961,69
Rendimentos de Aplicação Financeira	100.000,00	248.063,79	276.499,76	252.593,05	305.650,96	1.082.807,46
Total das Receitas do Fundef:	**31.670.350,00**	**8.821.767,42**	**9.425.820,58**	**9.204.988,39**	**11.230.192,76**	**38.682.769,15**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA ENSINO						
Recursos Destinados ao Ensino Fundamental						0,00
Recursos Destinados ao Ens. Infantil e Especial						0,00
Total das Operações de Crédito:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**37.835.350,00**	**11.233.224,11**	**10.882.427,41**	**11.745.129,48**	**13.746.952,34**	**47.607.733,34**
C) MONTANTE DA CONTA RETIFICADORA - FUNDEF	**20.391.997,50**	**5.900.967,03**	**6.338.986,40**	**6.154.882,46**	**7.591.690,30**	**25986.526,19**

QUADRO 02 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2006

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF

ENSINO FUNDAMENTAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	12. 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	983.399,13	1.025.409,87	912.658,81	1.211.859,60	4.133.327,41	4.127.177,19
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.048.528,81	3.116.802,79	2.967.708,89	3.938.705,45	13.071.745,94	13.071.745,94
3.1.90.13	Obrigações Patronais	894.317,77	694.084,80	1.340.704,47	341.713,38	3.270.820,42	3.270.111,61
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	644.441,54	753.198,82	754.573,17	828.080,88	2.980.294,41	2.980.294,41
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	294.806,60	727.148,48	404.505,89	496.942,62	1.923.403,59	1.831.879,18
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	185.046,02	235.469,45	177.352,09	265.094,03	862.961,59	826.639,31
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	4.783.570,29	5.093.656,29	2.726.264,49	5.764.144,93	18.367.636,00	17308.975,35
4.4.90.51	Obras e Instalações	470.485,73	212.108,21	606.649,44	1.271.552,14	2.560.795,52	1.561.379,59
4.4.90.52	Equip.e Mat Perm.	73.487,25	108.081,27	244.481,49	80.050,20	506.100,21	322.451,34
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita	1.759.657,95	1.033.458,95	4.810,71	438.427,61	2.359.500,00	2.359.500,00
3.3.50.42	Subvenções Sociais	15.000,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00	55.000,00	50.000,00
3.3.90.42	Subvenções a entidades educacionais	231.877,20	351.389,25	234.262,50	478.604,07	1.296.133,02	1.296.133,02
3.3.90.47	Obrigações Tributarios e Contributivas - Pasep	347.768,61	250.909,39	114.463,29	308.796,21	1.021.937,50	1.021.937,50
3.1.90.01	Aposentadoria e Reformas	3.962.598,57	4.685.598,22	4.320.862,93	5.093.658,33	18.062.718,05	18.062.718,05
12.306.30	Merenda Escolar				2.444.861,89	2.444.861,89	2.418.451,10
3.3.90.48	Programa de Incentivo ao Trabalho				337.584,70	337.584,70	305.952,46
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas		3.608,00	1.098,40	849,80	5.556,20	5.556,20
4.5.90.61.00	Aquisição de Imóveis			1.044.000,00	0,00	1.044.000,00	1.044.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	97.070,55	156.051,83	199.510,93	170.317,73	622.951,04	622.951,04
	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	1.340.559,72	1.275.594,17	1.331.848,98	1.350.872,35	5.298.875,22	5.298.875,22
	TOTAL	19.132.615,74	19.732.569,79	17.395.756,48	23.965.260,70	80.226.202,71	77.786.728,51
FICHAS	12.366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.0-	Contratação por Tempo Determinado					0,00	
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.5	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat Perm.					0,00	
3.1.90.36	Fundef - Outros Servs. De 3's. - Pessoa física					0,00	
3.3.90.32	Material Distribuição Gratuita				573.627,33	573.627,33	439.997,33
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	573.627,33	573.627,33	439.997,33
DESP. C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF		19.132.615,74	19.732.569,79	17.395.756,48	24.538.888,03	80.799.830,04	78.226.725,84
(-) Desp. c/ Recursos Adicionais - Convênios/QESE e outros recebidos *no exercício*					4.972.227,11	4.972.227,11	4.713.077,39
(-) Desp. c/ *saldo* de Recursos Adicionais - Convênios/QESE e outros recebidos *no ex. anterior* (saldo efetivamente disponível)						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicação Financeira						0,00	
TOTAL DESP. ENS. FUNDAMENTAL C/ REC. IMPOSTOS		19.132.615,74	19.732.569,79	17.395.756,48	19.566.660,92	75.827.602,93	73.513.648,45

QUADRO 03 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE QUADRO 03 2006

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECEITAS DO FUNDEF AUFERIDAS NO EXERCÍCIO

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.D.E.F.V.M.		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	DESP. C/ PROF. MAGISTÉRIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas		6.009.522,44	5.380.021,69	6.461.579,31	17.851.123,44	17.847.006,96
3.1.90.13	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	175.913,33	175.913,33	0,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					0,00	
3.190.04.00	Contratação por Tempo Determinado	1.574.497,24	2.329.165,67	2.155.111,64	2.432.441,59	8.491.216,14	8.491.216,14
						0,00	
	TOTAL	1.574.497,24	8.338.688,11	7.535.133,33	9.069.934,23	26.518.252,91	26.338.222,20
CÓDIGO	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.					0,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros	110.030,92	256.337,92	274.725,45	257.329,59	898.423,88	898.423,88
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	31.333,03	48.000,27	48.000,00	48.000,00	175.333,30	175.333,30
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	141.363,95	304.338,19	322.725,45	305.329,59	1.073.757,18	1.073.757,18
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		1.715.861,19	8.643.026,30	7.857.858,78	9.375.263,82	27.592.010,09	27.411.979,38
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicação Financeira		248.063,79	276.499,76	252.592,95	305.650,96	1.082.807,46	1.082.807,46
DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF CONSIDERADAS NO CÁLCULO DE APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA		1.467.797,40	8.366.526,54	7.605.265,83	9.069.612,86	26.509.202,63	26.329.171,92

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.D.E.F.V.M.		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
FICHAS	DESP. C/ PROF. MAGISTÉRIO(MIN=60%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	4.814.559,17			479.099,59	5.293.658,76	5.293.658,76
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	4.814.559,17	0,00	0,00	479.099,59	5.293.658,76	5.293.658,76
FICHAS	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo					0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.					0,00	
3.390.39	Outros Servs. De Terceiros - P.Jurídica					0,00	
3.3.90.36	Outros Servs. De Terceiros - P. Física					0,00	
						0,00	
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		4.814.559,17	0,00	0,00	479.099,59	5.293.658,76	5.293.658,76

LEMBRETE: SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR CORRESPONDE À DIFERENÇA ENTRE A RECEITA ARRECADADA E A DESPESA EFETIVAMENTE EMPENHADA.

QUADRO 04

QUADRO 04 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2006

DESPESAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL

EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		1ºTRIMESTRE EMPENHADO	2ºTRIMESTRE EMPENHADO	3ºTRIMESTRE EMPENHADO	4ºTRIMESTRE EMPENHADO	EMPENHADO ACUMULADO	ACUMULADO PAGO
CÓDIGO	12. 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	1.774.956,66	2.222.915,30	2.001.051,42	2.335.030,21	8.333.953,59	8.333.777,67
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.867.091,96	4.731.303,75	4.280.054,13	5.818.230,35	18.696.680,19	18.696.680,19
3.1.90.13	Obrigações Patronais	656.066,64	449.597,27	684.841,40	429.993,94	2.220.499,25	2.111.526,59
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	201.893,59	305.347,28	337.247,71	456.961,70	1.301.450,28	1.301.450,28
3.1.90.92	Indenizações e Restituições Trabalhistas					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	39.761,64	147.928,60	93.271,78	106.525,69	387.487,71	384.088,29
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	55.477,92	41.514,10	59.241,99	59.241,99	215.476,00	121.581,19
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	1.785.867,68	1.820.282,02	2.267.066,53	2.276.572,03	8.149.788,26	7.636.812,73
4.4.90.51	Obras e Instalações	175.848,69	323.845,39	406.541,91	117.622,69	1.023.858,68	1.023.858,68
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.	65.635,98	37.386,81	84.910,20	110.458,44	298.391,43	295.709,43
3.3.90.43	Subvenções as entidades educacionais - Creches	423.572,94	625.750,80	657.472,88	665.614,55	2.372.411,17	2.367.985,17
3.3.90.45	Subvenções as entidades educacionais-emeis	831.729,64	1.218.951,07	1.216.361,28	1.211.098,80	4.478.140,79	4.478.140,79
3.1.90.01	Aposentadoria e Reformas	1.167.109,34	1.375.810,90	1.223.048,56	1.449.442,01	5.215.410,81	5.215.410,81
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita	1.081.492,03	661.912,79	5.042,19	175,11	1.748.622,12	1.748.622,12
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis					0,00	
	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	600.803,03	574.915,28	602.942,43	613.949,94	2.392.610,68	2.392.610,68
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contribuitivas	231.845,74	159.272,93	84.308,86	205.864,13	681.291,66	652.251,81
3.3.90.48	Programa Incentivo ao Trabalho				122.575,20	122.575,20	114.412,00
						0,00	
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	12.959.153,48	14.696.734,29	14.003.403,27	15.979.356,78	57.638.647,82	56.874.918,43
CÓDIGO	12.367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$	R$	R$	R$	R$	R$
3.1.90.09	Salário Família					0,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas					0,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais					0,00	
3.3.90.30	Material de Consumo		5.977,00	5.977,00		0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações					0,00	
4.4.90.52	Equip.e Mat.Perm.					0,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros	0,00	55.037,78	20.474,94	3.827,73	79.340,45	79.340,45
3.3.90.43	Subvenções a entidades educacionais-especial	1.084.189,70	1.735.172,39	1.588.083,40	1.746.796,45	6.154.241,94	6.154.241,94
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita	113.615,21	20.962,57	221,66	200,56	135.000,00	135.000,00
						0,00	
						0,00	
						0,00	
	TOTAL	1.197.804,91	1.817.149,74	1.602.803,00	1.750.824,74	6.368.582,39	6.368.582,39
DESPESAS C/ EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL		14.156.958,39	16.513.884,03	15.606.206,27	17.730.181,52	64.007.230,21	63.243.500,82
(-) Desp. c/ Recursos Adicionais - Convênios e outros recebidos no *exercício*						0,00	
(-) Desp. c/ *saldo* Recursos Adicionais - Convênios e outros recebidos no *exercício anterior* (saldo efetivamente disponivel)						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito						0,00	
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicações Financeiras						0,00	
TOTAL APLICADO COM RECURSOS D'% IMPOSTOS		14.156.958,39	16.513.884,03	15.606.206,27	17.730.181,52	64.007.230,21	63.243.500,82

QUADRO 05 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2006

REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, § 5º, LEI 9.394/96 (L.D.B)

1º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	OUTUBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	2.854.584,44	3.772.000,00	917.415,56	3.762.567,60	5.250.000,00	1.487.432,40	1.516.030,98	576.000,00	940.030,98
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	840.572,40	828.000,00	12.572,40	184.629,05	275.000,00	90.370,95	602.173,95	224.000,00	378.173,95
TOTAL GERAL	3.695.156,84	4.600.000,00	904.843,16	3.947.196,65	5.525.000,00	1.577.803,35	2.118.204,93	800.000,00	1.318.204,93

2º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	NOVEMBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	2.772.173,66	3.960.000,00	1.187.826,34	3.823.490,66	4.343.000,00	519.509,34	4.168.843,59	3.958.500,00	210.343,59
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	696.395,60	990.000,00	293.604,40	635.324,71	707.000,00	71.675,29	428.521,75	391.500,00	37.021,75
TOTAL GERAL	3.468.569,26	4.950.000,00	1.481.430,74	4.458.815,37	5.050.000,00	591.184,63	4.597.365,34	4.350.000,00	247.365,34

3º MÊS DO 4º TRIMESTRE:	DEZEMBRO								
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2ºdecêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30 (25% das receitas não vinculadas e 10% das vinculadas ao Fundef)	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3ºdecêndio	Diferença
Repasses Obrigatórios de 25% ou o estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA ETC.)	2.330.635,40	3.612.000,00	1.281.364,60	4.203.999,52	4.548.400,00	344.400,48	2.340.760,07	2.550.000,00	209.239,93
Repasses Obrigatórios de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	394.416,68	588.000,00	193.583,32	843.740,03	931.600,00	87.859,97	400.719,28	450.000,00	49.280,72
TOTAL GERAL	2.725.052,08	4.200.000,00	1.474.947,92	5.047.739,55	5.480.000,00	432.260,45	2.741.479,35	3.000.000,00	258.520,65

QUADRO 06

QUADRO 06 MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2006

POSIÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS VINCULADAS AO ENSINO

REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, §5º, LEI 9.394/96 (L.D.B.)		
CONFRONTO ENTRE OS REPASSES MÍNIMOS E DECENDIAIS	TRIMESTRE	ACUMULADO
A) REPASSE MINIMO OBRIGATORIO (Percentual Mínimo de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências menos Conta Retificadora do Fundef)	**32.758.908,48**	**125.841.741,69**
B) REPASSES DECENDIAIS		
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 1º MÊS	10.925.000,00	49.065.000,00
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 2º MÊS	14.350.000,00	45.450.000,00
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 3º MÊS	12.680.000,00	46.880.000,00
TOTAL DE REPASSES DECENDIAIS	37.955.000,00	141.995.000,00
REPASSES A MAIOR NO TRIMESTRE	5.196.091,52	16.153.258,31

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DESTINADAS AOS DEPÓSITOS DOS REPASSES DECENDIAIS		
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM 10 / 01 / 2007	NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA F.M.E.	37957-3	578.578,82
CONTA PMS-EDUCAÇÃO-B.BRASIL- AG.0004	105557-7	554.467,95
CONTA PMS-EDUCAÇÃO-BANESPA- AG.0002	207-8	793.442,95
CONTA PMS-EDUCAÇÃO-CEF-AG.0345 4	45000-1	556.330,85
CONTA PMS-EDUCAÇÃO-NCNB-AG.0002-7	321-7	92.489,67
CONTA F.M.E.- BANESPA AG. 0002	194-3	9.652,40
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL		2.584.962,64

CONFRONTO ENTRE DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM RELAÇÃO AO DISPONÍVEL	
APURAÇÃO DOS EMPENHOS A PAGAR (Não consideradas as Despesas do Ens. Fund.com Recursos do Fundef)	SALDO
DESPESA EMPENHADA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (Quadros 2 e 4)	139.834.833,14
(-) DESPESA PAGA (Quadros 2 e 4)	136.757.149,27
TOTAL DE EMPENHOS A PAGAR	3.077.683,87
EMPENHOS SEM LASTRO FINANCEIRO	492.721,23

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DECORRENTES DE CONVÊNIOS		
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM 30 / 12 / 2006	NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA QESE	13-700546/1	7.463,27
CONTA TRANSPORTE DE ALUNOS	13-000289/0	93.073,54
CONTA QESE-BANCO DO BRASIL	40862-X	10.423.165,27
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL		10.523.702,08

CONTA VINCULADA AO FUNDEF			
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF NÃO APLICADO (EXERCÍCIO ANTERIOR)			5.293.658,76
(+) RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEF + APLICAÇÃO FINANCEIRA			38.682.769,15
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			**43.976.427,91**
(-) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEF PAGAS			32.705.638,14
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			**11.270.789,77**
SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2006 C/C nº	58315-4	7.827.477,71
DIFERENCA A MENOR			(3.443.312,06)

QUADRO 07

MUNICÍPIO: SANTOS PERÍODO: 4º TRIMESTRE 2006

RESUMO CONSOLIDADO

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Receitas Próprias	106.888.173,06	386.251.927,76	339.244.500,00
Receitas de Transferências da União	7.025.997,72	27.239.195,91	22.678.950,00
Receitas de Transferências do Estado	47.488.224,34	193.821.947,84	154.518.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**161.402.395,12**	**607.313.071,51**	**516.441.450,00**

B) VALOR DA ALICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Caput art. 212 da CF ou Percentual da LOM)	40.350.598,78	151.828.267,88	129.110.362,50

C) RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)	TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA
Rendimentos de Aplicação Financeira	661.188,89	661.188,89	600.000,00
Convênios e Outros	1.855.570,69	8.263.775,30	5.565.000,00
F.M.D.E.F.V.M.	11.230.192,76	38.682.769,15	31.670.350,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**13.746.952,34**	**47.607.733,34**	**37.835.350,00**
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (B+C)	**54.097.551,12**	**199.436.001,22**	**166.945.712,50**

D) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	PAGO	%
D.1) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPECIAL	**17.730.181,52**	**10,99**	**64.007.230,21**	**10,54**	**63.243.500,82**	**10,41**
D.2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL						
Despesas do Ensino Fundamental com Recursos de Impostos (Quadro 02)	19.566.660,92		75.827.602,93		73.513.648,45	
Despesas do Ensino Fundamental c/ Recursos do Fundef Auferidos no Exercício (Quadro 03)	9.069.612,86		26.509.202,63		26.329.171,92	
Despesa Total no Ensino Fundamental	**28.636.273,78**		**102.336.805,56**		**99.842.820,37**	
(+) Valor Efetivamente Retido ao Fundef (Diferença Positiva entre a Conta Retificadora menos Retorno Fundef)	0,00		0,00		0,00	
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido do Fundef (Plus Aplicado)	1.477.922,56		522.676,44		342.645,73	
APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL	**27.158.351,22**	**16,83**	**101.814.129,12**	**16,76**	**99.500.174,64**	**16,38**
Aplicação Mínima Obrigatória (60% dos recursos ref. caput art.212 da CF)	24.210.359,27	15,00	91.096.960,73	15,00	91.096.960,73	15,00
APLICAÇÃO A MAIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL	**2.947.991,95**	**1,83**	**10.717.168,39**	**1,76**	**8.403.213,91**	**1,38**
D.3) APLICAÇÃO FINAL (Caput art.212 CF ou percentual da L.O.M.) D.1+D.2	**44.888.532,74**	**27,81**	**165.821.359,33**	**27,30**	**162.743.675,46**	**26,80**
Aplicação Mínima Obrigatória	40.350.598,78	25,00	151.828.267,88	25,00	151.828.267,88	25,00
APLICAÇÃO TOTAL A MAIOR	**4.537.933,96**	**2,81**	**13.993.091,45**	**2,30**	**10.915.407,58**	**1,80**

E) FUNDEF - ART.60 CAPUT/ADCT/CF	TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	RECEBIDO/PAGO	%
E.1) RECURSOS DO FUNDEF + APLIC. FINANCEIRA	**11.230.192,76**	**100,00**	**38.682.769,15**	**100,00**	**38.682.769,15**	**100,00**
E.2) DESPESAS COM ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEF						
Despesas com Profissionais do Magistério em efetivo exercício (mínimo 60%)	**9.069.934,23**	**80,76**	**26.518.252,91**	**68,55**	**26.338.222,20**	**68,09**
Demais Despesas (máximo 40%)	**305.329,59**	**2,72**	**1.073.757,18**	**2,78**	**1.073.757,18**	**2,78**
TOTAL GERAL APLICADO	9.375.263,82	83,48	27.592.010,09	71,33	27.411.979,38	70,86
RECURSOS ACUMULADOS NÃO APLICADOS	**1.854.928,94**		**11.090.759,06**		**11.270.789,77**	

F) POSIÇÃO FINANCEIRA	TRIMESTRE	ACUMULADO
REPASSES DECENDIAIS - ART.69,§5º, LEI 9.394/96		
Repasses Efetuados (Quadro 06 - Letra "B")	37.955.000,00	141.995.000,00
(-) Mínimo Obrigatório (25% ou Percentual Definido na L.O.M.das Receitas de Impostos menos Conta Retificadora do Fundef)	32.758.908,48	125.841.741,69
REPASSES ACUMULADOS A MAIOR	**5.196.091,52**	**16.153.258,31**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
RECEITA REALIZADA - 1996

Em R$

RUBRICA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	8.330.504,67	27.759.944,93	11.733.292,52	11.419.708,58	12.268.145,62	12.108.515,94	13.276.909,84	11.347.779,43	10.925.456,83	11.834.179,99	12.513.829,00	19.120.356,35	162.642.623,70
. IPTU + Taxas	2.723.940,32	22.288.531,49	5.396.456,66	5.508.266,67	5.802.906,15	5.611.170,82	5.961.524,16	5.375.696,33	5.363.650,93	5.479.363,23	5.832.173,73	13.531.763,86	88.875.444,35
. ISS	4.768.142,16	4.117.442,32	4.293.075,76	4.385.136,36	4.520.323,81	5.042.665,62	4.666.212,19	5.394.202,34	4.982.904,30	5.293.076,96	5.658.211,09	5.844.120,13	58.965.513,04
. IVVC	163.535,54	8.481,80	4.058,61	4.197,95	4.455,46	7.590,11	6.563,38	927,92		0,00	571,86	485,48	200.868,11
. ITBI	374.518,69	341.764,71	585.238,17	472.221,39	674.949,48	516.946,62	630.772,68	606.781,34	490.285,48	628.003,58	593.990,36	819.029,98	6.734.502,48
. TAXAS DIVERSAS	287.790,99	235.729,66	1.009.628,83	887.971,18	809.601,62	257.048,19	896.520,77	329.312,69	795.266,08	310.220,15	805.376,81	1.241.828,75	7.866.295,72
. REC.TRIB.A CLASSIFICAR	12.576,97	767.994,95	444.834,49	161.915,03	455.909,10	673.094,58	1.115.316,66	(359.141,19)	(702.649,96)	123.516,07	(776.494,85)	(2.316.871,85)	0,00
2.RECEITA PATRIMONIAL	191.661,81	366.519,62	476.134,99	171.389,27	95.144,84	94.406,29	75.818,06	103.694,53	92.052,50	59.161,31	23.114,37	126.047,14	1.875.144,73
3.RECEITA DÍVIDA ATIVA	226.836,20		69.125,95	460.002,59	0,00	519.142,82	0,00	467.496,59	888.986,37	279.808,83	232.245,58	473.402,82	3.617.047,75
4.RECEITAS DIVERSAS (*)	447.175,60	213.299,07	328.642,96	428.002,21	234.316,97	209.584,87	204.084,27	879.626,60	547.706,49	2.333.628,27	409.680,35	739.328,92	6.975.076,58
A - TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	9.196.178,28	28.339.763,62	12.607.196,42	12.479.102,65	12.597.607,43	12.931.649,92	13.556.812,17	12.798.597,15	12.458.202,19	14.506.778,40	13.178.869,30	20.459.135,23	175.109.892,76
6. TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	4.471.094,50	3.229.886,77	4.649.240,96	3.915.447,10	4.088.977,53	3.358.681,19	3.903.233,13	7.343.441,17	3.370.460,47	3.552.751,79	3.531.766,87	5.111.513,86	50.926.495,34
. FPM	589.248,20	598.849,61	520.349,59	916.739,25	589.739,31	565.310,16	581.085,01	534.113,87	563.962,58	524.044,82	562.325,46	753.625,97	7.299.393,83
. IRRF	372.228,28	164.807,16	912.756,19	377.174,92	1.032.937,22	327.118,03	220.172,18	340.644,80	333.649,77	391.023,17	496.521,75	1.530.202,60	6.499.236,07
. SUS	3.082.816,25	2.466.230,00	3.082.816,25	2.466.253,00	2.466.253,00	2.466.253,00	2.466.253,00	6.165.632,50	2.466.253,00	2.637.683,80	2.466.253,00	2.466.253,00	34.698.949,80
. OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	426.801,77		133.318,93	155.279,93	48,00	0,00	635.722,94	303.050,00	6.595,12	0,00	406.666,66	361.432,29	2.428.915,64
7.TRANSFERÊNCIA DO ESTADO	10.617.334,50	7.312.546,90	6.609.232,54	5.885.489,75	5.789.679,04	4.706.290,23	6.485.326,07	5.814.389,88	5.747.675,95	6.249.591,61	5.136.237,34	7.499.846,30	77.853.640,11
. ICMS	4.359.562,13	3.842.737,09	4.358.387,04	5.020.236,94	4.622.869,93	4.474.621,94	5.463.764,77	4.784.747,43	4.682.765,11	5.530.788,37	4.652.605,72	6.533.561,62	57.726.648,09
. IPVA	6.092.849,90	3.400.918,35	2.147.916,04	604.905,34	585.500,18	569.332,27	613.206,46	622.204,92	655.626,82	528.148,08	420.748,59	416.809,59	16.658.166,54
. IPIE	62.763,91	58.458,86	56.742,16	62.724,31	62.897,85	67.070,05	63.675,88	66.480,56	42.580,95	99.439,07	32.374,92	92.086,77	767.295,29
. SUDS			35.000,00			0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		35.000,00
. OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	102.158,56	10.432,60	11.187,30	197.623,16	518.411,08	(404.734,03)	344.678,96	340.956,97	366.703,07	91.216,09	630.508,11	457.388,32	2.666.530,19
8.TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS													
B - TOTAL REC. TRANSFERIDAS	15.088.429,00	10.542.433,67	11.258.473,50	9.800.936,85	9.878.656,57	8.064.971,42	10.388.559,20	13.157.831,05	9.118.136,42	9.802.343,40	9.068.004,21	12.611.360,16	128.780.135,45
TOTAL DE REC. CORRENTES	24.284.607,28	38.882.197,29	23.865.669,92	22.280.039,50	22.476.264,00	20.996.621,34	23.945.371,37	25.956.428,20	21.576.338,61	24.309.121,80	22.246.873,51	33.070.495,39	303.890.028,21
C - RECEITAS DE CAPITAL		1.172,33	448,95	578,38	8.267,72	1.247.182,62	699.731,77	618.072,00	38.216,08	0,00	1.296.047,48	1.369.936,35	5.279.653,68
T O T A L G E R A L	24.284.607,28	38.883.369,62	23.866.118,87	22.280.617,88	22.484.531,72	22.243.803,96	24.645.103,14	26.574.500,20	21.614.554,69	24.309.121,80	23.542.920,99	34.440.431,74	309.169.681,89
TOTAL ACUMULADO	24.284.607,28	63.167.976,90	87.034.095,77	109.314.713,65	131.799.245,37	154.043.049,33	178.688.152,47	205.262.652,67	226.877.207,36	251.186.329,16	274.729.250,15	309.169.681,89	

OBS.: VALORES EM REAL (R$)
Fonte: BALANCETE DA RECEITA

(*) 4 = INCLUI RECEITAS DE SERVIÇOS E OUTRAS RECEITAS CORRENTES

RECEIT96.xls REC96-R$

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

RECEITA REALIZADA - 1997

Em R$

RUBRICA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIa	22.650.702,97	14.182.323,17	12.812.609,59	12.262.812,60	9.791.565,68	12.316.476,82	11.935.113,71	12.669.170,85	12.112.682,69	16.172.867,33	7945.550,26	8.119.504,00	152.971.379,67
.IPTU + Taxas	15.714.822,91	7.874.479,26	5.795.819,61	5.168.894,20	4.957.625,75	4.945.240,88	5.101.864,43	5.097.764,13	5.124.306,16	5.134.529,70	965.263,50	3.618.215,74	69.498.826,28
.ISS	5.707.387,74	4.588.037,86	4.772.490,73	4.883.105,79	4.986.910,21	5.492.364,20	4.931.554,22	5.732.093,86	5.719.226,35	9.078.273,72	5838.308,32	5.688.558,27	67.418.311,27
.IVVC	-	-	-	337,00	337,03	337,00	336,99	337,00	337,00	-	-	-	2.021,99
.ITBI	611.928,99	425.891,99	757.856,86	723.081,51	788.556,49	781.742,92	721.295,08	717.493,25	643.258,05	729.671,21	636.136,48	985.960,14	8.522.872,97
.TAXAS DIVERSAS	322.370,66	994.500,49	844.499,54	831.047,06	216.698,22	761.347,96	253.404,04	758.967,67	288.241,75	837.364,00	237.880,20	1.183.025,57	7.529.347,16
.REC.TRIB.A CLASSIF.CAR	294.192,67	299.413,57	641.942,85	656.347,04	(1.158.562,00)	335.443,86	926.658,95	362.514,94	337.313,38	393.028,70	267.961,76	(3.356.255,72)	-
2.RECEITA PATRIMONIAL	114.777,80	134.396,18	276.886,82	192.216,19	64.603,03	115.613,86	81.375,35	73.253,57	59.184,90	64.512,90	129.255,94	91.320,94	1.397.397,54
3.RECEITA DÍVIDA ATIVA	-	-	-	-	1.514.699,39	342.084,79	279.347,46	426.918,01	512.920,11	581.864,99	385.916,07	460.814,62	4.504.565,44
4.RECEITAS DIVERSAS (*)	726.166,55	482.973,71	368.954,58	197.035,82	596.137,70	240.701,14	503.555,82	416.032,29	423.430,81	336.013,47	427.488,71	2.481.408,53	7.199.900,13
A - TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	23.491.647,32	14.799.693,06	13.458.450,99	12.652.064,61	11.967.005,86	13.014.876,61	12.799.399,34	13.585.374,72	13.108.218,51	17.155.258,69	8888.210,98	11.153.048,09	166.073.242,78
6. TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	3.966.836,35	5.286.684,93	5.384.139,49	5.401.541,56	6.173.631,12	4.295.022,84	5.244.373,23	4.510.897,58	3.850.622,46	4.950.847,45	5036.574,40	6.887.747,95	60.723.341,36
.FPM	844.152,04	629.445,13	574.082,18	719.913,43	734.694,65	320.902,71	862.498,82	644.203,97	663.585,61	678.237,64	760.901,20	640.996,91	8.073.614,29
.IRRF	654.011,78	2.152.288,97	882.151,31	881.653,01	1.287.976,10	875.392,01	846.374,60	886.852,49	58.676,64	879.902,65	909.925,03	887.572,66	11.202.777,25
.SUS	2.466.253,00	2.466.253,00	3.699.379,50	3.534.397,12	4.150.960,37	2.917.834,12	3.534.397,37	2.917.834,12	2.917.834,12	2.917.834,12	2917.834,12	4.176.891,37	38.617.702,33
.OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	2.419,53	38.697,83	228.526,50	-	-	180.894,00	1.102,44	62.007,00	210.526,09	474.873,04	447.914,05	1.182.287,01	2.829.247,49
7.TRANSFERÊNCIA DO ESTADO	12.540.569,88	8.834.422,84	8.067.406,69	5.926.140,56	5.644.332,23	5.459.142,52	7.440.068,36	5.804.362,85	6.825.489,98	5.764.775,63	6.903.567,95	6.131.124,98	85.696.982,47
.ICMS	4.966.096,73	4.587.674,10	4.486.454,63	4.997.256,70	4.692.402,04	4.511.110,12	5.280.811,89	4.850.458,13	5.614.351,31	4.519.365,08	5.044.246,78	5.208.400,04	58.678.629,55
.IPVA	7.396.955,60	4.254.364,66	3.334.284,40	1.053.776,25	882.445,52	907.057,66	786.798,42	684.418,90	793.490,54	663.145,88	519.002,33	474.745,42	21.750.485,58
.IPIE	67.883,08	68.084,92	62.432,58	70.045,34	69.484,67	40.974,74	94.963,26	69.485,82	70.910,47	73.795,72	73.711,99	71.337,14	833.109,73
.SUDS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	109.634,47	4.299,16	184.235,08	70.640,27	-	-	1.277.492,79	200.000,00	345.737,66	508.468,95	1.356.606,85	376.642,38	4.434.757,61
8.TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS													-
B - TOTAL REC. TRANSFERIDAS	16.507.406,23	14.121.107,77	13.451.546,18	11.327.682,12	11.817.963,35	9.754.165,36	12.684.441,59	10.315.260,43	10.675.112,44	10.715.623,08	12.030.142,35	13.018.872,93	146.420.323,83
TOTAL DE REC. CORRENTES	39.999.053,55	28.920.800,83	26.909.997,17	23.979.746,73	23.784.969,21	22.769.041,97	25.483.834,93	23.900.635,15	23.783.330,95	27.870.881,77	20.918.353,33	24.171.921,02	312.493.566,61
C - RECEITAS DE CAPITAL	661,97	203,22	1.122,07	946,91	159,97	200,97	941,25	408.727,22	1.913,42	2.070,93	3.215,04	2.331,43	422.494,40
T O T A L G E R A L	39.999.715,52	28.921.004,05	26.911.119,24	23.980.693,64	23.785.129,18	22.769.242,94	25.484.776,18	24.309.362,37	23.785.244,37	27.872.952,70	20.921.568,37	24.174.252,45	312.916.061,01
TOTAL ACUMULADO	39.999.715,52	68.920.719,57	95.831.838,81	119.812.532,45	143.597.661,63	166.366.904,57	191.851.680,75	216.161.043,12	239.947.287,49	267.820.240,19	288.741.808,56	312.916.061,01	

Fonte: BALANCETE DA RECEITA

(*) 4 = INCLUI RECEITAS DE SERVIÇOS E OUTRAS RECEITAS CORRENTES

RECEIT97.xls REC97-R$

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

RECEITA REALIZADA - 1998

Em R$

RUBRICA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	1º SEMESTRE	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	28.630.633,53	16.983.275,30	13.153.629,66	13.607.336,48	12.688.762,60	13.245.936,96	98.309.574,53	12.905.593,08	13.054.359,46	12.526.234,64	14.144.662,37	12.780.039,62	26.564.824,06	190.285.287,76
. IPTU + Taxas	20.862.251,96	8.086.176,96	6.853.383,61	7.166.222,57	6.093.526,13	6.278.407,03	55.340.768,26	6.655.962,42	6.380.089,31	6.447.146,67	7.257.600,41	7.751.236,07	23.494.219,13	113.327.022,27
. ISS	5.725.162,11	5.367.127,00	4.642.544,65	4.661.955,67	4.935.571,97	4.666.810,21	29.999.771,61	4.579.434,72	4.868.101,64	4.410.436,76	4.586.293,77	5.177.111,41	4.479.629,13	58.100.779,04
. IVVC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. ITBI	618.860,77	607.770,75	687.814,44	689.073,60	627.380,40	706.975,05	3.967.875,01	875.354,62	657.193,24	576.873,88	874.749,29	554.157,10	814.584,07	8.320.787,21
. TAXAS DIVERSAS	741.356,69	1.469.543,81	656.698,06	641.229,90	616.714,79	662.756,31	4.788.299,56	702.665,55	677.074,76	741.509,55	614.724,15	785.033,96	2.227.391,71	10.536.699,24
. REC.TRIB.A CLASSIFICAR	683.002,00	1.451.256,78	313.188,90	448.854,74	415.569,31	990.988,36	4.212.860,09	92.175,77	471.900,51	350.267,78	811.294,75	(1.487.498,92)	(4.450.999,98)	-
2.RECEITA PATRIMONIAL	362.537,64	190.156,19	215.248,22	113.974,69	190.840,79	110.769,93	1.183.527,46	125.193,00	94.331,06	112.841,51	325.334,67	133.601,66	186.771,03	2.161.600,39
3.RECEITA DÍVIDA ATIVA	204.370,42	742.538,64	597.464,47	426.587,47	294.925,53	-	2.265.886,53	723.322,73	526.811,88	608.805,04	175.428,58	471.869,06	582.269,25	5.354.393,07
4.RECEITAS DIVERSAS (*)	2.073.561,74	(235.020,19)	526.963,52	524.518,18	327.253,10	263.686,17	3.480.362,52	458.016,67	489.195,81	524.720,96	437.668,08	622.268,00	4.905.993,44	10.918.225,48
A - TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	31.271.103,33	17.680.349,94	14.493.305,87	14.672.416,82	13.501.782,02	13.620.393,06	105.239.351,04	14.212.125,48	14.164.698,21	13.772.602,15	15.083.093,70	14.007.778,34	32.239.857,78	208.719.506,70
6. TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	8.135.871,74	6.817.259,74	7.266.021,26	6.326.357,13	6.292.804,44	5.744.770,19	40.583.084,50	6.728.965,06	4.956.563,54	5.598.994,37	5.574.621,61	8.007.151,65	8.201.168,75	79.650.549,48
. FPM	1.027.688,42	669.931,11	958.201,97	545.981,79	1.233.291,96	592.348,00	5.027.443,25	627.178,11	464.035,22	-	-	2.565.225,11	729.491,16	9.413.372,85
. IRRF	1.394.729,62	2.081.266,88	1.628.288,85	1.002.230,02	35.408,77	972.779,78	7.114.703,92	987.669,96	382.815,69	947.161,68	930.984,69	882.022,22	2.914.887,58	14.160.245,74
. SUS	3.560.328,12	2.327.201,62	2.943.764,87	3.471.253,01	2.374.944,32	2.315.762,95	17.013.254,89	3.556.052,91	2.925.253,76	2.997.331,26	2.991.224,41	3.005.408,76	2.526.311,02	35.014.837,01
. OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	2.153.125,58	1.738.860,13	1.735.765,57	1.306.892,31	2.649.159,39	1.843.879,46	11.427.682,44	1.558.064,08	1.184.458,87	1.654.501,43	1.652.412,51	1.554.495,56	2.030.478,99	21.062.093,88
7.TRANSFERÊNCIA DO ESTADO	12.460.296,62	9.001.560,76	9.480.816,59	4.796.625,77	5.452.655,29	6.417.282,16	47.629.437,19	4.785.101,09	4.779.310,04	6.340.308,77	4.837.528,44	4.749.775,75	6.058.086,56	79.179.547,84
. ICMS	4.331.729,11	3.878.128,89	4.770.233,11	3.762.169,74	4.325.840,76	5.490.757,45	26.558.759,06	3.749.759,07	3.970.410,34	4.636.070,19	4.187.046,18	4.082.201,09	4.600.058,94	51.784.304,87
. IPVA	7.898.087,81	5.036.566,95	4.509.111,59	864.492,66	855.873,54	828.267,70	19.992.800,25	803.172,90	743.113,55	831.838,16	571.500,12	488.208,99	884.240,59	24.314.874,56
. IPIE	63.082,18	33.289,92	79.716,89	64.738,37	61.878,17	62.952,23	365.657,76	59.514,16	58.312,07	56.182,88	55.685,05	34.118,23	80.183,34	709.653,49
. SUDS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	167.397,52	53.475,00	121.755,00	105.225,00	209.062,82	35.304,78	712.220,12	172.654,96	7.474,08	816.217,54	23.297,09	145.247,44	493.603,69	2.370.714,92
8.TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
B - TOTAL REC. TRANSFERIDAS	20.596.168,36	15.819.020,50	16.746.837,85	11.122.982,90	11.745.459,73	12.162.052,35	88.212.521,69	11.514.066,15	9.735.873,58	11.939.303,14	10.412.150,05	12.756.927,40	14.259.255,31	158.830.097,32
TOTAL DE REC. CORRENTES	51.867.271,69	33.499.370,44	31.240.143,72	25.795.399,72	25.247.241,75	25.842.445,41	193.451.872,73	25.726.191,63	23.900.571,79	25.711.905,29	25.495.243,75	26.764.705,74	46.499.113,09	367.549.604,02
C - RECEITAS DE CAPITAL	1.361,49	884,35	3.763,40	4.204,09	2.309,00	2.707,62	15.229,95	2.435,38	256.096,95	510.174,58	550,46	2.132,06	5.974,39	792.593,77
T O T A L G E R A L	51.868.633,18	33.500.254,79	31.243.907,12	25.799.603,81	25.249.550,75	25.845.153,03	193.467.102,68	25.728.627,01	24.156.668,74	26.222.079,87	25.495.794,21	26.766.837,80	46.505.087,48	368.342.197,79
TOTAL ACUMULADO	51.868.633,18	85.368.887,97	116.612.795,09	142.412.398,90	167.661.949,65	193.467.102,68	193.467.102,68	219.195.729,69	243.352.398,43	269.574.478,30	295.070.272,51	321.837.110,31	368.342.197,79	

Fonte: BALANCETE DA RECEITA

(*) 4 = INCLUI REC. SERVIÇOS E OUTRAS RECEITAS CORRENTES

RECEIT98.xls R$

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

RECEITA REALIZADA - 1999

Em R$ mil

RUBRICA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	1º SEMESTRE	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	18.858.599,50	13.568.368,18	13.352.925,94	12.097.708,41	11.405.881,84	12.011.772,11	81.295.255,98	18.473.547,45	10.855.587,90	8.589.632,80	12.647.549,00	13.655.872,41	29.939.724,17	175.457.169,71
. IPTU + Taxas	11.562.700,76	6.863.003,44	6.555.630,12	6.060.761,89	6.088.653,42	6.133.078,62	43.263.828,25	6.541.910,20	6.359.997,42	5.946.115,34	6.070.247,61	6.666.052,79	23.809.595,67	98.657.747,28
. ISS	4.710.311,12	4.441.269,24	4.369.762,35	4.975.518,56	4.332.228,90	4.512.889,89	27.341.980,06	5.499.923,53	5.205.430,58	5.444.971,84	5.251.638,40	5.252.499,20	5.705.826,02	59.702.269,63
. IVVC	-	-	-	530,51	-	-	530,51	-	-	-	-	-	-	530,51
. ITBI	521.832,71	512.527,07	602.279,03	652.543,81	683.683,80	675.103,79	3.647.970,21	659.459,46	699.682,65	605.379,64	690.701,50	575.375,20	931.118,98	7.809.687,64
. TAXAS DIVERSAS	1.009.215,21	1.306.405,48	768.877,31	670.855,15	656.988,92	652.258,20	5.064.600,27	657.599,27	690.015,12	615.582,07	599.170,34	615.736,38	910.931,86	9.153.635,31
. REC.TRIB.A CLASSIFICAR	1.054.539,70	445.162,95	1.056.377,13	(262.501,51)	(355.673,20)	38.441,61	1.976.346,68	5.114.654,99	(2.099.537,87)	(4.022.416,09)	35.791,15	546.208,84	(1.417.748,36)	133.299,34
2.RECEITA PATRIMONIAL	246.837,58	250.445,59	397.809,61	258.711,59	239.037,61	138.307,08	1.531.149,06	123.057,48	177.464,60	233.765,35	205.698,73	161.442,32	255.160,56	2.687.738,10
3.RECEITA DÍVIDA ATIVA	1.674.176,69	687.311,81	375.420,49	1.247.541,34	1.111.459,25	977.111,80	6.073.021,38	485.124,66	1.743.410,69	7.535.252,83	1.426.738,08	652.210,98	404.705,69	18.320.464,31
4.RECEITAS DIVERSAS (*)	1.253.721,52	967.182,24	366.629,19	451.997,97	697.324,64	593.385,04	4.330.240,60	473.087,10	1.867.398,87	374.151,80	583.844,97	13.240.734,66	21.391.980,30	42.261.438,30
A - TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	22.033.335,29	15.473.307,82	14.492.785,23	14.055.959,31	13.453.703,34	13.720.576,03	93.229.667,02	19.554.816,69	14.643.862,06	16.732.802,78	14.863.830,78	27.710.260,37	51.991.570,72	238.726.810,42
5. TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	6.090.126,27	4.471.203,93	4.747.444,02	5.084.687,18	5.070.900,59	6.132.179,95	31.596.541,94	8.881.702,84	5.040.817,39	4.199.859,27	4.169.041,90	7.209.629,63	7.718.625,13	68.816.218,10
. FPM	944.056,37	833.319,77	1.124.955,22	897.440,03	971.849,71	640.579,17	5.412.200,27	638.186,33	462.207,99	-	-	2.811.764,54	926.420,61	10.250.779,74
. IRRF	1.624.505,90	814.322,52	889.287,69	867.762,14	851.615,30	647.230,89	5.694.724,44	2.939.073,28	1.081.510,13	859.721,66	652.128,85	863.385,86	2.403.668,11	14.494.212,33
. SUS	3.342.646,66	2.745.682,98	2.593.179,64	2.976.812,63	2.957.505,71	2.941.675,28	17.557.502,90	3.092.786,70	3.111.463,53	3.097.410,22	3.134.455,75	3.067.373,28	3.679.543,47	36.740.535,85
. OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	178.917,34	77.878,66	140.021,47	342.672,38	289.929,87	1.902.694,61	2.932.114,33	2.211.656,53	385.635,74	242.727,39	382.457,30	467.105,95	708.992,94	7.330.690,18
6.TRANSFERÊNCIA DO ESTADO	13.187.497,40	9.156.093,75	12.662.745,52	6.502.845,63	7.504.087,42	7.685.846,60	56.699.116,32	7.677.544,30	8.679.800,38	7.280.496,22	7.823.875,22	8.817.348,04	7.910.883,69	104.889.064,17
. ICMS	4.215.148,13	3.672.571,25	6.854.974,99	4.439.583,72	4.801.262,03	5.415.608,40	29.399.148,52	5.132.924,60	6.252.042,74	4.940.095,20	5.538.173,61	6.456.740,67	5.095.437,65	62.814.562,99
. IPVA	7.135.619,11	4.296.317,67	4.086.144,54	779.820,47	733.377,69	824.739,61	17.856.019,09	639.248,43	664.585,84	784.110,09	544.769,17	497.761,56	1.051.077,58	22.037.571,76
. IPIE	55.207,30	32.792,77	71.970,81	56.810,88	52.877,89	53.637,48	323.297,13	52.335,89	55.414,14	55.016,24	157.612,75	75.617,81	78.835,21	798.129,17
. SUDS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. FUNDEF	1.313.174,86	1.094.773,46	1.437.561,18	1.165.153,36	1.248.559,41	1.141.342,72	7.400.564,99	1.755.822,26	1.555.119,66	1.248.227,11	1.399.428,42	1.600.970,63	1.307.686,20	16.267.819,27
. OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	468.348,00	59.638,60	212.094,00	61.477,20	668.010,40	250.518,39	1.720.086,59	97.213,12	152.638,00	253.047,58	183.891,27	186.257,37	377.847,05	2.970.980,98
7.TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS	79.228,51	-	-	364,55	12.687,50	2.112,10	94.392,66	250,00	30.247,02	9.007,53	3.500,00	2.614,00	110.515,00	250.526,21
B - TOTAL REC. TRANSFERIDAS	19.356.852,18	13.627.297,68	17.410.189,54	11.587.897,36	12.587.675,51	13.820.138,65	88.390.050,92	16.559.497,14	13.750.864,79	11.489.363,02	11.996.417,12	16.029.591,67	15.740.023,82	173.955.808,48
TOTAL REC. CORRENTES	41.390.187,47	29.100.605,50	31.902.974,77	25.643.856,67	26.041.378,85	27.540.714,68	181.619.717,94	36.114.313,83	28.394.726,85	28.222.165,80	26.860.247,90	43.739.852,04	67.731.594,54	412.682.618,90
C - RECEITAS DE CAPITAL	3.248,52	2.361,90	4.006,06	2.944,48	4.621,26	11.502,53	28.684,75	8.502,71	6.020,47	6.658,06	8.700,61	9.122,37	8.922,13	76.612,00
T O T A L G E R A L	41.393.435,99	29.102.967,40	31.906.980,83	25.646.801,15	26.046.000,11	27.552.217,21	181.648.402,69	36.122.816,54	28.400.747,32	28.228.824,76	26.868.948,51	43.748.974,41	67.740.516,67	412.759.230,90
TOTAL ACUMULADO	41.393.435,99	70.496.403,39	102.403.384,22	128.050.185,37	154.096.185,48	181.648.402,69	181.648.402,69	217.771.219,23	246.171.966,55	274.400.791,31	301.269.739,82	345.018.714,23	412.759.230,90	

Fonte: BALANCETE DA RECEITA

(*) 4 = INCLUI REC. SERVIÇOS E OUTRAS RECEITAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

RECEITA REALIZADA - 2000

Em R$

RUBRICA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	18.889.289,45	14.180.884,78	13.570.756,73	12.870.436,26	12.979.558,18	13.200.825,58	13.814.966,93	14.610.270,74	13.929.117,45	13.711.180,53	13.384.278,89	15.263.701,62	170.405.267,14
. IPTU + Taxas	11.340.982,93	7.251.066,35	6.456.220,43	6.585.189,79	6.572.227,81	6.612.306,62	6.682.760,64	6.771.479,28	6.515.473,12	6.792.724,83	6.506.386,90	8.678.188,95	86.765.007,65
. ISS	5.274.223,28	4.881.644,26	5.017.081,95	4.571.826,99	4.618.367,67	4.352.094,44	5.395.248,06	4.476.578,79	7.264.225,55	5.652.388,98	4.999.359,52	6.752.398,79	63.255.438,28
. ITBI	442.961,13	628.525,61	548.404,67	661.598,93	860.530,80	770.127,43	735.394,96	822.205,96	721.166,22	809.811,59	1.528.296,89	1.086.574,44	9.625.598,63
. TAXAS DIVERSAS	1.247.092,46	1.486.878,82	665.710,54	820.594,48	843.422,46	787.104,75	747.569,66	932.142,74	663.448,00	822.196,06	730.033,04	1.013.029,57	10.759.222,58
. REC.TRIB.A CLASSIFICAR	584.029,65	(67.230,26)	883.339,14	231.226,07	85.009,64	679.192,34	253.993,61	1.607.863,97	(1.245.195,44)	(365.940,93)	(379.797,46)	(2.266.490,13)	-
2.RECEITA PATRIMONIAL	262.196,74	296.435,02	176.304,02	266.625,98	222.903,57	207.125,29	162.259,92	133.976,76	201.017,15	158.113,61	165.367,48	282.894,18	2.535.220,12
3.RECEITA DÍVIDA ATIVA	68.882,81	2.120.213,78	997.706,16	708.512,61	1.368.072,50	748.711,65	811.934,07	521.982,38	519.028,05	2.621.386,97	1.183.085,32	5.004.802,84	16.674.319,54
4.RECEITAS DIVERSAS (*)	517.176,93	3.571.344,77	335.782,61	264.039,12	13.367.769,56	242.559,47	814.758,42	22.404.183,21	2.726.312,16	1.775.078,91	734.053,71	1.076.760,58	47.829.819,85
A - TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	19.737.545,93	20.168.878,35	15.080.549,52	14.109.613,97	27.938.305,01	14.399.221,99	15.603.919,34	37.670.413,09	17.375.474,81	18.265.760,02	15.466.785,40	21.628.159,22	237.444.626,65
5. TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	6.256.787,59	5.420.493,08	4.660.139,07	6.435.333,01	5.369.302,62	5.039.216,58	5.619.174,38	5.843.661,01	5.756.752,79	5.623.783,49	5.785.178,62	5.666.831,67	67.516.653,91
. FPM	1.012.383,86	920.348,34	1.002.584,33	1.039.894,70	994.643,14	806.787,26	767.565,32	855.799,05	862.929,93	912.384,43	990.286,80	1.117.598,38	11.283.205,54
. IRRF	1.140.100,65	1.083.922,47	281.518,64	2.049.946,70	1.030.241,81	999.740,59	1.042.009,07	958.664,59	965.750,60	940.860,30	1.187.774,64	1.056.498,56	12.737.028,62
. SUS	3.825.104,75	2.983.048,67	2.977.213,95	2.979.821,55	3.002.277,42	2.997.628,58	3.026.143,13	3.491.945,20	3.283.621,63	3.302.450,81	3.285.478,47	3.132.330,32	38.287.064,48
. OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	279.198,33	433.173,60	398.822,15	365.670,06	342.140,25	235.060,15	783.456,86	537.252,17	684.450,63	468.087,95	321.638,71	360.404,41	5.209.355,27
6.TRANSFERÊNCIA DO ESTADO	14.626.688,49	12.746.563,67	10.629.636,98	8.526.548,50	9.861.447,78	8.425.910,47	9.258.573,79	10.321.485,93	10.149.444,32	10.842.135,63	9.934.077,23	9.444.704,90	124.767.217,69
. ICMS	5.616.282,12	5.710.148,29	5.299.610,63	5.571.225,49	6.981.873,08	5.318.052,22	6.154.159,51	6.728.149,95	7.162.820,41	7.668.138,62	7.278.025,44	6.588.188,00	76.076.674,36
. IPVA	7.254.391,74	5.201.383,17	3.721.976,99	691.818,39	800.287,58	951.094,09	762.412,06	820.270,82	864.176,57	694.253,98	632.266,61	1.030.157,68	23.424.490,08
. IPIE	76.342,23	57.039,76	65.091,22	68.694,47	68.623,18	72.264,16	71.984,48	73.473,96	79.094,70	77.975,48	84.509,81	84.529,91	879.623,36
. SUDS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. FUNDEF	1.420.739,04	1.436.092,12	1.344.206,25	1.419.052,39	1.718.652,45	1.335.689,83	1.517.458,94	1.692.891,81	1.775.473,08	1.879.923,92	1.787.663,46	1.631.523,31	18.959.366,60
. OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	258.933,36	341.900,33	198.751,89	775.757,76	292.010,49	748.810,17	752.558,80	1.006.699,39	267.879,56	521.843,63	151.611,91	110.306,00	5.427.063,29
7.TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS	-	417,80	2.787,18	-	60.704,60	159.730,03	3.872,50	3.553,75	2.243,18	1.679,20	1.680,62	1.739,79	238.408,65
B - TOTAL REC. TRANSFERIDAS	20.883.476,08	18.167.474,55	15.292.563,23	14.961.881,51	15.291.455,00	13.624.857,08	14.881.620,67	16.168.700,69	15.948.440,29	16.467.598,32	15.720.936,47	15.113.276,36	192.522.280,25
TOTAL DE REC. CORRENTES	40.621.022,01	38.336.352,90	30.373.112,75	29.071.495,48	43.229.760,01	28.024.079,07	30.485.540,01	53.839.113,78	33.323.915,10	34.733.358,34	31.187.721,87	36.741.435,58	429.966.906,90
C - RECEITAS DE CAPITAL	7.627,80	23.953,16	14.781,35	6.924,84	9.831,64	5.478,89	8.135,34	8.300,09	7.585,62	8.620,86	8.720,74	1.418,57	111.378,90
TOTAL GERAL	40.628.649,81	38.360.306,06	30.387.894,10	29.078.420,32	43.239.591,65	28.029.557,96	30.493.675,35	53.847.413,87	33.331.500,72	34.741.979,20	31.196.442,61	36.742.854,15	430.078.285,80
TOTAL ACUMULADO	40.628.649,81	78.988.955,87	109.376.849,97	138.455.270,29	181.694.861,94	209.724.419,90	240.218.095,25	294.065.509,12	327.397.009,84	362.138.989,04	393.335.431,65	430.078.285,80	

Fonte: BALANCETE DA RECEITA

(*) 4 = INCLUI REC. SERVIÇOS E OUTRAS RECEITAS CORRENTES

RECEIT2000.xls R$

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

RECEITA REALIZADA - 2001

Em R$

RUBRICA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	30.625.218,00	14.969.566,48	14.525.553,60	14.708.974,40	16.402.240,97	14.926.272,08	15.268.505,29	15.885.846,78	15.447.877,08	15.630.889,03	15.562.673,45	18.976.166,23	202.929.783,39
. IPTU + Taxas	23.472.719,44	8.443.794,63	8.518.899,33	8.171.412,81	8.547.024,81	8.164.337,63	8.610.454,44	8.571.932,20	8.146.399,39	8.565.470,38	8.444.048,25	11.276.296,47	118.932.789,78
. ISS	5.159.584,21	4.970.003,94	4.573.657,93	4.762.441,36	6.371.988,47	5.018.788,72	4.631.903,60	5.399.437,79	5.738.425,38	5.344.078,42	5.533.620,77	5.396.024,38	62.899.954,97
. ITBI	588.191,37	569.699,42	810.261,70	735.305,44	547.778,13	677.400,81	1.054.101,88	838.841,53	682.592,73	773.737,10	689.475,23	1.145.260,12	9.112.745,46
. TAXAS DIVERSAS	925.474,22	513.369,86	1.574.682,03	1.039.814,79	935.449,56	1.065.744,92	972.045,37	1.075.635,26	880.359,58	947.603,13	895.529,20	1.158.585,26	11.984.293,18
. REC.TRIB.A CLASSIFICAR	479.248,76	472.698,63	(951.947,39)										-
2.RECEITA PATRIMONIAL	294.536,04	258.217,72	334.596,51	328.268,88	331.723,68	305.706,16	382.229,64	357.404,83	382.345,93	447.482,24	414.013,27	539.261,25	4.375.786,15
3.RECEITA DÍVIDA ATIVA	1.756.957,24	508.462,16	2.776.518,25	2.277.565,92	2.843.306,11	2.795.786,98	4.729.362,79	1.910.149,28	7.278.572,83	2.788.420,65	2.912.632,86	981.398,40	33.559.133,47
4.RECEITAS DIVERSAS (*)	1.116.844,02	913.767,46	1.192.666,36	23.257.891,43	3.190.037,47	2.372.039,82	514.398,71	493.967,84	12.358.391,05	484.504,37	3.211.186,91	905.449,82	50.011.145,26
A - TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	33.793.555,30	16.650.013,82	18.829.334,72	40.572.700,63	22.767.308,25	20.399.805,04	20.894.496,43	18.647.368,73	35.467.186,89	19.351.296,29	22.100.506,49	21.402.275,70	290.875.848,27
5. TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	6.517.942,56	4.744.775,17	6.855.214,49	5.574.687,16	5.291.826,43	6.147.970,31	5.920.231,74	5.413.117,68	6.109.261,60	6.164.650,65	6.179.249,02	9.631.855,75	74.550.782,56
. FPM	1.309.139,09	916.212,41	1.082.458,97	1.078.474,93	630.202,59	1.634.485,15	951.023,04	1.001.084,12	1.082.758,37	1.034.771,81	1.075.487,46	1.304.361,70	13.100.459,64
. IRRF	1.897.176,19	40.917,55	1.979.305,72	1.011.425,33	993.393,95	1.063.348,86	2.383.158,46	898.591,00	1.648.193,68	1.573.412,80	1.260.236,46	3.374.050,73	18.123.210,73
. SUS	3.085.207,29	3.758.497,35	3.111.458,34	3.108.233,63	3.113.873,67	3.121.473,47	2.166.191,59	3.184.717,78	3.049.535,06	3.206.691,36	3.318.498,27	4.406.571,78	38.631.049,59
. OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	226.419,99	29.147,86	681.991,46	376.553,27	554.356,22	328.662,83	419.858,65	328.724,78	328.574,49	349.774,68	325.026,83	546.871,54	4.696.062,60
6.TRANSFERÊNCIA DO ESTADO	17.841.552,32	12.321.824,85	13.625.017,26	8.983.885,24	10.532.083,32	12.475.073,11	11.385.495,30	8.865.503,13	9.590.393,16	10.928.008,01	8.242.897,73	10.984.227,97	135.875.661,40
. ICMS	7.016.167,19	5.091.326,89	6.646.062,26	6.128.675,10	7.342.857,74	6.690.667,98	7.964.762,92	5.663.727,21	6.710.344,46	7.874.989,12	5.814.844,98	6.739.019,47	79.683.445,32
. IPVA	8.804.459,03	5.625.533,86	4.577.983,99	967.441,65	980.418,05	939.504,10	921.825,32	950.918,03	910.371,41	833.128,78	730.232,49	905.408,22	27.147.224,97
. IPIE	78.887,60	42.431,29	93.494,26	42.894,88	111.505,18	80.277,76	88.755,12	72.644,43	73.318,38	71.376,59	75.107,07	76.191,29	906.583,85
. SUDS													
. FUNDEF	1.846.772,42	1.307.893,40	1.976.021,10	1.629.651,06	1.930.255,17	1.762.692,89	2.049.062,93	1.512.078,24	1.766.947,72	2.040.901,52	1.383.633,51	1.838.673,97	21.044.583,93
. OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	95.266,08	254.639,41	331.455,65	215.222,55	167.047,14	3.001.930,38	361.089,01	666.135,22	129.411,19	107.612,00	339.079,68	1.424.935,02	7.093.823,33
7.TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS	76.700,00	100.118,72	11.000,00	1.000,00	5.029,38	-	3.735,00	100.696,63	5.448,80	331.922,17	6.522,38	24.200,00	666.373,08
B - TOTAL REC. TRANSFERIDAS	24.436.194,88	17.166.718,74	20.491.231,75	14.559.572,40	15.828.939,13	18.623.043,42	17.309.462,04	14.379.317,44	15.704.803,56	17.424.580,83	14.528.669,13	20.640.283,72	211.092.817,04
TOTAL DE REC. CORRENTES	58.229.750,18	33.816.732,56	39.320.566,47	55.132.273,03	38.596.247,38	39.022.848,46	38.203.958,47	33.026.686,17	51.171.990,45	36.775.877,12	36.629.175,62	42.042.559,42	501.968.665,31
C - RECEITAS DE CAPITAL	10.023,15	8.372,52	8.735,26	8.886,41	8.560,84	7.935,64	10.785,00	10.676,68	10.355,92	11.341,74	10.172,11	9.374,61	114.919,88
T O T A L G E R A L	58.239.773,33	33.825.105,08	39.329.301,73	55.141.159,44	38.604.808,22	39.030.784,10	38.214.743,47	33.037.362,85	51.182.346,37	36.787.218,86	36.639.347,73	42.051.934,03	502.083.585,19
TOTAL ACUMULADO	58.239.773,33	92.064.878,41	131.394.180,14	186.535.339,58	225.140.147,78	264.170.931,88	302.385.675,35	335.423.038,20	386.605.384,57	423.392.303,43	460.031.651,16	502.083.585,19	

Fonte: BALANCETE DA RECEITA

(*) 4 – INCLUI REC. SERVIÇOS E OUTRAS RECEITAS CORRENTES

RECEITA REALIZADA 2002

Em R$ mil

RUBRICA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	31.196.797,97	18.264996,70	17.467.019,79	17.19- 891,36	17.111.217,77	20.056.764,68	18.246.090,93	20.046.957,52	20.371.081,35	19.409.233,06	19.634.475,57	23.407.755,03	242.827.281,73
. IPTU + Taxas	22.922.916,94	9.448.154,78	9.175.101,21	9.234.716,92	9.117.761,02	8.805.436,36	9.359.882,91	9.223.501,77	9.165.241,20	9.430.542,81	9.172.771,33	10.644.015,94	125.702.043,19
. IRRF	1.029.099,75	1.513312,83	1.035.280,67	1.002.746,08	973.669,01	1.024.068,10	986.469,90	1.776.863,20	1.784.328,91	1.379.616,94	1.192.660,82	3.133.585,50	16.531.701,71
. ISS	5.422.074,70	5.395.556,70	4.707.671,32	4.884.603,36	5.044.937,45	8.466.416,20	5.821.827,72	6.840.086,22	7.030.872,38	6.357.341,09	7.402.780,23	7275.304,59	75.229.471,96
. ITBI	909.578,45	594000,65	739.778,51	83: 880,31	1.016.555,59	651.067,94	989.312,07	985.736,79	1.323.278,22	1.335.086,54	963.343,34	1655.725,99	11.997.344,40
. TAXAS DIVERSAS	913.128,13	1.313971,74	1.809.188,08	1.234.944,69	958.294,70	1.129.776,08	1.088.598,33	1.220.769,54	1.067.360,64	1.326.645,68	902.919,85	699.123,01	13.366.720,47
2.RECEITA PATRIMONIAL	1.020.445,28	529815,47	589.567,41	61- 894,50	(195.229,42)	140.569,23	740.956,42	452.843,56	2.325.384,98	498.225,97	448.826,41	1302.913,67	8.449.213,48
3.RECEITA DÍVIDA ATIVA	1.698.979,46	1.982.609,74	4.468.444,26	1.256.965,11	1.106.237,49	907.877,27	2.075.515,31	1.219.515,83	1.325.579,16	3.118.841,62	3.933.272,49	3536.587,20	26.690.424,94
4.RECEITAS DIVERSAS (*)	624.874,48	753055,44	1.387.583,97	50(187,94	468.431,83	1.134.942,54	444.801,63	356.631,16	388.042,53	412.072,87	5.393.263,04	1.002.375,57	12.880.263,00
A- TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	34.541.097,19	21.530477,35	23.912.615,43	19.57(938,91	18.490.637,67	22.320.153,72	21.507.364,29	22.015.948,07	24.410.088,02	23.838.373,52	29.409.837,51	29.249.631,47	290.847.183,15
5. TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	4.895.931,98	4.877677,58	5.250.723,64	4.866.531,27	4.980.504,85	4.431.872,15	4.725.186,26	4.626.336,84	4.811.150,36	4.325.558,06	4.752.357,89	5.186.494,22	58.211.325,10
. FPM	1.418.374,25	1.656917,16	1.268.012,32	1.32- 342,40	1.517.848,61	1.068.601,72	1.168.437,94	1.106.359,86	1.215.972,37	1.409.501,84	1.411.726,77	1382.695,94	16.148.791,18
. SUS	3.041.758,28	3.010017,37	3.530.714,71	3.008.025,50	3.147.398,16	2.998.588,05	2.969.295,83	3.139.309,69	3.112.231,30	2.821.662,21	3.122.316,14	3494.851,92	37.366.169,16
. OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	435.799,45	210743,05	451.996,61	53(163,37	315.258,08	364.682,38	587.452,49	349.667,29	482.946,69	294.394,01	218.314,98	308.946,36	4.696.364,76
6.TRANSFERÊNCIA DO ESTADO	16.598.551,93	11.264826,35	10.695.268,55	8.44(908,00	7.194 809,94	14.064.148,04	8.734.391,29	6.822.305,95	7.729.083,22	10.038.788,22	8.544.269,89	9055.331,58	119.188.682,96
. ICMS	6.371.378,65	5.448.355,65	5.383.442,96	6.761 119,31	5.271.803,29	6.016.449,83	7.032.931,83	5.411.254,30	6.039.260,78	8.361.279,21	7.558.987,93	6353.831,88	76.006.095,62
. IPVA	9.914.977,22	5.385.363,85	5.024.490,67	1.121767,13	1.008 181,51	1.027.029,41	962.202,85	1.046.960,52	1.198.884,43	968.628,66	723.264,28	1201.598,75	29.583.449,28
. IPIE	53.716,30	76275,13	55.704,43	67326,38	65.732,77	61.897,18	59.855,46	54.064,11	63.479,38	66.834,75	69.268,89	65.168,15	769.312,93
. OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	258.479,76	354831,72	231.630,49	485.695,18	849.102,37	6.958.771,62	679.301,15	311.027,02	427.458,63	642.045,60	192.748,79	1434.732,80	12.829.825,13
7.TRANSF.MULTIG.-FUNDEF	1.930.843,79	1.793.095,78	1.724.054,29	2.122.314,57	1.722.845,31	1.881.942,42	2.177.912,39	1.713.773,60	1.905.443,13	2.626.063,40	2.353.575,69	2.407.942,76	24.359.807,13
8.TRANSF. DIVERSAS	73.561,50	61.213,57	5.682,54	6.660,69	3.299,77	5.320,46	2.893,92	8.168,97	48.759,44	111.187,05	6.409,76	50.755,49	383.913,16
B - TOTAL REC. TRANSFERIDAS	23.498.889,20	17.996813,28	17.675.729,02	15.443.414,53	13.901.459,87	20.381.283,07	15.640.383,86	13.150.585,36	14.494.436,15	17.601.596,73	15.656.613,23	16.700.524,05	202.143.728,35
TOTAL DE REC. CORRENTES	58.039.986,39	39.527290,63	41.588.344,45	35.014353,44	32.392.117,54	42.701.436,79	37.147.748,15	35.216.533,43	38.904.524,17	41.439.970,25	45.066.450,74	45.950.155,52	492.990.911,50
C - RECEITAS DE CAPITAL	173.954,59	307.546,44	9.120,86	10005,81	11.691,72	11.984,59	12.589,74	12.339,54	14.288,58	18.332,12	18.263,15	19.867,97	619.985,11
TOTAL DE RECEITA BRUTA	58.213.940,98	39.834837,07	41.597.465,31	35.024359,25	32.403.809,26	42.713.421,38	37.160.337,89	35.228.872,97	38.918.812,75	41.458.302,37	45.084.713,89	45.970.023,49	493.610.896,61
9.DEDUÇÃO FPM	(537.705,14)	(248.537,53)	(190.201,78)	(198.651,26)	(227.677,23)	(160.290,17)	(175.265,61)	(165.953,89)	(183.212,21)	(241.425,19)	(211.758,93)	(207.404,30)	(2.748.083,24)
10. DEDUÇÃO ICMS	(664.400,43)	(851.377,91)	(839.124,33)	(1.046675,78)	(822.378,38)	(93(- 075,36)	(1.086.547,67)	(841.796,04)	(937.497,00)	(1.285.799,78)	(1.165.456,08)	(984.682,66)	(11.459.811,42)
11.DEDUÇÃO IPIE	(6.022,58)	(8.J24,60)	(8.355,66)	(10098,96)	(9.858,42)	(9.284,58)	(8.978,32)	(9.609,62)	(9.521,91)	(10.025,21)	(10.390,34)	(9.775,22)	(110.845,42)
D-TOTAL DEDUÇÕES RECEITA	(1.208.128,15)	(1.108.840,04)	(1.037.681,77)	(1.255.426,00)	(1.059.914,03)	(1.103.650,11)	(1.270.791,60)	(1.017.359,55)	(1.130.231,12)	(1.537.250,18)	(1.387.605,35)	(1.201.862,18)	(14.318.740,08)
TOTAL DE RECEITA LÍQUIDA	57.005.812,83	38.725.297,03	40.559.783,54	33.768933,25	31.343.895,23	41.611.771,27	35.889.546,29	34.2 1.513,42	37.788.581,63	39.921.052,19	43.697.108,54	44.768.161,31	479.292.156,53
TOTAL ACUMULADO	57.005.812,83	95.731.109,86	136.291.593,40	170.060526,65	201.404.421,88	243.016 193,15	278.905.739,44	313.117.252,86	350.905.834,49	390.826.886,68	434.523.995,22	479.292 156,53	

RECEITA REALIZADA 2003

RUBRICA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	38.981.045,20	22.603.414,19	19.283.043,72	20.493.666,92	20.715.519,33	19.910.152,82	21.182.961,30	21.009.761,88	21.173.045,22	21.416.595,28	21.666.405,92	33.016.905,14	281.452.516,97
. IPTU + Taxas	26.420.520,02	11.573.165,39	9.760.725,82	10.176.171,11	10.052.730,07	9.891.224,28	10.999.146,58	10.050.480,87	10.210.778,14	10.241.532,04	10.136.424,78	18.415.076,94	147.527.976,04
. IRRF	1.079.098,54	1.162.009,15	1.103.435,99	1.090.598,91	1.531.305,11	1.155.051,13	1.156.848,99	1.084.570,16	1.033.972,92	1.037.896,39	1.308.817,14	3.246.575,81	15.890.180,24
. ISS	7.933.214,82	7.391.282,72	6.605.267,54	6.811.563,03	7.289.791,01	7.062.104,15	7.518.015,16	8.106.513,93	7.904.361,57	8.100.665,44	8.203.361,94	7.891.932,24	90.818.073,55
. ITBI	834.339,39	887.162,22	736.309,75	982.216,51	881.546,04	924.446,17	980.948,03	781.820,23	1.031.619,19	1.047.149,58	1.133.880,37	1.975.420,75	12.196.858,27
. TAXAS DIVERSAS	2.713.872,43	1.589.794,71	1.077.304,67	1.433.117,36	960.147,10	877.327,09	1.128.002,54	986.376,69	992.313,40	989.351,83	883.921,69	1.487.899,40	15.119.428,91
2.RECEITAS DE CONˆR.CAPEP	-	-	-	-	-	-	-	19.825.535,80	-	-	13.786.355,47	7.028.596,86	40.638.488,13
3.RECEITA PATRIMONIAL	665.253,30	891.317,90	826.943,00	1.143.558,73	1.009.014,52	1.137.605,68	1.131.736,42	1.121.195,90	945.082,17	597.158,59	761.715,81	874.222,97	11.104.804,99
4.RECEITA DÍVIDA A"TVA	1.319.133,35	1.432.399,88	1.429.085,49	1.476.136,77	1.433.028,11	1.292.594,23	2.369.386,58	1.778.941,32	1.996.190,63	2.063.156,51	1.481.923,75	3.151.567,91	20.923.544,53
5.RECEITAS DIVERSAS (*)	662.485,94	657.107,62	69.197,75	365.909,47	243.476,80	1.037.012,05	497.601,66	637.139,90	2.019.027,75	344.555,76	403.206,68	2.082.595,02	9.019.516,40
A- TOTAL REC. PRÓPRIAS	41.627.917,79	25.584.239,59	21.608.270,81	23.479.271,89	23.401.038,76	23.377.364,78	24.881.685,96	44.370.574,80	26.133.345,77	24.421.466,14	38.099.607,63	46.153.887,90	363.138.671,02
6. TRANSF. DA UNIÃO	5.882.858,79	5.590.087,23	5.331.243,08	5.531.486,91	5.563.051,08	5.920.627,79	5.472.171,39	5.801.005,65	5.645.893,98	7.459.632,67	5.662.730,33	5.078.677,75	68.939.446,65
. FPM	1.497.696,75	1.577.005,95	1.367.839,30	1.302.355,26	1.826.712,13	1.282.824,99	1.075.587,45	1.411.077,58	1.224.366,21	1.265.163,86	1.396.332,46	1.482.028,83	16.708.990,77
. SUS	3.775.433,02	3.315.948,82	3.568.323,79	3.524.188,75	3.343.427,85	4.072.521,30	3.881.455,53	3.667.789,51	4.082.832,85	4.278.809,39	3.814.626,77	3.169.348,91	44.494.706,49
. OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	609.729,02	697.132,46	395.079,99	704.942,90	392.891,10	565.281,50	515.128,41	722.138,56	338.694,92	1.915.659,42	451.771,10	427.300,01	7.735.749,39
7.TRANSF. DO ESTADO	18.226.956,35	13.160.343,43	11.322.739,70	8.791.314,65	9.527.447,13	7.519.487,10	8.713.946,22	8.655.465,63	12.991.016,04	8.413.017,12	8.151.322,65	11.518.152,41	126.991.208,43
. ICMS	7.590.161,16	6.593.498,93	6.524.470,11	6.938.208,19	6.446.527,03	6.069.311,71	7.365.795,39	6.565.392,58	8.015.201,92	6.181.545,51	7.178.654,98	8.977.356,21	81.546.123,72
. IPVA	10.370.992,71	6.056.361,58	4.508.910,19	1.106.042,88	1.033.956,01	1.109.989,30	1.043.748,79	954.059,28	1.160.742,41	956.590,25	804.863,53	1.249.701,34	30.355.958,27
. IPIE	70.982,24	63.704,89	63.593,08	65.156,46	59.666,48	59.552,80	54.440,97	58.534,44	55.471,15	60.866,03	67.192,15	69.218,97	748.380,06
. OUTRAS TRANSF. DO EST.	194.820,24	446.778,03	225.765,92	681.907,12	1.987.297,61	280.633,29	249.961,07	1.077.479,33	3.759.600,56	1.214.015,33	100.611,99	1.221.875,89	11.540.746,58
8.TRANSF.MULTIG.-FUNDEF	2.045.353,09	2.166.925,60	2.030.639,39	2.140.468,61	2.071.437,13	1.894.090,80	2.102.993,44	2.046.358,93	2.427.281,82	1.925.004,85	2.218.757,18	2.726.938,66	25.896.249,40
9.TRANSF. DIVERSAS	71.519,17	14.331,42	213.549,30	8.264,84	21.750,35	6.231,32	703.845,13	4.319,27	1.902,78	51.465,68	87.214,46	69.763,11	1.254.156,83
B - TOTAL REC. TRANSF.	26.226.687,40	20.931.687,68	18.898.171,27	16.471.535,01	17.183.665,69	15.340.437,01	17.892.956,18	16.507.149,48	21.066.094,62	17.849.120,32	16.120.024,62	19.393.531,93	223.081.061,31
TOTAL DE REC. CORRENTES	67.854.605,19	46.515.927,27	40.506.441,28	39.950.806,90	40.584.704,45	38.717.801,79	41.974.642,14	60.877.724,28	47.199.440,39	42.270.586,46	54.219.632,25	65.547.419,83	586.219.732,33
C - RECEITAS DE CAPITAL	16.516,34	18.404,03	22.123,57	23.865,91	19.197,02	15.634,86	17.695,46	16.237,34	18.418,94	19.056,52	16.405,99	17.996,22	221.466,20
TOTAL DE RECEITA BRUTA	67.871.121,53	46.534.331,30	40.528.564,85	39.974.670,81	40.603.811,47	38.733.436,65	41.992.337,60	60.893.961,62	47.217.859,33	42.289.642,98	54.236.038,24	65.565.416,05	586.441.192,53
10.DEDUÇÃO FPM	(224.654,42)	(236.550,82)	(205.175,82)	(195.353,20)	(274.006,75)	(192.423,66)	(161.338,03)	(211.661,55)	(183.654,83)	(189.774,43)	(211.369,17)	(220.384,82)	(2.506.547,50)
11. DEDUÇÃO ICMS	(1.226.933,81)	(1.076.209,83)	(1.004.493,29)	(1.066.554,09)	(992.801,93)	(936.219,62)	(1.115.692,17)	(1.010.631,75)	(1.228.103,15)	(953.054,70)	(1.102.621,12)	(1.372.426,30)	(13.085.741,86)
12.DEDUÇÃO IPIE	(10.647,34)	(9.555,74)	(9.539,03)	(9.773,48)	(8.949,98)	(8.932,92)	(8.166,15)	(8.780,17)	(8.320,68)	(9.129,89)	(10.078,82)	(10.382,84)	(112.257,04)
D-TOTAL DEDUÇÕES RECEITA	(1.462.235,57)	(1.322.316,39)	(1.219.208,14)	(1.271.680,77)	(1.275.758,66)	(1.137.576,20)	(1.285.196,35)	(1.231.073,47)	(1.420.078,66)	(1.151.959,02)	(1.324.069,11)	(1.603.193,96)	(15.704.346,40)
TOTAL DE RECEITA LÍQUIDA	66.408.885,96	45.212.014,91	39.309.356,71	38.702.990,04	39.328.052,81	37.595.860,45	40.707.141,25	59.662.888,15	45.797.780,67	41.137.683,96	52.911.969,13	63.962.222,09	570.736.846,13
TOTAL ACUMULADO	66.408.885,96	111.620.900,87	150.930.257,58	189.633.247,62	228.961.300,43	266.557.160,88	307.264.302,13	366.927.190,28	412.724.970,95	453.862.654,91	506.774.624,04	570.736.846,13	

RECEITA REALIZADA 2004 - PMS E FUNDAÇÕES

RUBRICA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	34.705.808,80	23.899.216,50	23.273.754,64	24.129.767,94	22.922.245,78	23.992.704,66	24.162.679,09	25.367.872,95	24.344.785,19	25.694.485,84	27.303.640,43	30.299.577,44	310.096.539,26
. IPTU + Taxas	23.165.185,17	11.497.847,77	11.593.911,48	11.138.741,37	11.066.991,63	11.264.445,05	11.390.558,70	11.462.852,47	10.671.579,71	11.838.299,93	11.737.477,71	13.373.244,73	150.200.835,72
. IRRF	1.235.319,67	982.205,53	1.302.101,29	1.110.607,79	1.095.471,62	1.235.490,92	1.097.521,26	1.039.679,73	1.031.449,30	1.035.318,51	2.618.721,66	2.532.112,53	16.315.999,81
. ISS	8.075.848,22	8.122.392,91	8.051.244,44	9.092.264,21	8.766.445,27	9.327.937,89	9.692.075,16	10.594.768,47	10.943.125,64	10.921.418,90	10.916.253,42	11.362.011,85	115.866.186,38
. ITBI	634.398,94	593.972,15	1.188.092,84	1.282.069,13	1.124.454,89	1.217.059,71	952.169,85	1.088.520,32	795.881,27	871.511,78	1.102.857,44	1.587.451,35	12.438.839,67
. TAXAS DIVERSAS	1.595.056,80	2.702.798,14	1.138.404,59	1.506.085,44	868.382,37	947.771,09	1.030.354,12	1.182.051,96	902.749,27	1.027.936,72	928.330,20	1.444.756,98	15.274.677,68
2.RECEITAS DE CONTRIB.	-	323.900,74	48.664,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	372.565,19
3.RECEITA PATRIMONIAL	353.643,35	340.947,45	432.474,62	285.600,24	373.216,34	686.605,11	265.262,05	413.529,92	475.400,34	237.489,84	468.959,88	1.257.499,25	5.590.628,39
4.RECEITA DÍVIDA ATIVA	1.026.380,20	982.545,78	1.907.022,57	1.896.662,12	2.003.370,19	2.505.462,31	6.584.673,40	7.137.080,63	1.068.623,39	1.343.763,97	1.489.650,29	3.737.024,52	31.682.559,17
5.RECEITAS DIVERSAS (*)	374.738,11	255.539,52	347.391,18	371.689,27	1.015.434,91	263.026,49	493.746,96	541.499,70	338.074,43	248.556,01	246.327,42	858.243,84	5.354.267,84
A- TOTAL REC. PRÓPRIAS	36.460.570,46	25.802.149,99	26.009.307,26	26.683.719,57	26.314.567,22	27.447.798,57	31.506.361,50	33.459.983,20	26.226.883,35	27.524.295,66	29.508.578,02	36.152.345,05	353.096.559,85
6. TRANSF. DA UNIÃO	5.503.360,94	6.598.373,89	7.074.300,33	5.585.408,93	6.892.327,05	5.689.500,40	7.283.459,94	6.269.411,15	6.781.552,74	5.864.177,47	6.754.791,72	6.495.545,67	76.792.210,23
. FPM	1.630.029,41	1.516.724,01	1.704.107,82	1.586.942,29	1.848.239,15	1.199.780,50	1.247.701,18	1.623.230,18	1.405.641,91	1.504.263,02	1.499.576,00	1.850.849,48	18.617.084,95
. SUS	3.570.428,52	4.466.743,26	4.218.089,70	3.314.040,10	4.056.935,58	3.818.472,23	3.421.911,33	3.879.450,47	3.828.545,37	3.571.693,02	3.707.823,00	3.423.952,60	45.278.085,18
. OUTRAS TRANSF.UNIÃO	302.903,01	614.906,62	1.152.102,81	684.426,54	987.152,32	671.247,67	2.613.847,43	766.730,50	1.547.365,46	788.221,43	1.547.392,72	1.220.743,59	12.897.040,10
7.TRANSF. DO ESTADO	20.390.837,49	14.164.330,37	15.880.853,50	9.313.452,96	12.274.157,23	11.303.861,11	10.442.490,18	11.650.295,84	9.732.757,03	10.871.202,19	12.041.487,54	10.710.413,73	148.776.139,17
. ICMS	8.022.522,45	7.098.263,11	9.255.036,81	7.294.533,75	8.347.581,37	9.179.805,54	8.451.226,97	10.196.527,37	8.059.642,07	9.255.640,11	10.694.007,23	8.343.278,93	104.197.765,71
. IPVA	11.497.567,75	6.643.290,87	5.494.691,04	1.221.335,55	1.727.806,79	1.411.150,23	1.169.617,52	1.104.381,58	1.027.317,68	1.032.353,64	929.914,65	1.457.272,85	34.716.699,15
. IPIE	74.517,48	70.931,10	67.961,38	84.543,35	80.738,05	79.965,57	83.345,67	86.510,96	92.772,34	87.833,03	102.861,41	38.409,66	950.390,00
. OUTRAS TRANSF.EST.	796.229,81	351.845,29	1.063.165,27	713.040,31	2.118.131,02	632.939,77	738.300,02	262.875,93	553.024,94	495.375,41	314.704,25	871.452,29	8.911.284,31
8.TRANSF.MULTIG.-FUNDEF	2.309.474,23	2.037.573,67	2.611.948,06	2.101.356,38	2.397.301,88	2.536.676,62	2.358.318,96	2.844.382,64	2.276.467,58	2.592.339,48	2.957.042,60	2.399.040,02	29.421.922,12
9.TRANSF. DIVERSAS	69.790,93	46.662,74	64.144,91	11.131,36	8.101,75	4.743,74	9.092,33	16.394,61	1.520,00	27.436,67	7.868,82	55.577,07	322.464,93
B - TOTAL REC. TRANSF.	28.273.463,59	22.846.940,67	25.631.246,80	17.011.349,63	21.571.187,91	19.534.781,87	20.093.361,41	20.780.484,24	18.792.297,35	19.355.155,81	21.761.190,68	19.660.576,49	255.312.736,45
TOTAL DE REC. CORRENTES	64.734.034,05	48.649.090,66	51.640.554,06	43.695.069,20	47.886.455,13	46.982.580,44	51.599.722,91	54.240.467,44	45.019.180,70	46.879.451,47	51.269.768,70	55.812.921,54	608.409.296,30
C - RECEITAS DE CAPITAL	16.817,28	16.506,20	17.816,96	(50.666,69)	710,43	-	-	-	-	-	-	-	1.184,18
TOTAL DE RECEITA BRUTA	64.750.851,33	48.665.596,86	51.658.371,02	43.644.402,51	47.887.165,56	46.982.580,44	51.599.722,91	54.240.467,44	45.019.180,70	46.879.451,47	51.269.768,70	55.812.921,54	608.410.480,48
10.DEDUÇÃO FPM	(244.504,34)	(227.508,53)	(255.616,05)	(238.041,27)	(277.235,78)	(179.967,00)	(187.155,11)	(243.484,44)	(210.846,20)	(225.639,36)	(224.936,30)	(277.627,34)	(2.792.561,72)
11. DEDUÇÃO ICMS	(1.233.577,07)	(1.094.938,18)	(1.418.454,24)	(1.124.378,77)	(1.282.290,93)	(1.407.169,53)	(1.297.882,75)	(1.559.677,81)	(1.239.145,02)	(1.418.544,72)	(1.634.299,79)	(1.281.690,55)	(15.992.049,36)
12.DEDUÇÃO IPIE	(11.177,63)	(10.639,66)	(10.194,21)	(12.681,50)	(12.110,71)	(11.994,83)	(12.501,85)	(12.976,64)	(13.915,83)	(13.174,95)	(15.429,21)	(5.761,45)	(142.558,49)
D- TOTAL DEDUÇÕES RECEITA	(1.489.259,04)	(1.333.086,37)	(1.684.264,50)	(1.375.101,54)	(1.571.637,42)	(1.599.131,36)	(1.497.539,71)	(1.816.138,89)	(1.463.907,07)	(1.657.359,03)	(1.874.665,30)	(1.565.079,34)	(18.927.169,57)
TOTAL DE RECEITA LÍQUIDA	63.261.592,29	47.332.510,49	49.974.106,52	42.269.300,97	46.315.528,14	45.383.449,08	50.102.183,20	52.424.328,55	43.555.273,63	45.222.092,44	49.395.103,40	54.247.842,20	589.483.310,91
TOTAL ACUMULADO	63.261.592,29	110.594.102,78	160.568.209,30	202.837.510,27	249.153.038,41	294.536.487,49	344.638.670,69	397.062.999,24	440.618.272,87	485.840.365,31	535.235.468,71	589.483.310,91	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
RECEITA CONSOLIDADA REALIZADA 2005

RUBRICA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	40.744.629,02	32.626.407,87	26.351.728,80	28.838.294,29	26.521.765,21	26.929.371,46	27.630.137,86	28.258.813,81	27.891.415,64	26.822.663,98	28.430.180,03	33.707.987,12	354.753.395,09
. IPTU + Taxas	26.177.953,67	17.182.868,70	12.272.026,58	11.579.591,81	11.975.162,81	11.733.038,98	11.865.783,45	12.204.770,03	11.806.226,51	11.801.978,96	12.034.613,90	13.793.114,68	164.427.130,08
. IRRF	1.298.518,76	1.139.633,61	1.881.307,11	2.973.295,57	1.231.808,52	1.334.786,79	1.214.190,47	1.207.784,50	1.195.098,97	1.202.230,11	2.683.337,64	4.039.312,49	21.401.304,48
. ISS	10.660.893,93	10.167.374,68	9.885.111,92	11.223.771,73	10.954.962,93	11.362.015,56	12.057.602,65	12.142.149,50	12.588.456,73	11.285.231,41	11.576.917,46	12.598.248,12	136.501.836,62
. ITBI	702.153,89	822.960,27	1.159.616,81	1.307.549,76	1.288.250,61	1.517.780,67	1.405.423,22	1.449.335,61	1.137.163,92	1.372.956,22	1.034.248,01	1.779.531,67	14.976.970,66
. TAXAS DIVERSAS	1.905.108,83	3.313.570,61	1.153.666,38	1.754.085,42	1.072.480,34	981.749,46	1.087.138,07	1.254.774,17	1.164.469,51	1.160.267,28	1.101.063,02	1.497.780,16	17.446.153,25
2.RECEITAS DE CONTRIB.	2.463.822,72	3.376.144,20	3.439.618,84	4.164.285,72	4.251.397,03	4.160.023,87	3.009.917,84	2.637.217,76	3.323.594,77	3.000.379,43	6.607.269,07	6.088.337,84	46.522.609,09
3.RECEITA PATRIMONIAL	405.709,97	455.413,15	1.061.610,39	561.576,02	665.536,20	604.435,15	1.207.680,62	1.128.260,76	712.643,29	1.985.626,84	1.210.298,76	4.270.237,63	14.269.028,78
4.RECEITA DÍVIDA ATIVA	6.223.755,16	1.414.671,13	2.445.314,13	1.720.206,41	2.810.516,91	2.315.650,18	2.235.682,38	2.344.705,72	1.691.843,04	1.795.599,70	2.218.265,59	3.603.204,45	30.819.414,74
5.RECEITAS DIVERSAS (*)	386.794,69	319.035,82	407.670,54	478.732,58	391.037,82	932.064,55	428.721,63	337.762,46	272.159,93	317.119,27	387.710,38	830.790,92	5.489.600,59
A- TOTAL REC. PRÓPRIAS	50.224.711,50	38.191.672,17	33.705.942,70	35.763.095,02	34.640.353,17	34.941.545,21	34.512.140,33	34.706.760,51	33.891.656,67	33.921.389,22	38.853.723,83	48.500.557,96	451.854.048,29
6. TRANSF. DA UNIÃO	8.559.059,03	6.634.314,83	7.097.644,57	6.622.265,86	7.063.581,50	6.662.953,17	6.634.268,13	6.714.668,97	6.427.017,37	6.759.232,91	12.207.866,72	7.773.235,62	89.155.508,68
. FPM	2.063.838,76	1.806.670,97	1.732.700,69	1.881.223,89	2.123.385,12	2.057.221,35	1.689.317,04	1.738.038,09	1.451.802,44	1.681.183,43	2.032.251,07	2.850.209,11	23.107.841,96
. SUS	4.095.931,58	4.070.455,10	3.674.581,80	3.955.393,43	3.621.319,64	3.964.402,28	3.585.965,38	3.939.512,52	3.719.906,51	4.298.894,21	8.683.357,20	3.632.476,56	51.241.896,21
. OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	2.399.288,69	757.188,76	1.689.762,08	785.648,54	1.319.176,74	641.329,54	1.358.985,71	1.037.118,36	1.255.308,42	779.155,27	1.492.258,45	1.290.549,95	14.805.770,51
7.TRANSF. DO ESTADO	28.268.552,59	16.573.930,41	17.771.580,05	11.964.391,08	13.142.213,06	10.987.371,55	12.308.526,88	13.035.134,39	11.465.417,13	12.933.660,75	12.325.791,17	12.766.139,51	173.542.708,57
. ICMS	10.103.301,81	8.623.226,72	10.811.739,09	10.042.255,02	11.506.720,71	8.899.526,71	9.989.310,69	11.491.760,38	9.323.191,02	10.488.625,77	11.127.892,62	10.923.194,69	123.330.745,23
. IPVA	13.875.448,72	7.643.300,57	6.682.327,52	1.351.826,24	1.373.722,37	1.611.217,19	1.275.461,30	1.305.031,94	1.762.920,68	1.041.656,82	1.031.428,70	1.399.567,37	40.353.909,42
. IPIE	94.817,23	88.996,07	92.307,12	92.428,10	100.018,77	89.586,48	84.129,94	92.305,98	96.951,00	107.963,04	108.857,79	124.371,00	1.172.732,52
. OUTRAS TRANSF. DO EST.	4.194.984,83	218.407,05	185.206,32	477.881,72	161.751,21	387.041,17	959.624,95	146.036,09	282.354,43	1.295.415,12	57.612,06	319.006,45	8.685.321,40
8.TRANSF.MULTIG.-FUNDEF	2.812.910,45	2.403.734,54	2.933.419,21	2.764.166,95	3.161.233,50	2.498.599,05	2.724.739,03	3.104.782,08	2.537.921,80	2.853.023,22	3.051.597,14	3.097.355,41	33.943.482,38
9.TRANSF. DIVERSAS	434.592,16	14.949,79	3.620,00	5.887,60	8.146,63	13.997,19	21.420,75	4.496,99	4.483,71	5.252,76	10.664,80	43.042,49	570.554,87
B - TOTAL REC. TRANSF.	40.075.114,23	25.626.929,57	27.805.663,83	21.356.711,49	23.375.74,69	20.162.920,96	21.688.954,79	22.859.082,43	20.434.840,01	22.551.169,64	27.595.919,83	23.679.773,03	297.212.254,50
TOTAL DE REC. CORRENTES	90.299.825,73	63.818.601,74	61.511.606,53	57.119.806,51	58.016.427,86	55.104.466,17	56.201.095,12	57.565.842,94	54.326.496,68	56.472.558,86	66.449.643,66	72.180.330,99	749.066.302,79
C - RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	39.450,19	-	-	-	2.180.455,51	-	5.298,44	2.225.204,14
TOTAL DE RECEITA BRUTA	90.299.825,73	63.818.601,74	61.511.606,53	57.119.806,51	58.016.427,86	55.143.916,36	56.201.095,12	57.565.842,94	54.326.496,68	58.653.014,37	66.449.643,66	72.185.629,43	751.291.506,93
10.DEDUÇÃO FPM	(309.575,72)	(271.000,55)	(259.905,01)	(282.183,51)	(318.507,69)	(308.583,11)	(253.397,45)	(260.705,63)	(217.770,29)	(252.177,41)	(304.837,57)	(427.531,19)	(3.466.175,13)
11. DEDUÇÃO ICMS	(1.547.639,24)	(1.325.627,97)	(1.653.904,82)	(1.538.482,22)	(1.758.152,07)	(1.367.072,97)	(1.530.540,57)	(1.755.908,02)	(1.430.622,62)	(1.605.437,83)	(1.701.327,85)	(1.670.623,16)	(18.885.339,34)
12.DEDUÇÃO IPIE	(14.222,58)	(13.349,40)	(13.846,08)	(13.864,21)	(15.402,81)	(13.437,98)	(12.619,48)	(13.845,88)	(14.542,64)	(16.194,45)	(16.328,67)	(19.947,69)	(177.201,87)
D- TOTAL DEDUÇÕES RECEITA	(1.871.437,54)	(1.609.977,92)	(1.927.655,91)	(1.834.529,94)	(2.091.662,57)	(1.689.094,06)	(1.796.557,50)	(2.030.459,53)	(1.662.935,55)	(1.873.809,69)	(2.022.494,09)	(2.118.102,04)	(22.528.716,34)
TOTAL DE RECEITA LÍQUIDA	88.428.388,19	62.208.623,82	59.583.950,62	55.285.276,57	55.924.765,29	53.454.822,30	54.404.537,62	55.535.383,41	52.663.561,13	56.779.204,68	64.427.149,57	70.067.527,39	728.762.790,59
TOTAL ACUMULADO	88.428.388,19	150.637.012,01	210.220.962,63	265.506.239,20	321.430.004,49	374.885.426,79	429.289.964,41	484.825.347,82	537.488.908,95	594.268.113,63	658.695.263,20	728.762.790,59	

MUNICÍPIO DE SANTOS
RECEITA REALIZADA 2006

RUBRICA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	46.293.461,31	25.747.846,50	28.854.968,28	25.761.215,27	29.429.723,10	28.076.358,38	24.917.157,20	30.235.893,26	31.305.476,36	30.675.413,27	29.881.968,68	33.783.595,79	368.962.977,40
. IPTU + Taxas	29.857.450,35	12.424.894,45	12.791.440,34	11.652.825,19	12.186.213,12	12.051.918,05	11.846.505,98	12.244.180,25	11.733.592,24	12.314.027,86	11.794.551,05	15.510.504,55	164.008.084,75
. IRRF	1.451.725,86	1.136.004,26	1.193.999,35	1.297.228,15	2.029.742,82	1.391.185,97	1.364.246,10	1.396.895,04	1923.153,62	1.817.039,25	1.651.378,72	2.693.422,60	20.737.518,22
. ISS	11.256.473,08	10.725.237,78	10.764.288,60	11.103.257,11	11.840.393,82	12.118.893,22	11.220.905,63	13.325.694,91	15.168.320,19	13.598.250,79	13.753.062,23	13.647.606,34	149.532.095,54
. ITBI	347.984,25	1.902.881,13	1.284.985,25	1.039.847,40	1.365.859,30	1.198.316,79	1.143.642,84	1.890.192,23	1318.725,81	1.561.789,77	1432.353,98	2.269.483,72	16.455.662,59
. TAXAS DIVERSAS	2.709.825,86	458.228,86	2.920.251,68	608.059,42	1.997.513,95	1.316.043,15	1.332.708,65	1.378.923,83	1.161.714,59	1.383.405,96	1249.162,74	1.662.979,29	18.229.616,30
2.RECEITAS DI CONTRIB.	2.477.550,46	1.941.281,68	2.203.201,83	2.127.199,85	2.929.856,95	1.960.320,62	1.425.915,32	2.199.997,87	2.197.506,25	2.274.298,04	2274.048,78	2.170.023,28	26.271.382,45
3.RECEITA PATRIMONIAL	499.680,79	651.703,60	762.803,29	598.507,25	974.204,13	899.414,92	706.092,51	1.689.748,27	810.665,29	488.700,39	1365.527,57	1.737.233,61	11.354.405,60
4.RECEITA DÍVIDA ATIVA	1.438.296,50	1.739.562,10	2.722.135,70	12.662.233,40	2.998.157,01	2.579.896,03	4.942.691,48	2.027.698,96	1.587.424,44	3.077.745,88	15.087.003,09	3.272.354,91	57.935.189,41
5.RECEITAS DIVERSAS (*)	914.847,21	772.935,28	909.901,72	763.020,28	798.873,17	693.296,61	798.705,95	726.747,92	667.319,61	791.365,15	1.293.000,54	1.221.876,92	9.956.725,86
A- TOTAL REC PRÓPRIAS	50.973.642,27	30.860.199,16	35.033.910,89	41.912.241,33	36.130.678,36	34.176.262,56	4 . 760.472,44	36.849.996,28	36.568.251,95	37.907.432,73	50.702.108,57	42.185.284,18	474.460.680,72
6. TRANSF. DA UNIÃO	9.494.808,43	6.904.459,99	8.389.518,30	6.551.285,31	8.064.861,53	7.904.806,80	7.949.239,15	7.032.478,87	9.506.486,15	8.348.883,30	8141.850,54	10.030.481,95	99.218.200,32
. FPM	2.145.650,17	2.017.437,73	1.969.145,77	2.138.110,59	2.546.536,53	2.285.603,46	2.015.424,21	2.161.395,97	1.923.516,11	1.743.191,84	2.172.229,73	3.062.616,55	26.548.760,60
. SUS	5.297.507,84	4.200.742,43	4.677.795,78	3.758.947,05	5.294.971,23	4.438.629,03	5.303.123,68	4.055.892,33	4.124.296,35	4.196.292,86	4252.629,36	5.693.868,54	54.344.702,16
. OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	1.551.650,42	686.519,83	2.412.572,75	654.227,67	1.223.353,79	1.182.074,31	630.691,26	875.190,57	2.458.673,69	2.408.398,60	1.216.991,45	1.273.996,86	18.324.737,56
7.TRANSF. DO ESTADO	29.967.095,31	17.629.484,46	21.638.641,30	13.454.061,62	15.963.702,57	12.073.186,31	11.051.431,12	13.707.975,54	13.757.063,61	16.333.359,24	16.708.264,95	17.254.917,78	200.961.183,01
. ICMS	12.885.524,84	7.906.283,59	11.913.229,60	10.393.489,60	10.042.373,18	9.988.302,06	10.950.830,40	11.796.577,13	11.552.125,88	14.274.058,80	15.055 773,82	13.067.347,17	143.844.894,87
. IPVA	16.621.366,08	8.876.023,26	8.437.069,96	1.446.539,14	1705.894,52	1.949.149,25	1.566.713,70	1.611.048,08	1.498.230,57	1.689.869,87	1 186 670,01	1.652.208,72	48.651.977,39
. IPIE	15.923,75	81.130,07	118.454,76	100.448,57	100.297,18	106.595,95	107.216,34	109.550,23	115.839,75	129.952,04	119.237,92	122.446,77	1.325.075,41
. OUTRAS TRANSF. DO EST.	346.281,24	7.461.048,61	890.947,18	1.513.584,31	115.137,69	31.139,05	385.670,68	2.91 2.89 1,01	90.867,87	329.018,95	65 383,60	2.412.915,11	7.139.235,94
8.TRANSF.MULTIG.-FUNDEF	5.348.926,09	2.133.573,58	3.091.295,90	2.722.105,10	3.633.998,59	2.793.217,13	2.882.079,04	3.061 573,76	3.608 742,64	3.625 440,84	3 871 051 78	5 458 043,15	37.599.961,69
9.TRANSF. DIVERSAS	15.070,37	9.030,06	54.114,10	21.900,00	1.253,40	1.624,06	4.768, 10	11.758,06	12.314,32	2.030,00	4 305,00	884.086,35	1.531.141,58
B - TOTAL REC. TRANSF.	43.325.906,20	26.677.188,03	32.593.777,75	22.749.352,03	28.863.797,71	22.782.334,30	21.887.517,41	23.813.786,03	26.384.606,70	28.309.219,38	28.725.472,27	31.597.529,39	339.310.487,20
TOTAL DE REC. CORRENTES	94.299.548,47	57.537.387,19	67.627.688,64	64.661.593,36	64694.676,07	56.958.596,86	63.647.989,85	60.663.782,31	62.952.858,65	65.616.652,11	79.427.580,64	73.782.813,57	813.771.167,92
C - RECEITAS DE CAPITAL												139.328,00	139.328,00
TOTAL DE RECEITA BRUTA	94.299.548,47	57.537.387,19	67.627.688,64	64.661.593,56	64694.676,07	56.958.596,86	63.647.989,85	60.663.782,31	62.952.858,65	65.616.652,11	79.427.580,64	73.922.141,57	813.910.495,92
10.DEDUÇÃO FPM	(31.847,44)	(302.615,58)	(294.871,79)	(320.716,49)	(370.984,50)	(437.559,51)	321.317,30)	(334 213,69)	(307.531,86)	(260.467,52)	(406 863,05)	(491.504,14)	(4.210.491,57)
11. DEDUÇÃO ICMS	(1.752.828,73)	(1.194.942,53)	(1.786.834,46)	(1.559)023,39)	(2.036.355,95)	(1.498.245,30)	(1.648.624,55)	(1.769.486,53)	(1.732.818,86)	(2.141 .105,72)	(2.255 .946,00)	(1.960.102,06)	(21.576.734,02)
12.DEDUÇÃO IPIE	(17.188,86)	(12.169,51)	(17.768,21)	(15)967,28)	(15.944,59)	(15.989,39)	(16.082,46)	(16.432,83)	(17.375,96)	(20)029,11)	(17.885,69)	(18.367,01)	(199.300,60)
D-TOTAL DEDUÇÕES RECEITA	(2.201.765,01)	(1.509.727,62)	(2.089.474,46)	(1.894.807,16)	(2.492.385,04)	(1.951.794,20)	(1.986.024,31)	(2.111.132,17)	(2.057.725,98)	(2.441.602,35)	(2.680.114,74)	(2.469.973,21)	(25.986.526,19)
TOTAL DE RECEITA LÍQUIDA	91.597.783,46	56.027.659,57	65.538.214,24	62.766.786,40	62202.291,03	55.006.802,66	63661.965,54	58.552.650,14	60.795.132,67	63.175.049,76	76.747.465,90	71.452.168,36	787.923.969,73
TOTAL ACUMULADO	91.597.783,46	148.025.443,03	213.563.657,27	276.330.443,67	338532.734,70	393.539.537,36	457.201.502,90	515.754.153,04	576.549.285,71	639.724.335,47	716.471.801,37	787.923.969,73	